

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE LETRAS – FALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA – PPGLL

A (In)sustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável

Luciano Accioly Lemos Moreira

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria do Socorro Aguiar Oliveira Cavalcante

Maceió

Setembro/2010

Luciano Accioly Lemos Moreira

A (In)sustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável

Tese submetida à defesa como exigência parcial para conclusão do curso de doutorado em Letras, área de concentração em Lingüística, linha de pesquisa em Discurso: Sujeito, História e Ideologia

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante.

Maceió

Setembro/2010

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto

M838i Moreira, Luciano Accioly Lemos.
 A (In)sustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável /
 Luciano Accioly Lemos Moreira, 2010
 163 f. : il.

Orientadora: Maria do Socorro Aguiar Oliveira Cavalcante

Tese (doutorado em Letras : Linguística) – Universidade Federal de Alagoas.
Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió,
2010.

Bibliografia: f. 157-163.

1. Análise do discurso. 2. Sustentabilidade. 3. Crise contra o meio ambiente - Capital
(economia). 4. Comunismo. I. Título

CDU: 800.1:504

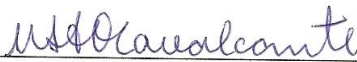
LUCIANO ACCIOLY LEMOS MOREIRA

**A (IN)SUSTENTABILIDADE DO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

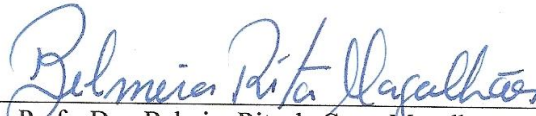
Tese de Doutorado submetida à comissão julgadora nomeada pelo Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (PPGL) da Universidade Federal de Alagoas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Aprovada em 03 de setembro de 2010.

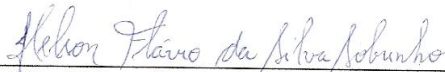
BANCA EXAMINADORA



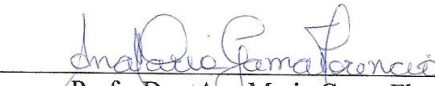
Prof. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante
Universidade Federal de Alagoas



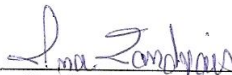
Prof. Dra. Belmira Rita da Costa Magalhães
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho
Universidade federal de Alagoas



Prof. Dra. Ana Maria Gama Florêncio
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dra. Ana Zandwais
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Macció
Setembro/2010

**Aos homens e mulheres trabalhadores,
que tem como desafio histórico, a
construção de um mundo efetivamente
sustentável.**

**À Andréa, companheira na vida e na
luta por um mundo melhor.**

**A Beatriz e Gabriel, amor incondicional,
e certeza de um futuro.**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo apoio e incentivo ao estudo;

Aos meus irmãos, Mano, Cau e Erik, amizade e companhia prazerosa;

Às minhas tias, sobrinhas, cunhados, cunhadas e sogra, companhia, conversas e festinhas, presenças desejadas;

À minha avó Irene (*in memoriam*);

Ao meu sogro José Moraes (*in memoriam*);

À minha orientadora e amiga, Profa. Dra. Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante, pela ajuda sempre carinhosa, atenta e competente desde a minha graduação, um muito obrigado;

À Profa. Dra. Belmira Magalhães, mestra, amiga e comadre, por todos os ensinamentos teóricos, ricos debates e pela amizade crescente;

Ao Prof. Dr. Helson da Silva Sobrinho, amigo e competente pesquisador, pelas orientações imprescindíveis sobre a rica e complexa teoria da Análise do Discurso;

Aos professores da Pós-Graduação de Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela dedicação e pelas aulas esclarecedoras;

Aos funcionários da Pós-Graduação de Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, e especialmente a Inês, pela ajuda e apoio;

À CAPES, pelo apoio e financiamento à pesquisa;

Aos meus amigos e camaradas Talvanes, Islan e Marcos.

RESUMO

O presente trabalho é uma análise sobre o discurso da sustentabilidade contido em alguns projetos elaborados pela ONU/Banco Mundial e UNESCO. Buscamos, assim, desvelar os “novos” e “velhos” sentidos agitados pela sustentabilidade, os quais repõem a continuidade da exploração do capital sobre os países e povos pobres. Analisamos nosso objeto através das bases teórico-metodológicas da Análise do Discurso francesa, embasadas principalmente em Pêcheux, e nas reflexões sobre linguagem, discurso e ideologia, em Marx, Leontiev e Lukács. Em nosso estudo procuramos captar o movimento de efeito de sentidos mobilizados pelo acontecimento discursivo da sustentabilidade. Tal discurso se configura numa resposta ideológica aos efeitos da crise estrutural do capital atual, que precisa garantir e conservar a ordem sociometabólica do sistema vigente. O discurso da sustentabilidade na perspectiva dos órgãos internacionais se propõe a falar por “todos” e para “todos”, num mundo “sem conflitos de classes”. No entanto, a sustentabilidade da riqueza, da pobreza, da dependência, da subordinação, da desigualdade, da violência, do desemprego, da dívida em níveis suportáveis para a reprodução deste sistema mobiliza/agita sentidos, causando um efeito no qual sob uma “nova” roupagem mantém-se o “velho” e preserva-se o capital. A natureza e a vida humana sob o domínio e controle do projeto da sustentabilidade permanecem ameaçadas de extinção por força da ação humana dirigida pela e para a lógica do sistema capitalista. A impossibilidade efetiva da sustentabilidade nesta sociedade regida pelos imperativos destrutivos do capital expõe os limites estruturais do sistema atual e nos impõe tomarmos outro rumo radicalmente distinto do projeto em questão. A sustentabilidade apenas será possível num sistema econômico para além do capital, ou seja, o comunismo. A produção e reprodução da vida terão de ter como fundamento o trabalho norteado pelos trabalhadores livres e associados. Só assim a relação homem e natureza poderá ser realizada mediante de um planejamento social mundializado, de forma consciente e humanizadora.

PALAVRAS-CHAVE: discurso, sustentabilidade, crise do capital, crise ambiental e comunismo.

ABSTRACT

This paper is an analysis about discourse of sustainability contained in some projects drawn up by the UN/World Bank and UNESCO. We thus unveil the ' new ' and ' old ' senses agitated by sustainability which resets the continuous functioning of the capital on the countries, and poor people. We analyze our object through theoretical and methodological bases of French discourse analysis based mainly in Pêcheux, and reflections about language, speech and ideology in Marx, Leontiev and Lukács. In our study, we try to capture the effect of senses movement mobilized by discursive event of sustainability. This configures itself in a reply ideological effects of structural crisis current capital, which must ensure and maintain the existing system metabolic and social order. The discourse of sustainability in terms of the proposed international bodies speak by "everyone", and to "everyone", in an world without conflicts of classes". However, the sustainability of wealth, poverty, addiction, subordination, inequality, violence, unemployment, debt levels supportable for reproduction of this system, mobilizes/stirs the senses, causing an effect in which under a "new" appearance remains the "old", preserves the capital. Nature and human life, under the domain and control of project sustainability, remain threatened with extinction because of human action and led to the logic of the capitalist system. The impossibility of effective sustainability in this society governed by destructive imperatives of structural capital exposes the limits of the current system, and we take another tack radically distinct from the project in question. Sustainability will only be possible in an economic system beyond the capital, that means, the communism. The production and reproduction of life must be guided by the foundation work by associated and free workers. Only in this way, the relationship between man and nature can be realized by using a world social planning, in a way conscious and humanitarian.

KEY WORDS: discourse, sustainability, capital's crisis, environmental crisis and communism.

RESUMEN

El presente trabajo es un análisis a cerca del discurso de la sustentabilidad contenido en algunos proyectos desarrollados por la ONU/Banco Mundial y UNESCO. Buscamos así desvelar los “nuevos” y “antiguos” sentidos agitados por la sustentabilidad el que repone la continuidad de la explotación del capital sobre países, y pueblos pobres. Analizamos nuestro objeto por medio de las bases teóricas metodológicas del análisis del discurso francés embasado principalmente en Pêcheux, y en las reflexiones a cerca del lenguaje, discurso e ideología Marx, Leontiev y Lukács. En nuestro estudio buscaremos captar el movimiento de efecto de sentidos movilizados el ocurrimento discursivo de la sustentabilidad. Ese discurso se configura por medio de una respuesta ideológica a los efectos del crisis estructural del capital actual, que necesita garantizar y conservar la orden socio metabólica del sistema vigente. El discurso de la sustentabilidad en la perspectiva de los órganos internacionales propone hablar por “todos” y para “todos” en un mundo “sin conflictos de clases” sin embargo la sustentabilidad de la riqueza, de la pobreza, de la dependencia, de la subordinación, desigualdad, violencia, desempleo, de la deuda en niveles soportables para la reproducción del sistema, moviliza/agita los sentidos, causando un efecto en el cual bajo un nuevo aspecto, se mantiene viejo, se preserva el capital. La naturaleza y la vida humana bajo en dominio y control del proyecto de la sustentabilidad, siguen amenazadas de extinción por medio de acción humana dirigidas en función de la lógica del sistema capitalista. La imposibilidad efectiva de la sustentabilidad en esa sociedad conducida por los imperativos destructivos del capital expone los límites estructurales del sistema actual, y nos impone tomar otro rumbo radicalmente distinto proyecto en cuestión. La sustentabilidad solamente será posible en un sistema económico para allá del capital, o sea, el comunismo. La producción y reproducción de la vida tendrán que tener como fundamento el trabajo conducido por los trabajadores libres y asociados. Solamente así la relación hombre y naturaleza podrá ser realizada por medio un planeamiento social mundializado, de manera reflexiva y humanizadora.

PALABRAS CLAVE: discurso, sustentabilidad, crisis del capital, crisis ambiental y comunismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO UM	
1. Linguagem, discurso e ideologia: a materialidade histórica e social dos sentidos.....	18
1.1. Análise do Discurso: panorama histórico de sua constituição teórica e metodológica.....	26
1.2. Conceituando Ideologia.....	31
1.3. O(s) sujeito(s) do discurso: identificação, contra-identificação e conflito.....	41
1.3.1. Sujeito do capital: da necessária unidade formal à silenciada desigualdade de classes.....	45
1.4. Outros instrumentais teórico-metodológicos necessários a nossa pesquisa.....	52
CAPÍTULO DOIS	
2. As condições de produção sócio-histórico e ideológico do discurso da sustentabilidade na ONU, Banco Mundial e UNESCO.....	58
2.1. A crise estrutural do capital e a barbárie da produção destrutiva: as bases históricas da sustentabilidade.....	59
2.1.1. A atualidade da crise.....	75
2.2. As bases da relação homem/natureza/sociedade.....	79
2.2.1. Crise ambiental sob a lógica do capital.....	81
2.2.2. Desenvolvimento Sustentável: gênese, ambigüidades e funcionalidade à lógica da sociabilidade capitalista.....	86
2.3. O Desenvolvimento Sustentável na ONU, Banco Mundial e UNESCO: de que lugares estão falando?.....	88
CAPÍTULO TRÊS	
3. Desenvolvimento Sustentável sob o domínio do capital: movimento, permanência e circularidade de sentidos.....	91
3.1. Desenvolvimento Sustentável: o(s) “novo(s)” sentido(s) do desenvolvimento combinado e desigual do capitalismo contemporâneo.....	93
3.2. A sustentabilidade da pobreza e riqueza: os “novos” sentidos da “velha” luta de classes.....	108
3.3. Deslocamento, movimento e complexificação dos sentidos de sustentabilidade: da manutenção da natureza a naturalização da desigualdade.....	115
3.4. Sustentabilidade e educação: o rebaixamento da educação dos <i>pobres</i> à submissão dos imperativos do capital.....	124
3.5. A (in)sustentabilidade do controle do capital no discurso da sustentabilidade	143
3.6. A (im)possibilidade do convencimento totalizante dos <i>pobres e dos capitalistas</i> à ordem do capital imperialista dos Estados Unidos: sentidos outros ameaçam o estabilizado.....	148
CONCLUSÃO.....	152
BIBLIOGRAFIA.....	158

“Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer.”

Graciliano Ramos – Memórias do Cárcere

A (IN)SUSTENTABILIDADE DO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) e alguns outros órgãos internacionais, a exemplo do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), encontramos-nos num período de instabilidade e de incertezas. A continuidade da humanidade e da natureza está ameaçada pela atividade humana, e por isso surge no cenário mundial o discurso do desenvolvimento sustentável como alternativa “contrária” ao modelo produtivo e consumista da atualidade.

Uma das questões que se põem em discussão no projeto de sustentabilidade da ONU, Banco Mundial e UNESCO é a da “possibilidade”, ou não, de se produzir e consumir ao infinito, sem que a “vida” seja ameaçada. A partir da década de 70 do século vinte, em muitos lugares do mundo, com a participação de vários líderes políticos internacionais, são organizados encontros para se discutir tal problemática. Essas reuniões mundiais, de acordo com o discurso dos órgãos internacionais, têm como objetivo a formulação de um plano político global que responda à necessidade da preservação do desenvolvimento sem “danos” ao planeta.

Conforme o discurso dos órgãos supracitados, a sustentabilidade se constitui, neste momento de insegurança, na “única saída para a humanidade”. As Organizações das Nações Unidas¹ junto aos seus órgãos complementares, especificamente, Banco Mundial² e a UNESCO³, formulam um projeto de desenvolvimento sustentável como

¹ A Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada oficialmente a 24 de outubro de 1945 em São Francisco, Califórnia, por 51 países, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. A primeira Assembleia Geral celebrou-se a 10 de janeiro de 1946 (em Westminster Central Hall, localizada em Londres). A sua sede atual é na cidade de Nova Iorque. Tem como objetivo principal criar e colocar em prática mecanismos que possibilitem a “segurança internacional”, “desenvolvimento econômico”, definição de “leis internacionais”, “respeito aos direitos humanos” e o “progresso social” (Site Oficial da ONU, disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br>> Acesso em: 9 de set. 2009).

² O Banco Mundial “ajuda” governos em países em desenvolvimento a “reduzir” a pobreza por meio de empréstimos e experiência técnica para projetos em diversas áreas. (Site Oficial do Banco Mundial disponível em: <www.bancomundial.org.br> Acesso em: 9 de set. 2009).

³ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) funciona como um laboratório de ideias e como uma agência de padronização para formar “acordos universais” nos

resultado de alguns anos de “diálogos” com inúmeros líderes de muitos países em todo o mundo. Dentre dezenas de projetos elaborados por esses órgãos internacionais selecionamos cinco, que por serem considerados documentos e projetos finais, conteriam de modo sintético as ideias centrais desse “novo” ideal desenvolvimentista. O material de análise é o seguinte:

1. BANCO MUNDIAL. Brasil: Justo, competitivo e sustentável – uma contribuição para o debate. Nova Iorque, Washington, D.C. USA, 2002;
2. ONU. Declaração do Milênio – Cimeira do Milênio. Nova Iorque, 2000.
3. ONU. Relatório do desenvolvimento humano 2005 das Nações Unidas. Nova Iorque, 2005, USA.
4. UNESCO. Década da Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, 2005 – 2015: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília, 2005.
5. UNESCO/IBAMA. Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília: Ed. IBAMA, 1999.

Analisaremos o discurso sobre o desenvolvimento sustentável através do sistema teórico e metodológico da Análise do Discurso (AD) francesa, elaborado por Pêcheux, como também pelas formulações teóricas de Marx, Lukács, Mészáros, entre outros, na constituição do nosso quadro teórico e metodológico de análise para essa problemática. Segundo Courtine (2009, p.114), “partimos de uma definição do *corpus* discursivo como um “conjunto de seqüências discursivas, estruturado segundo um plano definido com referência a um certo estado das condições de produção do discurso” . Sendo assim, conforme o discurso da sustentabilidade foi sendo explicitado em seu movimento de sentidos por intermédio da análise aqui proposta, percebemos que esse discurso se organizava em três grandes eixos temáticos: o primeiro eixo discute a relação tensa e conflitante entre *desenvolvimento sustentável e a desigualdade social*, o segundo reflete a *sustentabilidade e sua relação com a educação*, e por fim, o terceiro eixo expõe a *necessidade de um controle político/ético sobre o capitalismo destrutivo*.

Desse modo, concordamos mais uma vez com Courtine (2009, p.115) ao afirmar que:

Tal concepção não considerará um *corpus* discursivo como um conjunto fechado de dados dependentes de uma certa organização; fará, ao contrário, do *corpus* discursivo um conjunto aberto de articulações cuja construção não é efetuada de uma vez por todas no início do procedimento de análise: conceberemos aqui um procedimento de AD como um procedimento de interrogação regulado por dados discursivos, que prevê as etapas sucessivas de um trabalho sobre *corpus* ao longo do próprio procedimento. Isso implica que a construção de um *corpus* discursivo só possa estar perfeitamente acabada ao final do procedimento.

Este fato explicado por Courtine (2009) se deu em nossa análise, pois o *corpus* discursivo da sustentabilidade apenas se completou no fim do nosso trabalho.

O discurso da sustentabilidade para fazer e ter sentido(s) dialoga com outras vozes historicamente sedimentadas, pois a questão do desenvolvimentismo no sistema do capital surge muito antes do discurso da sustentabilidade do século XX. Já no século XVIII, a partir dos enciclopedistas iluministas, e do positivismo do século XIX, a noção de progresso é concebida como sinônimo de desenvolvimento industrial e econômico.

O conhecimento e a industrialização, de acordo com esses movimentos históricos citados, são o resultado de uma ciência moderna e positiva. O bem-estar nesse momento histórico é fruto do progresso econômico e social. Crescer e desenvolver segundo o ideal dessa época na perspectiva do capital colocava-se como o futuro da humanidade capitalista. E de modo diverso, complexo e por vezes contraditório, havia no sistema capitalista a formulação de teorias políticas, econômicas, ideológicas e desenvolvimentistas em que progresso e crescimento econômico configuravam caminho natural e necessário para os países atingirem a maturidade.

Reside nessa compreensão, segundo Vargas (2002), uma analogia entre desenvolvimento dos organismos biológicos e desenvolvimento econômico. Pois, se desenvolver no mundo natural é crescer, difundir potencialidades para se chegar à maturidade de uma espécie, então esse processo é semelhante ao desenvolvimento econômico de um país. Sobre este mesmo aspecto, subjaz ainda em relação à noção de desenvolvimento um caráter de universalidade, ou seja, o progresso será uma meta a ser alcançada por todos que seguirem o caminho econômico dos países ricos. O ideal de uniformização desenvolvimentista deteve um poder ideológico importante no período da Guerra Fria, em favor dos países ricos do capitalismo e contra os países do bloco “socialista”.

No entanto, dos anos 70 do século XX aos dias atuais, o capital adentra numa crise estrutural em que suas possibilidades de expansão e acumulação são refreadas a níveis limitantes, e com isso o sistema intensifica sua busca por lucro sob qualquer maneira e forma. Essa contradição do sistema do capital globalizado atual é definida por Costa (2008, p.21):

No momento em que o capitalismo tem as melhores condições potenciais para desenvolver suas forças produtivas, é exatamente neste momento em que está limitado por suas próprias contradições.

Com a globalização, pode-se dizer que o sistema se aproxima de um limite de reprodução enquanto potencialidade material, tendo em vista que se o capitalismo desenvolvesse plenamente seu potencial produtivo, haveria uma crise global de superprodução.

Esta contradição explica o fenômeno da financeirização da riqueza, que se apresenta atualmente como o contraponto funcional da incapacidade do sistema desenvolver suas forças produtivas. Ou seja, os capitais excedentes, impedidos de se reproduzirem na esfera produtiva, buscam agora uma fuga para a frente na órbita das finanças, como se isso os libertasse do ajuste de contas com a realidade da lei do valor.

A especulação financeira improdutiva e parasitária, a destruição da natureza, de empregos, de mercadorias descartáveis transforma-se no caminho necessário para se manter as taxas de lucro⁴ a níveis suportáveis para o sistema do capital. O potencial produtivo global do sistema do capital na atualidade é limitado pela apropriação privada dos seus resultados. Com isso, o remédio para a crise é a continuidade e o aprofundamento da crise, ou seja, os males destrutivos do sistema, que têm como fim diminuir custos na produção de mercadoria, e elevar a produtividade, terminam diminuindo as taxas de lucro, dada a concorrência e a competitividade do sistema produtivo. Netto (2007, p.153) explica tal fenômeno:

Em suma, na medida em que cada capitalista procura maximizar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair. A concorrência obriga cada capitalista a tomar uma decisão (a de incorporar inovações que reduzam o tempo de trabalho necessário à produção da sua mercadoria) que lhe é individualmente vantajosa, mas que, ao cabo de algum tempo imitada pelos outros, tem como resultado uma queda na taxa de lucro para todos os capitalistas.

A crise econômica intensifica e amplia a crise ambiental, como também a crise ambiental problematiza e impõe uma saída e um projeto para a continuidade do sistema

⁴ “Eis como, de forma esquemática, se passam as coisas: o capitalista, dispondo de uma soma de dinheiro (D), compra mercadoria (M) – máquinas, instalações, matérias (brutas e primas) e força de trabalho – e, fazendo atuar, com a ajuda das máquinas e dos instrumentos, a força de trabalho sobre as matérias no processo de produção (P), obtém mercadorias (M’) que vende por uma soma de dinheiro superior à que investiu (D’). É para apropriar-se dessa quantia adicional de dinheiro, o lucro, que o capitalista se movimenta: o lucro constitui seu objetivo, a motivação e a razão de ser de seu protagonismo” (NETTO, 2007, p.96).

social do capital. Como efeito desse processo, ocorre nesse período encontros internacionais liderados pela ONU, com a participação de chefes políticos de países ricos, em desenvolvimento e pobres, como também pesquisadores em busca por saídas para a situação acima descrita. Num confronto de interesses econômicos, políticos e ideológicos, é elaborado o discurso da sustentabilidade. Abaixo, descreveremos o processo histórico para a formulação dessa proposta.

Em 1972 é publicado pelo Clube de Roma um estudo intitulado “Limites do Crescimento”, no qual vários pesquisadores defendem que o planeta Terra não suportaria mais o crescimento populacional e seus efeitos danosos sobre os recursos naturais e energéticos, tendo como efeito negativo o aumento da poluição. No mesmo ano, ocorre uma conferência ambiental na cidade de Estocolmo, na qual pesquisadores de renome internacional demonstram os riscos da degradação ambiental para a manutenção do planeta. De acordo com Vargas (2002, p.223), estes debatem

a velha tese de Malthus do perigo do crescimento desenfreado da população mundial. Dessa forma, na tentativa de se alcançar uma necessária estabilidade econômica e ecológica, defende-se a tese do crescimento zero. Essa tese significa, em verdade, um ataque direto à filosofia do crescimento contínuo da sociedade industrial e uma crítica indireta às teorias de desenvolvimento que se basearam nela.

Esses primeiros debates produzem uma teoria que advoga a impossibilidade do crescimento nos patamares anteriores e sugerem um controle na produção e no consumo em níveis equilibrados. Seguindo na mesma questão, e no mesmo período histórico, um economista paquistanês que trabalhou como diretor de planejamento de políticas no Banco Mundial (1970-1982) elaborou uma tese de que os países ricos ocidentais cresceram a um limite industrial tão intenso, que hoje é impossível o mesmo crescimento para os países pobres. Percebe-se nesses trabalhos algo em comum: há limites para o crescimento. E assim, deve-se ter controle do volume da produção e do consumo.

De maneira política e ideológica está se formando uma outra teoria do desenvolvimento, o ideal desenvolvimentista anterior, na qual “todos poderiam e deveriam crescer”, cedendo lugar a um modelo de controle econômico e ambiental. Os desequilíbrios ambiental, social e econômico se confrontam numa luta ideológica de interesses econômicos e de poderes políticos em conflito.

Em 1973 surge o Ecodesenvolvimento como alternativa para o desenvolvimento. O economista Ignacy Sachs traça alguns princípios que norteiam esse modelo de desenvolvimento:

- a) A satisfação das necessidades básicas;
- b) A solidariedade com as gerações futuras;
- c) A participação da população envolvida;
- d) A preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral;
- e) A elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas;
- f) Programas de educação.

Segundo o discurso do Ecodesenvolvimento, é possível desenvolver-se, no entanto, devem-se seguir alguns fundamentos garantidores do futuro da humanidade e do sistema do capital. Interessante perceber que o Ecodesenvolvimento não se dirige apenas à manutenção da natureza, mas também à manutenção do emprego, da segurança social, do respeito por valores solidários que serão transmitidos por meio da educação. Prosseguindo, em 1974 é formulada a declaração de Cocoyok. Nesta declaração a ONU defende que não há apenas limites mínimos de desenvolvimento, mas e principalmente, limites máximos para o crescimento dos países. Os países industrializados devem controlar e diminuir seus consumos e sua conseqüente poluição.

Na construção do “novo” tipo de desenvolvimento percebemos que crescer e desenvolver não se configuram neste momento histórico em sinônimo. Crescer na atualidade é impossível (pelo menos para alguns), pois o que se quer é diminuir o desgaste da natureza. Crescer é destruir, desenvolver é preservar por intermédio do controle produtivo e consumista.

É com o relatório da ONU denominado de Brundtland, produzido em 1987, que o termo desenvolvimento sustentável surge e toma visibilidade internacional. Esse corpo legal define sustentabilidade como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade da futuras gerações”. Propõe um plano global que direciona a possibilidade da sustentabilidade por meio da internacionalização de valores éticos sustentáveis. A compreensão de que com valores éticos sustentáveis é possível um outro tipo de desenvolvimento recoloca um espaço de um provável crescimento, contudo, essa expansão e acumulação não será para “todos”.

O projeto do desenvolvimento sustentável surge numa época de crise do capital e do meio ambiente, respondendo às necessidades política, econômica e ideológica de seu período histórico.

O discurso da sustentabilidade formulado pelos órgãos internacionais da ONU, do Banco Mundial e da UNESCO constitui portanto nosso objeto de análise. O discurso se configura numa práxis social que movimenta em seu interior intenções e direcionamentos ideológicos, em que os sujeitos históricos se identificam e ecoam por meio da palavra e de seus pontos de vista em relação ao mundo em que vivem. O sujeito do dizer, no caso em análise, os órgãos internacionais já citados, se identifica num campo ideológico de classe específico e num momento histórico determinado. Assim, o modo como se diz, como se produz linguisticamente o discurso da sustentabilidade, faz sentido, ou melhor, agita sentidos estabilizados, num jogo do dito, com o dito/e não dito em outros lugares, e em momentos historicamente diferentes. O acontecimento histórico (crise do capital/ambiental) e a estrutura da linguagem se imbricam numa síntese, formando um acontecimento discursivo que direciona práticas e tem como uma de suas funções sociais dirimir/apaziguar conflitos sociais de nossa época histórica.

O discurso do desenvolvimento sustentável articula dois grandes processos que fundamentam a linguagem: o silêncio e a memória discursiva, nos quais a luta entre a atualidade e a história conflita e produz sentidos. No qual o mesmo, o diferente e o ressignificado produzem sentidos diferentes, ampliados e complexos sobre o mesmo termo: a sustentabilidade.

Assim, no primeiro capítulo demarcaremos nossa posição teórica e ideológica quanto ao conceito de língua, discurso e ideologia. No segundo capítulo delinearemos as condições de produção histórica ampla e restrita em que o acontecimento discursivo da sustentabilidade se estrutura e faz sentido. E no terceiro e último capítulo analisaremos nosso *corpus* discursivo: o discurso da sustentabilidade defendido pela ONU, Banco Mundial e UNESCO. Só então desenharemos a forma e o modo como se diz a sustentabilidade, explicitando assim os deslocamentos e complexidades desse acontecimento discursivo. Na medida em que formos explicitando os sentidos do discurso da sustentabilidade, demonstraremos seus limites e efeitos na reprodução/manutenção do sistema social vigente.

CAPÍTULO 1

1. Linguagem, discurso e ideologia: a materialidade histórica e social dos sentidos

O nosso estudo tem como foco o discurso sobre a sustentabilidade na ONU, no Banco Mundial e na UNESCO. Contudo, para se compreender o discurso que se materializa na e pela linguagem faz-se necessário, dada a complexidade desse objeto, examinar a gênese e função social da linguagem, da ideologia e do próprio discurso. Desse modo, traçaremos abaixo um caminho que elucide o complexo social da linguagem, sua função e especificidade na produção e reprodução do ser social.

Como nos diz Engels (apud Lukács 1996, p.108), “a linguagem surgiu porque os homens tinham alguma coisa para dizer-se, a necessidade desenvolveu o órgão necessário para isso”. Devemos compreender o surgimento da linguagem de modo simultâneo e inseparável do trabalho⁵. Contudo, Lukács (1966, p.36) explica que se deve dar o peso adequado ao papel fundamental e decisivo da práxis do trabalho no salto ontológico entre a constituição do ser social com os demais animais. A ultrapassagem dos limites do homem das forças essencialmente naturais, instintivas e biologicamente determinadas se deu essencialmente por meio do trabalho⁶.

No hay duda de que las afirmaciones de Pavlov deben entenderse e interpretarse siempre a la luz del materialismo dialéctico. Pues por fundamental que sea su segundo sistema de señalización – el lenguaje – para la delimitación de hombre y animal, lo cierto es que no cobra su real sentido y su generosa fecundidad sino cuando, como hace Engels, se da el peso adecuado al nacimiento simultáneo y a la inseparabilidad fáctica de trabajo y lenguaje. El que el hombre tenga < algo que decir > que rebase los límites de lo animal se debe directamente al trabajo y es un hecho que se despliega – directa o indirectamente, y, en fases ya tardías, a través, frecuentemente, de muchas mediaciones – en conexión con el desarrollo del trabajo. Creemos que el trabajo (y, con él, el lenguaje y su mundo conceptual) crea aquí una

⁵ Compreendemos o trabalho segundo Lukács (1996, p.5), “como formador de valores de uso, como trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de quaisquer formas de sociedade, é uma necessidade natural eterna que tem a função de mediar o intercâmbio entre o homem e a natureza, isto é, a vida dos homens.”

⁶ Desenvolvida não quer dizer, nesse momento, a paralisação das mudanças biológicas do homem perante a história, nem tampouco, a não influência das questões biológicas e hereditárias na vida humana, mas o que se afirma nesse momento é que o desenvolvimento ou os entraves na autoconstrução humana não são determinados pelas leis da biologia e da hereditariedade, mas pela maneira em que os homens produzem e reproduzem suas vidas num dado momento histórico. “No desenvolvimento do mundo inorgânico surgiu a vida, no desenvolvimento da vida surgiu o mundo dos homens. O mundo dos homens não pode existir se os homens não se reproduzirem biologicamente, mas a sociedade humana é para além da sobrevivência biológica. Na história dos homens, o efeito do desenvolvimento social sobre o biológico é determinante” (LESSA, 2008, p.11).

cesura tan ancha y profunda que la herencia animal, a veces sin duda presente, no tiene peso decisivo; en todo caso, es seguro que no puede ser útil para aclarar los fenómenos enteramente nuevos.

A produção e reprodução da existência dos seres sociais impelem, por meio da linguagem, a que os homens se comuniquem. A comunicação é observada não só nos seres humanos, mas também em animais superiores que podem sinalizar, uns para os outros de sua espécie, momentos de perigo, hora do coito etc. No entanto, essa forma de comunicar-se está presa, apenas, à reprodução biológica, distanciando-se do salto ontológico que se processa no ser social. Lukács (1966, p.60) elucida tal questão ao afirmar que:

El origen del lenguaje a partir de las necesidades del trabajo ha hecho tan decisivamente época precisamente porque la nominación de objetos y procesos comprime situaciones u operaciones complicadas em si mismas, elimina sus diferencias individuales únicas y acentua y fija lo común y esencial a todas ellas; con esto se favorece extraordinariamente la continuidad de un logro, la habituación al mismo, su hacerse tradición. Por otra parte, esta fijación se diferencia de la de los animales (que no cuenta más que con los reflejos incondicionados y condicionados) porque no cristaliza em una cualidad fisiológica inmutable o, por lo menos, difícilmente mutable, sino que siempre conserva su principal carácter social, motor y movido. Esto se debe a que incluso la más primitiva fijación de objetos y conexiones por la palabra eleva ya la intuición y la representación a un nivel conceptual.

A linguagem humana tem a capacidade de refletir sobre a realidade em que os homens estão ativamente inseridos e conceituar algo pertencente a essa realidade. Nesse processo, ocorre um distanciamento entre o sujeito e o objeto designado. Sobre isso explica mais uma vez Lukács (1996, p.108).

a reprodução realizada através do signo verbal se separa dos objetos designados por ela e, por conseguinte, também do sujeito que a realiza, tornando-se expressão conceptual de um grupo inteiro de fenômenos determinados, que podem ser utilizados de modo análogo por sujeitos inteiramente diferentes em contextos inteiramente diferentes.

Esse distanciamento que se opera entre a realidade e o seu reflexo por meio da consciência humana se expressa e materializa-se na linguagem. Leontiev (2004), ao refletir sobre o processo de surgimento da consciência, do pensamento e da linguagem humana, explica que sua gênese está contida no ato do trabalho. Ao exemplificar esse surgimento, o autor demonstra que já numa simples operação de caça entre os homens primitivos havia uma divisão do trabalho de modo socialmente organizada, em que o reflexo sobre a realidade desenvolvia ações nas quais os sentidos individuais de cada função estavam essencialmente relacionados ao fim coletivo e socialmente posto. Leontiev (2004) explica que no processo de caça havia a divisão de no mínimo dois

grupos, em que o primeiro, formado pelos batedores, tinha a função de afastar o animal para longe de si mesmo, e o segundo grupo ficava à espreita, e à espera, do animal para caçá-lo. As ações com intuito de afastar o animal, ou da espera do animal para abatê-lo, vão de encontro ao impulso biológico e instintivo que é o de matar e devorar rapidamente a presa. No entanto, quando as atividades isoladas são compreendidas na sua relação com a totalidade social, percebemos a razão e o objetivo de cada tarefa específica que tem como fim saciar a fome. Leontiev (2004, p. 84) elucida tal questão:

Assim, a atividade complexa dos animais superiores, submetida a relações naturais entre coisas, transforma-se, no homem, numa atividade submetida a relações sociais desde a sua origem. Esta é a causa imediata que dá origem à forma especificamente humana do reflexo da realidade, a consciência humana.

Desse modo, percebemos que por intermédio do trabalho humano, o ser social reflete a realidade de maneira consciente⁷, pondo de modo ideal um fim ao que quer alcançar. Estabelecendo de modo coletivo e social atividades parciais que se complementam ao serem inseridas numa totalidade social que irá reger essas diversas ações, confere uma unidade na satisfação das necessidades de cada grupo social.

O batedor, quando assusta o animal, submete igualmente a sua ação a uma certa ligação, a uma relação determinada, que une a fuga da presa à sua captura ulterior; mas não encontramos na base desta ligação uma relação natural, mas uma relação social, a relação de trabalho do batedor com os outros participantes na caçada coletiva.

Assim, sujeito e objeto não se fundem constituindo a mesma coisa, mas pelo contrário, refletem-se na cabeça do homem como uma relação prático-objetiva do sujeito para o objeto. Lukács (1966, p.89) reforça esse processo ao afirmar que:

Sólo en el intercambio mediado, em el proceso del trabajo, aparece una tal auténtica relación sujeto-objeto, y la extrañación y subjetivación del hombre se produce sólo paulatinamente, a través de un desarrollo lento y contradictorio. El hombre en génesis y hasta el hombre primitivo están muy ligados a la naturaleza, la divisoria entre sujeto y objeto, entre hombre y mundo circundante, es durante mucho tiempo fluida, indeterminada, sin marcar, y la rigurosa separación entre el “Yo” y el “No-Yo” es una forma sumamente tardía de la consciencia humana.

Através do distanciamento em que se opera essa relação pelo reflexo consciente, o conteúdo daquilo para que se orienta uma dada ação humana se desloca da sua fusão biológica para a complexidade das ações sociais. O ser social, por meio de sua

⁷ Consciente não corresponde ao domínio total das implicações suscitadas por sua ação, mas à posição de um fim, de um objetivo de modo intencional/consciente. Explicamos também que o sujeito é determinado socialmente e condicionado pelo inconsciente.

atividade produtiva, que é social, impulsiona o homem para além das barreiras biológicas. O seu ser desse modo é radicalmente histórico e social, e tem como base o modo e a forma de atividade que esse ser social estabelece com a natureza, consigo mesmo e com os demais seres humanos.

Dessa maneira, a transformação da natureza pelo homem por intermédio seu trabalho se constitui no fundamento essencial na constituição do pensamento humano, como também no desenvolvimento de sua inteligência através da aprendizagem imposta por essa atividade. E sobre esse processo social e histórico da formação e constituição do ser social diz Leontiev (2004, p.91):

O pensamento humano, como o conhecimento humano em geral, distingue-se fundamentalmente do intelecto dos animais porque só ele pode aparecer e desenvolver-se em união com o desenvolvimento da consciência social. Os fins da ação intelectual no homem não são apenas sociais por natureza, vimos que os modos e os meios desta ação são igualmente elaborados socialmente.

E como consequência disso tudo:

Quando aparece o pensamento verbal abstrato, ele não pode efetuar-se a não ser pela aquisição pelo homem de generalizações elaboradas socialmente, a saber, os conceitos verbais e as operações lógicas, igualmente elaboradas socialmente.

Se observarmos o pensamento de Leontiev fundamentado em seus estudos a partir da obra de Marx, percebemos que a consciência toma forma concreta pela e através da linguagem. A consciência e a linguagem são produtos da atividade e da coletividade humana.

Como se formaram a palavra e a linguagem? No trabalho os homens entram forçosamente em relação, em comunicação uns com os outros. Originariamente, as suas ações, o trabalho propriamente, e a sua comunicação formam um processo único. Agindo sobre a natureza, os movimentos de trabalho dos homens agem igualmente sobre os outros participantes na produção. Isto significa que as ações do homem têm nestas condições uma dupla função: uma função imediatamente produtiva e uma função de ação sobre os outros homens, uma função de comunicação (LEONTIEV, 2004, p.92).

Posteriormente essas duas funções se separam dos movimentos diretamente relacionados ao trabalho humano, constituindo-se inicialmente na forma de gestos, e por fim, numa linguagem sonora e articulada que comunica aos outros homens o que se quer dizer, o que não se pode proferir, e o que de algum modo foi silenciado. Desse modo a linguagem direciona, induz, comunica e não comunica fins e sensações sobre si mesmo e sobre o mundo aos demais seres da comunidade humana. A palavra é portadora do reflexo consciente/inconsciente e objetivado da realidade, tornando-se a

forma e a base das generalizações conscientes da realidade. Como explica Lukács (1981, p.110), só o “distanciamento conceptual dos objetos por meio da linguagem é capaz de fazer com que o distanciamento real que se realizou no trabalho seja comunicável e seja fixado como patrimônio comum de uma sociedade”. Desse modo, o distanciamento iniciado e proporcionado pelo trabalho possibilitou o surgimento da linguagem como lugar e forma material da expressão conceptual do homem sobre si mesmo e seu mundo.

A linguagem tem como função ser um instrumento social para dar curso às posições teleológicas⁸ que têm por finalidade induzir outros homens a determinadas posições teleológicas. Essa finalidade essencial da linguagem, de induzir/convencer/direcionar⁹ os homens a determinadas formas de fim social, não tem em sua natureza algo de negativo ou de uma determinação cega e mecânica de uns sobre os outros. Na reprodução do ser humano e em qualquer forma histórica que se apresente, contém em seu interior contradições e possibilidades na construção do novo. Porém, da mesma forma que a ciência sofre as mistificações produzidas nas lutas de classe de uma sociedade antagônica, a linguagem toma significados diferentes em relação ao lugar histórico e social de onde se fala. Seguindo Marx e Lukács, Cavalcante (1999, p.1) adota um conceito de linguagem

que contemple seu papel constitutivo, na interação social e a força ideológica de seus signos, cuja compreensão não pode resultar de um ato passivo, descolado da realidade, uma vez que resulta do trabalho que os sujeitos realizam com e sobre a língua, num processo contínuo de apropriação – objetivação. É através desse processo que o indivíduo constrói sua subjetividade e se constitui como sujeito.

A linguagem é aqui compreendida como um processo dinâmico e concreto das relações entre os diversos sujeitos sociais em diferentes lugares e tempos históricos. É a partir dela que os sujeitos refletem a realidade, tomam consciência (em diferentes níveis), possibilitando uma efetiva transformação de suas práticas sociais. Assim, para Lukács (1981, p.80) essa categoria:

⁸ “A teleologia é por sua natureza uma categoria posta: todo processo teleológico implica uma finalidade e, portanto, uma consciência que põe um fim. Contudo, o fato de a teleologia ser necessariamente posta pela consciência não a reduz a mera e simples pulsão da subjetividade. Sem subjetividade não há teleologia – mas a consciência, assim como a teleologia, apenas existe no interior do ser social e, portanto, em relação com a sua materialidade” (LESSA, 2002, p.71).

⁹ Esse processo de indução, convencimento e direcionamento está sempre sujeito a falhas, rupturas e confronto, pois tal processo se dá numa sociedade humana que tem como fundamento a contradição.

[...] acolhe em si todas as manifestações da vida humana e dá a elas uma figura capaz de comunicá-las; portanto, só porque forma um complexo total, onicompreensivo, sólido, e sempre tão em movimento quanto a própria realidade social que reflete e torna comunicável, a linguagem é capaz de satisfazer esta necessidade social.

Desse modo, o ser social por meio do trabalho (transformação da natureza) se constitui num ser radicalmente histórico, pois através dessa atividade constrói seu mundo como resposta as suas necessidades. A linguagem possibilita a materialização do pensamento humano-social, estrutura a capacidade do refletir sobre si mesmo, sobre a sociedade e a natureza, tornando comunicável essa realidade. Magalhães (2003, p78) demonstra a função da linguagem no processo de construção do mundo humano-social:

Para que a criação do novo aconteça, é preciso que as mudanças cheguem até a consciência para conservá-las e promover a reprodução, através da generalização social. É nesse processo que a linguagem cumpre a sua função: fixar na consciência as aquisições conservando-as e superando-as a partir do desenvolvimento de novas perguntas e novas respostas.

O homem precisa ter conhecimento do que se foi produzido pela humanidade, e não só conservar esse conhecimento para as futuras gerações. A linguagem materializa essa informação, torna possível de ser compreendida e conservada. No entanto, o processo da linguagem humana, sendo social, histórica, ideológica e atravessada pelo inconsciente, não deve ser compreendido de modo isolado. O sistema linguístico com sua autonomia relativa é uma práxis específica, a qual cumpre uma função determinada na produção e reprodução da existência humana, porém é determinada em última instância pela economia, ou melhor, pelas relações de produção econômica e social de cada época histórica. Pois, como nos lembra Marx (2002, p.18)

a produção das idéias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real.

E complementando esse pensamento, o mesmo autor afirma que:

São os homens que produzem suas representações, suas idéias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real (MARX, 2002, p.19).

Assim, a linguagem possibilita tornar consciente o ser dos homens, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. As relações de produção com suas contradições de interesses de classes, com suas demandas e necessidades históricas, seus conflitos

etc., conformam a base material das representações materializadas na/pela linguagem. Pois,

não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital (MARX, 2002, p.19).

Percebemos assim que o ser social é histórica e economicamente determinado, não entendendo determinação como uma força cega, sem saída para o sujeito, pois é a subjetividade humana que produz o novo. A subjetividade torna possível um planejamento no nível ideal se objetivar na realidade social. A relação entre objetividade e subjetividade constitui-se num movimento recíproco e dialético, no qual uma não se confunde com a outra, porém é impossível entendê-las sem a compreensão dessa relação. Contudo, explicam Lessa e Tonet (2008, p.44), primeiramente temos a matéria como anterior:

à idéia; a natureza existia antes de os homens surgirem; que a idéia é um desenvolvimento tardio da matéria. O segundo é que, em se tratando da reprodução do mundo dos homens, as determinações materiais (que são fundadas prioritariamente pelo desenvolvimento das forças produtivas) constituem o momento predominante no desenvolvimento das idéias.

Dito isso, retomamos o poder fundador da liberdade do ser social por intermédio da subjetividade. É a interferência de uma subjetividade histórica, e ideologicamente situada, que torna possível a criação do mundo dos homens. Magalhães (2003, p.79) contribui para a compreensão dessa questão:

Sem a interferência da subjetividade, é impossível qualquer escolha entre as alternativas existentes na objetividade, que funcionaria apenas com sua lógica interna ou ao sabor do acaso. Na verdade, é o surgimento da subjetividade que instaura o ser social; e a história do gênero humano é a história da intervenção da subjetividade na objetividade.

A subjetividade é o campo da liberdade humana, pois o sujeito é quem escolhe dentre as alternativas postas pela objetividade a que melhor se amolda na resolução de suas carências sociais. No entanto, o campo da possibilidade, das alternativas possíveis nas quais o sujeito pode operar transformações, é dado pela realidade social em cada momento e pela conjuntura historicamente dada.

Entendemos que em toda práxis humana se opera uma relação entre subjetividade e objetividade, na qual o ser social dotado de subjetividade poderá

construir o novo, instaurando transformações no seu interior, na sociedade e na natureza,

pois a subjetividade tem o poder de mudar a realidade, de captar a realidade, mas ela depende da lógica dessa mesma realidade para conseguir realizar essas duas atividades. Não há nenhuma autonomia plena da subjetividade, que é determinada pelas relações sociais e que escolhe as alternativas apresentadas pelo seu tempo histórico. Por mais individuais que pareçam as escolhas do sujeito elas são sociais.

O discurso, o qual constitui nosso objeto de análise, segue a mesma lógica de qualquer práxis social, pois se configura numa “objetividade feita subjetividade, através de um pôr social feito de linguagem” (FLORÊNCIO et al., 2009, p.48). Configura-se numa relação entre estrutura (lingüística) e acontecimento (histórico/ideológico), ou seja, entre a ordem da língua, lugar de materialização do discurso, e a ordem da história, momento que sustenta os sentidos possíveis.

É na relação intrínseca entre língua, história e ideologia que se estrutura e se movimenta o discurso, e do mesmo modo, seu estudo deve captar a complexidade e especificidade desse objeto social/histórico e ideológico. A análise do discurso, que será tratada logo abaixo, funda um novo e radical olhar sobre a linguagem humana, pois, de acordo com Orlandi (1996, p.24):

A AD produz um outro lugar de conhecimento com sua especificidade. Não é mera aplicação da lingüística sobre as ciências sociais ou vice-versa. A AD se forma no lugar em que a linguagem tem de ser referida necessariamente à sua exterioridade, para que se apreenda seu funcionamento, enquanto processo significativo. Nessa remissão, o conhecimento da linguagem fica a cargo da lingüística, e o da exterioridade, a cargo das ciências sociais. Não é assim, eu diria, antes, que a AD é uma espécie de antidisciplina, uma desdisciplina, que vai colocar questões da lingüística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga do mesmo modo que coloca questões para as ciências sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam.

A análise do discurso trabalha, conforme Orlandi (1996), no entremeio, mostrando não haver separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva. Desse modo, nossa pesquisa recorrerá à compreensão teórica e metodológica da língua, e do discurso, conforme a Análise do Discurso de linha francesa, fundada por Pêcheux em 1960. E tomará partido, dentro da Análise do Discurso (AD), pelos estudos realizados na Universidade Federal de Alagoas, os quais dialogam com a perspectiva ontológica de Marx e Lukács, na compreensão e fundamentação de categorias essenciais sobre a linguagem, o discurso, a ideologia e o sujeito.

1.1. Análise do Discurso: panorama histórico de sua constituição teórica e metodológica

A partir de 1960, por efeito da conjunção de alguns acontecimentos históricos¹⁰ na França e no mundo, alguns estudiosos começam a questionar os saberes estabelecidos pelo estruturalismo hegemônico na ciência. No campo dos estudos da linguagem, a dominância recaía sobre a visão formalista/estruturalista da língua defendida por Saussure. Conforme Florêncio et al. (2009, p.20):

Estudiosos passam a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem, não mais centrado apenas na língua, como dizia Saussure, considerada como um sistema de signos ideologicamente neutro e como uma estrutura estabilizada, pouco sujeita a mudanças. A fala, o sujeito, as relações sociais – exclusões operadas por Saussure – são trazidas para as discussões lingüísticas. Os estudos até então limitados a uma “lingüística da língua”, passam a considerar sua dualidade constitutiva, isto é, seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado pelo social, pela história e, conseqüentemente, pela ideologia. A materialidade da língua funde-se à materialidade da história e opera nas relações sociais.

Essas transformações sociais e políticas de uma época histórica recaem sobre o campo epistemológico e cria fissuras nas “certezas” engessadoras dos estudos da linguagem. Estudiosos iniciam reflexões críticas quanto à desconsideração da variação lingüística e dos efeitos das relações sociais, políticas e ideológicas na produção dos sentidos. Pêcheux (1969), Roulet (1978), Verón (1980), entre outros, irão problematizar a perspectiva teórica do gerativismo-transformacional, resgatando o ideológico e o histórico para a análise da língua.

É nesse momento de crítica e de questionamento dos limites e das possibilidades presentes nas teorias da linguagem que surge o campo teórico e metodológico da Análise do Discurso. A Análise do Discurso (de agora em diante AD) tem, conforme Maldidier (1994), uma dupla fundação representada nas figuras de Jean Dubois e Michel Pêcheux. As pesquisas desses dois autores, de modo independente, e dos teóricos e grupos, os quais se aliaram a um ou a outro, refletiram a formação de uma teoria e de uma prática de análise da linguagem que tem o discurso como objeto de análise, em constante construção e reconstrução teórica. Maldidier (2003, p.16) narra tal fato histórico:

¹⁰ Período pós II Guerra Mundial – Guerra Fria, divisão do mundo em dois blocos de poderes liderados pelos Estados Unidos (bloco capitalista) e União Soviética (“bloco socialista”). – Movimento dos estudantes em maio de 1968, em Paris, propondo transformações na estrutura conservadora e elitista da universidade francesa.

O projeto de Michel Pêcheux nasceu na conjuntura dos anos de 1960, sob o signo da articulação entre a lingüística, o materialismo histórico e a psicanálise. Ele, progressivamente, o amadureceu, explicitou, retificou. Seu percurso encontra em cheio a virada da conjuntura teórica que se avoluma na França a partir de 1975. Crítica da teoria e das coerências globalizantes, desestabilização das positivities, de um lado. Retorno do sujeito, derivas na direção do vivido e do indivíduo, de outro. Deslizamento da política para o espetáculo! Era a grande quebra. Deixávamos o tempo da “luta de classes na teoria” para entrar no do “debate”. Neste novo contexto, Michel Pêcheux tentou, até o limite do possível, re-pensar tudo o que o discurso, enquanto conceito ligado a um dispositivo, designava para ele.

O discurso, como podemos perceber, se constitui num novo e intrigante objeto de análise. Um lugar de contradição que, para desvendá-lo, não há nessa nova teoria e campo analítico um lugar instrumentalmente “seguro” e “pronto”. Questões sobre o real da língua, seu funcionamento e seus efeitos de sentidos recaem sobre o real da história. A não transparência da linguagem e dos sentidos constituídos historicamente se liga à noção de um sujeito que se identifica, ao projetar-se para o mundo, com os processos ideológicos e com o inconsciente. Desse modo, o discurso por sua complexidade, necessita de uma teoria e de um cabedal metodológicos da mesma envergadura, e por isso sua construção histórica é permeada de avanços e de retrocessos. O próprio Pêcheux demonstra em sua vasta e rica obra esses momentos.

Nestes últimos anos, “análise automática do discurso” (abreviadamente: AAD) produziu um certo número de publicações, tanto no nível teórico quanto no das aplicações experimentais. Parece-nos que as observações, interpretações, críticas ou mesmo deformações que suscitaram nestes dois níveis precisam de uma reformulação de conjunto, visando a eliminar certas ambigüidades, retificar certos erros, constatar certas dificuldades não-resolvidas e, ao mesmo tempo, indicar as bases para uma nova formulação da questão, à luz dos desenvolvimentos mais recentes, freqüentemente não publicados, da reflexão sobre a relação entre a lingüística e a teoria do discurso.

Esse autor em sua “aventura teórica” reconhece o quanto o processo discursivo, para ser entendido, interpretado e apreendido por uma teoria, deve dispor de instrumentais teóricos e analíticos em constante (des)construção. O discurso, sendo uma práxis em que o social, o político, o cultural, o econômico e o ideológico se significam na e pela linguagem, carrega em seu bojo a incompletude do dizer, as posições ideológicas dos sujeitos que o enunciam e os conflitos e interesses de classes em cada momento histórico. De acordo com Ferreira (2005, p.13):

O discurso sempre foi para Michel Pêcheux o objeto de uma busca infinita que, sem cessar, como lembra Denise Maldidier, “lhe escapa”. É no

discurso, precisamente, que se concentram, se intrincam e se confundem, como um verdadeiro nó, as questões relativas à língua, à história e ao sujeito. E é também onde se cruzam as reflexões de Pêcheux sobre a história das ciências, sobre a história dos homens, sua paixão pelas máquinas, entre outras tantas. O discurso constitui-se, assim, no verdadeiro ponto de partida de uma “aventura teórica”.

O discurso, ao se constituir num nó complexo e de intrincada compreensão, necessita de uma teoria e de uma prática de análise que o apreenda em seu movimento, demonstrando “como” tal discurso num determinado acontecimento histórico e ideológico faz sentido. Conforme Ferreira (2005) e Orlandi (1996), respectivamente, o discurso se apresenta como um “objeto fronteira”, uma disciplina de “entremeio”.

A língua para a AD não é percebida como um sistema fechado em si mesmo, isolado e a-histórico, ao contrário, ela é estrutura e acontecimento. A materialidade linguística, simultânea e dialeticamente, é constituída pela materialidade histórica. Sobre esse aspecto, Ferreira (2005, p.15) nos explica que:

Nem por isso, parece apropriado atribuir à Análise do Discurso uma designação de disciplina interdisciplinar, como alguns teóricos insistem em fazer. Fazer isso seria cair na tentação de encará-la como disciplina de caráter meramente instrumental, sem especificidade própria. E isso definitivamente ela não é. Além do mais, essa ótica reducionista, que elide sua principal característica de ser uma teoria crítica da linguagem.

A língua, portanto, para a AD não é a mesma dos linguistas, e tampouco a dos analistas de conteúdo das ciências sociais. Com isso, nem partimos de uma compreensão de um sistema linguístico isolado e a-histórico, como também não entendemos que o texto é apenas uma ponte transparente entre quem lê e o mundo a ser explicado. O sistema da língua tem sua especificidade de funcionamento interno de maneira relativa, pois a história com seus conflitos de classes intervêm e sustenta de modo dinâmico os diversos sentidos possíveis de cada discurso materializado na linguagem.

Pêcheux, para compor sua teoria do discurso e desenvolver uma metodologia que possibilitasse sua análise, foi influenciado por muitos teóricos de sua época histórica. Gregolin (2003) expõe que sua jornada teórica e analítica na composição da AD é formada por quatro grandes pilares. O primeiro, representado na figura de Louis Althusser, colocará para Pêcheux a questão da ideologia e dos aparelhos ideológicos do Estado. Essa discussão teórica de fundo marxista irá ajudá-lo na composição de um sujeito do discurso social e historicamente constituído.

O sujeito não é considerado como um ser individual, que produz discursos com liberdade: ele tem a ilusão de ser o dono do seu discurso, mas é apenas um efeito do assujeitamento ideológico. O discurso é construído sobre um inasserido, um pré-construído (um já-lá), que remete ao que todos sabem, aos conteúdos já colocados para o sujeito universal, aos conteúdos estabelecidos para a memória discursiva.

Gesta-se, nesse ínterim, uma longa discussão que Pêcheux fará ao longo de sua vida; as formações ideológicas e discursivas serão problematizadas, ampliadas e complexificadas. O segundo pilar a sustentar seus fundamentos será o trabalho de Michel Foucault. As obras “A Arqueologia do Saber” de 1969 e a “Ordem do Discurso” de 1970 influenciarão Pêcheux na elaboração de conceitos necessários à análise da linguagem. Primeiramente delinea-se o conceito de Formação Discursiva, entendido como sítio e lugar sócio-histórico do dizer.

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (PECHEUX, 1988, p.160)

A Formação Discursiva (FD) assim como muitos outros conceitos formulados por Pêcheux, em comunicação direta e indireta com autores aqui citados, sofrerão alterações e revisões ao longo de sua caminhada. Isso fica esclarecido quando Pêcheux (2002, p.56) observa que:

A noção de “formação discursiva” emprestada a Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora.

A FD num primeiro instante de sua configuração apresenta-se de modo fechado, em que o lugar de cada sujeito ao identificar-se numa formação ideológica dada ecoa seus dizeres a partir de uma formação discursiva específica. Torna-se, num outro momento, um espaço discursivo complexo, no qual há numa formação discursiva um campo de possibilidade do dizer e do não dizer que domina, mas que é perpassado por outras vozes e outras possibilidades desse sujeito contraditório. Outro instrumental teórico que será desenvolvido nesse diálogo com Foucault será o de “acontecimento

discursivo”¹¹, em que um enunciado irrompe na e em relação com um conjunto de outros enunciados. Com isso,

Foucault propõe buscar as regularidades para descrever jogos de relações entre enunciados, entre grupos de enunciados, entre acontecimentos, pois o enunciado, de um lado é um gesto; de outro liga-se a uma memória, tem uma materialidade; é único mas está aberto à repetição e se liga ao passado e o futuro. (GREGOLIN, 2003, p.28).

O terceiro teórico consubstanciado na figura de Bakhtin apenas será conhecido¹² por Pêcheux e seu grupo no final dos anos 70. Bakhtin, teórico russo, produziu sua teoria nos anos de 1930 a 1970 e apenas será lido na Europa de forma tardia. Nas palavras de Beth Brait, a obra de Bakhtin ainda se dá a conhecer no Ocidente.

Podemos afirmar que os conceitos bakhtinianos de polifonia e de dialogismo¹³ como constitutivos da linguagem influenciaram alguns dos integrantes do grupo de analistas que se aliavam a Pêcheux, incluindo o próprio Pêcheux, que terá em sua obra a presença das reflexões e conceitos de Bakhtin, sob outras nomenclaturas.

Por fim, teremos o quarto pilar que influenciará a constituição da obra do fundador da AD Francesa. Com a releitura de Freud, Lacan em seus estudos sobre o inconsciente terá um lugar de importância na constituição do sujeito do discurso. Pêcheux, nesse encontro teórico com Lacan, desenvolverá a ideia de um sujeito não só interpelado pela ideologia, mas também o sujeito do desejo inconsciente. Veremos nesse instante que a teoria da Análise do Discurso conjuga-se de modo articulado, e em processo, em três regiões do conhecimento científico: na presença do materialismo histórico; na linguística, com a compreensão do funcionamento do sistema da língua; numa teoria do discurso através dos estudos da semântica e da sintaxe. Nas palavras de

¹¹ Para Pêcheux o acontecimento discursivo se configura num ponto de encontro de uma atualidade e uma memória. Que desse modo, abre a possibilidade da interpretação, de significados e sentidos em constante movimento de resignificação e/ou tornar-se outro. Guimarães (2005, p.12) explica que o acontecimento “é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentidos, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação. [...] O sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar nesta memória, portanto não é estar no tempo (dimensão empírica).

¹² Isso segundo Gregolin (2003).

¹³ Explicando a relação entre dialogismo e polifonia em Bakhtin, recorreremos a Florêncio (2002, p.242), quando afirma que “o diálogo é condição da linguagem e do discurso, não existe linguagem sem que se dê o fenômeno do dialogismo; polifonia é um efeito de sentido produzido em um discurso que não esconde todas as vozes. É a luta entre as vozes sociais que aparece, ou não, mas que está presente em qualquer texto, seja ele considerado monofônico ou polifônico.

Pêcheux (1990, p.164), todas elas “atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).”

Enquanto a Análise do Discurso desenvolve-se na França, na década de 1960, no confronto político e teórico com o conteudismo e a corrente formalista-logicista, no Brasil, de acordo com Ferreira (2005, p.16), a conjuntura política e o período histórico são diferentes. “No Brasil, desde o início, o embate se deu com a Lingüística, sendo a Análise do Discurso acusada de não dar importância à língua, fixando-se exclusivamente no político”. Eni Orlandi detém o mérito da divulgação e consolidação institucional dessa teoria nas análises do discurso no Brasil.

A Análise do Discurso de matriz francesa, ao estruturar-se nas universidades brasileiras, engendra desdobramentos e deslocamentos próprios a sua particularidade, refletindo deslocamentos teóricos e redes de filiações metodológicas das mais variadas correntes. Filiamos-nos neste trabalho, para efeito de análise do nosso *corpus* discursivo, à Análise do Discurso formulada por Pêcheux, e aos estudos desse campo da ciência da linguagem produzidos pela Universidade Federal de Alagoas, os quais articulam a teoria do discurso com a perspectiva marxista ontológica de Marx, Lukács e Bakhtin. Pois, de acordo com Florêncio et al. (2009, p.29):

É a essa concepção de língua enquanto atividade especificamente humana, concreta, histórica que nos filiamos. Língua entendida como entidade inacabada, imprecisa, ambígua, cujos elementos assumem funções sintáticas e configurações semânticas não de todo definidas nem definitivas, o que implica poder observar sua incompletude. Ou seja, as palavras embora podendo conter significados trans-situacionais, produzem sentidos específicos, quando utilizadas em diferentes posições ideológicas.

Ao entendermos que o discurso se inscreve num lugar ideologicamente determinado, este varia seu sentido segundo a posição ideológica do sujeito enunciativo. Faz-se necessário então compreendermos a gênese e a função essencial da ideologia na reprodução do ser social, assim como a forma em que ela se apresenta na sociabilidade capitalista. Desse modo, poderemos perceber a relação entre língua, discurso e ideologia.

1.2. Conceituando ideologia

A questão da ideologia é material extenso em muitos livros produzidos por diferentes autores das ciências sociais. Concordamos com Lowy (2003, p.10) ao afirmar que

é difícil encontrar na ciência social um conceito tão complexo, tão cheio de significados, quanto o conceito de ideologia. Nele se dá uma acumulação fantástica de contradições, de paradoxos, de arbitrariedades, de ambigüidades, de equívocos e de mal-entendidos, o que torna extremamente difícil encontrar o seu caminho nesse labirinto.

Diante do exposto, optaremos, dada a extensão do tema, complexidade e variadas abordagens em relação à ideologia, conceituá-la na perspectiva ontológica de Lukács. Vaisman (1989), seguindo a orientação de Lukács, explica que, de forma resumida, a temática da ideologia é abordada historicamente por dois troncos básicos que dividem as ciências sociais: o tronco gnosiológico, o qual vincula o estudo da ideologia à problemática do conhecimento- ao mundo das ideias; e, de modo contrário, a perspectiva ontológica, que relaciona a gênese e função social da ideologia à vida prática dos homens.

A análise do fenômeno ideológico a partir de uma perspectiva fundamentada gnoseologicamente é, na verdade, o resultado de uma tendência que vem se desenvolvendo há, praticamente, dois séculos no campo da filosofia. Refiro-me ao fato de que neste período o pensamento filosófico ter sido inteiramente dominado pela teoria do conhecimento, pela lógica e pela metodologia, (e) hoje esta dominação está longe de ter sido superada. Ou seja, o fato do critério gnoseológico ter se tornado o critério fundamental e praticamente exclusivo na determinação do que é e do que não é ideologia deriva do predomínio no campo filosófico da questão do conhecimento, que acabou por deprimir o interesse pela questão ontológica. Pode-se dizer que a interdição da metafísica se converteu no pensamento filosófico contemporâneo – dominado que está em grande parte pelo neopositivismo – numa categórica afirmação de que toda a questão sobre o ser, toda tomada de posição sobre o problema de saber se alguma coisa é ou não é, constitui um despropósito intempestivo, totalmente destituído de qualquer fundamento científico (VAISMAN, 1989, p.408).

Segundo a perspectiva gnoseológica, a questão do ser desvincula-se do conhecer, ou seja, posso definir ideologia isolando-a numa compreensão essencialmente teórica, abstrata, como uma questão vinculada à problemática do conhecimento. Diferentemente dessa visão reducionista, o tronco ontológico estabelece que a base do conhecimento é representada pelo ser dos homens, e o ser dos homens, lembrando Marx, é o próprio homem, sua vida material, seu cotidiano, enfim, sua concretude. Vaisman em tom irônico desvela a incoerência da epistemologia gnoseológica:

Quando alguém caminha pela rua – mesmo que seja, no plano da teoria do conhecimento, um obstinado neopositivista, capaz de negar toda realidade – ao chegar a um cruzamento, deverá por força convencer-se de que, se não parar, um automóvel real o atropelará realmente; não lhe será possível pensar que uma fórmula matemática qualquer de sua existência estará subvertida pela função matemática do carro ou pela sua representação da representação do automóvel (1989, p.408).

Sendo assim, explica a mesma autora:

A recuperação da ontologia na perspectiva lukacsiana é a afirmação de que o real existe, o real tem uma natureza e esta existência e natureza são capturáveis intelectualmente. E, na medida em que é capturável, pode ser modificada pela ação cientificamente instruída, ideológica e conscientemente conduzida pelo homem.

O real através dessa compreensão ontológica não se configura numa ilusão dos sentidos, num ato de vontade ao bel-prazer do sujeito ou num beco sem saída regido pelo movimento do acaso ou da natureza. Nossa subjetividade pode se objetivar na conquista da realidade em si, e diante das carências historicamente postas para o ser social, captar e escolher dentre as alternativas objetivas a que melhor se ajuste ao cumprimento de sua necessidade. Essas respostas objetivam finalidades sociais, pois segundo Cavalcante (2002, p.51), na práxis social:

a produção e reprodução da existência dos homens em sociedade é um processo que se dá a partir de posições teleológicas, que são uma especificidade do ser social. Ou seja, só o ser humano é capaz de pré-estabelecer um fim para seus atos e antever¹⁴ o resultado da sua ação

Tendo como fundante o trabalho, ou seja, a transformação da natureza, o homem produz o novo, fato inerente à práxis humana. Nessa processualidade radicalmente histórica a realidade produzida por essa atividade torna-se cada vez mais social e complexa, como também o próprio ser social já não é o mesmo. Portanto, esse desenvolvimento social é sempre crescente e genérico, visto que tanto a atividade do homem é social como o processo de apreensão dos conhecimentos advindos dela também o são. Lukács (1981, p. 51) nos esclarece sobre esse processo de enriquecimento dessa atividade cada vez mais social:

O homem torna-se um ser que dá respostas, precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e, quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, freqüentemente bem articuladas.

O homem, ao realizar uma atividade estabelece, por meio da teleologia, os fins que deseja alcançar, antevendo a realização desse ato por meio de uma prévia-ideação. Essas posições teleológicas se efetivam de duas maneiras: a primeira é denominada de primária, parte operante da relação do homem com a natureza, a fim de transformar a

¹⁴ Antever aqui não expressa o total controle dos sujeitos quanto aos resultados e consequências das ações humanas, mas a possibilidade de visualizar alguns resultados.

realidade, por meio do trabalho, para responder às necessidades de existência do ser social; a segunda são posições que orientam as ações dos homens entre si, podendo assumir, conforme a realidade histórico-social, uma indução, que, através da subordinação, cooperação, contestação, adesão ou da resistência, influencia o agir desse sujeito em sua prática cotidiana. Segundo Vaisman (1986, p.26),

as posições teleológicas secundárias podem ser constatadas já nas primeiríssimas atividades laborativas, ou seja, mesmo no nível mais incipiente do desenvolvimento das forças produtivas, o processo laborativo coloca aos homens tarefas que só podem ser cumpridas se elas forem acompanhadas por posturas e afetividades adequadas à sua execução. Essa função desempenhada pelas posições teleológicas secundárias é tanto mais fundamental, quanto mais complexa for a divisão de trabalho.

A linguagem situa-se e age nas posições teleológicas chamadas secundárias, que servem de mediação entre os homens e dos homens em relação a sua ação sobre o conjunto complexo de atitudes e representações das relações sociais, culturais e econômicas em conflito relacionado às posições de classe. Assim, conforme Cavalcante (2002, p. 53), “toda ideologia só existe em relação dinâmica e contraditória com as demais e em função de uma conjuntura (conceptual) concreta”.

A ideologia para Lukács tem sua gênese ainda no mundo primitivo, pois nesse momento os homens precisavam ordenar e planejar suas atividades, e com isso a ideologia cumpria a função de induzir e orientar as atividades de um grupo para um determinado fim social. O complexo ideológico entendido de modo amplo, presente nas sociedades primitivas, não era perpassado por interesses de classes, e assim orientava as respostas dos indivíduos para a satisfação das necessidades cotidianas e comuns de cada agrupamento humano. Vaisman (1986, p.46), seguindo a orientação teórica de Lukács, explica que:

Em síntese, mesmo que as sociedades primitivas estejam livres de conflitos entre grupos sociais, isto não significa que nelas não se tenham verificado o aparecimento das posições teleológicas secundárias, pois sem a existência delas seria impossível pensar na existência de atividades voltadas para a subsistência, onde elas apareciam sob a forma de modos de agir universalmente reconhecidos para regular a cooperação e as expressões de vida a elas associadas (divisão da presa, etc). Devia existir, por isso, aspectos da seguinte ideologia: uma certa generalização social das normas do procedimento humano, mesmo se elas não se impunham ainda em termos antagônicos no âmbito da luta entre interesses de grupos.

Desse modo, para que os indivíduos possam responder as suas necessidades históricas entre as alternativas abertas pela totalidade social, há a necessidade de o complexo ideológico agir regulando e direcionando as atividades e os afetos humanos

em direção ao caminho escolhido. Assim, a ideologia, segundo Lukács (1981a), surge e opera nas teleologias secundárias, as quais têm a função de induzir os homens a assumirem as posições requeridas pelo processo de autorreprodução humana. A ideologia é uma forma consciente de responder de modo prático às carências de cada momento histórico, visando solucionar as problemáticas cotidianas, como também, questões de caráter mais geral da humanidade.

A concepção lukacsiana de ideologia tem como ponto de apoio fundamental a noção do homem como ser prático, característica primordial do ser social posta já no ato do trabalho, na posição teleológica e no desencadeamento de causalidades que o envolvem. Ontologicamente, essa noção implica o fato de que este ser prático age a partir de decisões entre alternativas; ser que, não sendo abstratamente independente das necessidades que a história lhe coloca, reage a essas necessidades empregando produtos espirituais que são constituídos, de forma não linear, em função dessas mesmas necessidades. Se portanto, de um modo geral, a produção de idéias em geral não tem vida própria, não tem história imanente, mas faz parte da história humana global e é determinada, através de múltiplas mediações, pelo modo como os homens produzem e reproduzem sua vida.

No entanto, com o surgimento das classes sociais, a ideologia sofrerá e representará os conflitos e antagonismos de interesses dessas classes em luta. Lukács (1981a, p.10) explica a função da ideologia de modo restrito, ou seja, nas sociedades divididas em classes sociais:

Desse modo, a ideologia no sentido restrito se manifesta e se desenvolve em sociedades divididas por grupos de indivíduos que se articulam porque há coincidência em seus interesses, e se opõem a grupos que têm interesses distintos e contrapostos. Estes conflitos podem ser dirimidos com eficácia na sociedade só quando os membros de um grupo logram persuadir a si mesmos que os seus interesses vitais coincidem com os interesses importantes da sociedade inteira, isto é, que todos aqueles que defendem estes interesses fazem ao mesmo tempo algo de útil para a sociedade inteira. Que isto, depois, seja efetuado com os instrumentos da persuasão ou então com a violência, aberta ou velada, produz tonalidades significativas, mas não é decisivo para o seu caráter de ideologia, assim como não o é a questão se o conteúdo dos fatos, das tendências sociais da época estejam em correspondência ou em contradição com elas, se a convicção que, nas individualidades e nos grupos, orienta o agir ideologicamente determinado seja sincera ou hipócrita etc. Ou seja, os interesses são decerto, por força das coisas determinadas pela estrutura social, mas tais determinações podem se tornar o motor da práxis somente quando os homens singulares vivam estes interesses como seus próprios interesses, e tendam a afirmá-los no quadro das relações vitais com os outros homens.

Os conflitos de uma sociedade de classe, e especificamente da sociabilidade capitalista, terão como base de sua existência as relações sociais produtivas, e a sua reprodução necessitará do complexo ideológico como meio de convencimento nas práxis cotidianas. Como afirma Mészáros (2004, p.59),

a ideologia dominante tem uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade. Pode usar e abusar abertamente da linguagem, pois o risco de ser publicamente desmascarada é pequeno, tanto por causa da relação de forças existentes quanto ao sistema de dois pesos e duas medidas aplicado às questões debatidas pelos defensores da ordem estabelecida.

A ordem do capital detém, nunca de modo homogêneo, mas de maneira hegemônica, o controle e o poder sobre as formas de respostas totalizantes em relação aos conflitos do seu próprio sistema produtivo. O modo e a forma de compreender as problemáticas existentes na sociedade capitalista, e a maneira de enfrentá-las no cotidiano pelos indivíduos, terão de modo dominante a perspectiva da conservação e manutenção do *status quo*. Isso, no entanto, não elimina as outras e contrárias possibilidades existentes de alternativas e respostas ideológicas que a classe dominada produz no interior da mesma sociedade. Mészáros (2004) nos alerta para o fato de que a ideologia é determinada historicamente em dois sentidos: o primeiro, pelo aspecto de fazer com que a ideia de uma classe, ou de grupos distintos, seja percebida e absorvida como uma unidade, uma vontade geral e o interesse de todos. O outro aspecto, complementar dessa definição, é que a ideologia é mutável, ou melhor, os conflitos sociais a cada momento histórico são diferentes, e com isso as respostas ideológicas que irão orientar as práticas na tentativa de resolução desses conflitos são modificáveis. Desse modo, diz Mészáros:

os limites de tal questionamento são determinados pela época, colocando em primeiro plano novas formas de desafio ideológico em íntima ligação com o surgimento de meios mais avançados de satisfação das exigências fundamentais do metabolismo social.

A ideologia assume, dessa forma, um papel estruturador no campo cultural, hierarquizando, selecionando e orientando os elementos culturais que terão maior ou menor valor conforme os interesses de classe e as necessidades na resolução ou amenização dos conflitos erigidos nas sociedades. No caso da linguagem, os direcionamentos ideológicos terão como uma de suas formas de materialização a palavra, e a palavra em forma de discursos. A palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político etc. “As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (BAKHTIN, 2004, p.41). Se a ideologia opera nas teleologias secundárias, ou seja, nas posições ideais que atuam sobre outros homens

a fim de orientar e dirimir conflitos existentes numa dada sociabilidade, o modo de expressar e transmitir esse direcionamento ideológico induzindo e convencendo cada indivíduo é por meio da linguagem em forma de discursos. O discurso se produz na relação entre língua, história e ideologia, se constitui numa práxis social efetivada por um sujeito historicamente determinado e submetido¹⁵ a um código linguístico. O discurso opera sob a forma de linguagem, constituído de um querer histórico-ideológico, e tem como função primordial transformar/sugerir/convencer/silenciar dizeres/sentidos necessários à reprodução/transformação da sociedade.

Interessante observar o que afirma Pêcheux (1988, p.144) sobre a ideologia:

Ao falar de “reprodução/transformação”, estamos designando o caráter intrinsecamente contraditório de todo modo de produção que se baseia numa divisão de classes, isto é, cujo princípio é a luta de classes. Isso significa, em particular, que consideramos errôneo localizar em pontos diferentes, de um lado e, de outro, o que contribui para sua transformação: a luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto, o que na área da ideologia, significa que a luta de classes “passa por” aquilo que L. Althusser chamou os aparelhos ideológicos de Estado.

A ideologia, conforme Pêcheux, movimenta-se de modo complexo e contraditório. Com isso, não se constitui em dois blocos homogêneos e higienicamente formados (classe dominante x classe dominada), mas pelo contrário,

é impossível atribuir a cada classe sua própria ideologia, como se cada uma existisse em seu próprio campo “antes da luta de classes” com suas próprias condições de existência e suas instituições específicas, de tal sorte que a luta ideológica de classes fosse o ponto de encontro de dois mundos distintos e preexistentes, cada um com suas próprias práticas e sua visão de mundo, sendo esse encontro seguido pela vitória da classe “mais forte”, que então imporá sua ideologia à outra. Ao fim e ao cabo, isso apenas multiplicaria por dois a concepção de ideologia como *Zeitgeist* (PECHEUX, 1988, p.144).

Diferentemente, a ideologia se configura num lugar de luta/conflito, em que a contradição se constitui no elemento fundamental de sua existência e movimento. A ideologia reproduz/transforma as relações sociais nas quais ela surge e atua. Os Aparelhos Ideológicos do Estado se configuram, segundo Pêcheux (1996, p.144), no local e meio pelo qual a ideologia da classe dominante realiza sua dominação. Em outro texto intitulado “Remontemos de Foucault a Spinoza”, Pêcheux (1990, p.8) explica que:

O ponto decisivo me parece ser o de tornar capaz de pensar a unidade dividida das duas teses seguintes:

¹⁵ Submetido aqui não quer dizer sem escolha, sem saída, mas que para significar-se o sujeito necessita utilizar-se de um código linguístico determinado, e mais, precisa ser minimamente compreensível em sua formulação através desse código linguístico específico.

- 1) Em todo modo de produção regido pela luta de classes, a ideologia dominante (ideologia da classe dominante) domina as duas classes antagonistas;
- 2) A luta de classes é o motor da história e produz a história da luta ideológica de classes.

A luta de classes é à base do processo histórico de uma sociedade de classes, e o complexo ideológico, responde e expressa à complexidade e contraditoriedade das demandas orientadoras das práticas sociais na resolução/amenização/transformação de seus conflitos. A dominação ideológica da classe dominante atravessa não só na forma de uma força externa a classe dominada, mas também, internamente, em seu próprio campo ideológico. Pêcheux (1990, p.9) esclarece tal problemática:

A burguesia e o proletariado formam-se juntos dentro do modo de produção capitalista, sob a dominação da burguesia e, em particular, da ideologia burguesa. O proletariado não pertence, então, a um outro mundo que contém como um germe independente sua própria ideologia, portanto uma essência de certa forma entravada, refutada, dominada, pronta a sair armada, a seu tempo, o futuro. Esta é uma falsa concepção da ideologia dominada: não se trata, em realidade, somente de uma dominação que se constitui do exterior, se assim podemos dizer, de uma dominação que se manifesta na própria organização interna da ideologia dominada. Isso significa simultaneamente que o processo histórico, por meio do qual a ideologia proletária permanece paradoxalmente em contato com a ideologia burguesa, precisamente na medida em que ela realiza sua destruição.

Contudo, o mesmo autor explica que:

Os Aparelhos Ideológicos de Estado não são puros instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que simplesmente reproduzem as relações de produção existentes: essa instauração dos Aparelhos Ideológicos de Estado não se faz sozinha; ao contrário, é o pivô de uma luta de classes muito acirrada e contínua, que significa que os Aparelhos Ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, a sede e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista). Daí a expressão “reprodução/transformação” (PECHEUX, 1996, p.144)

Se as relações sociais de produção e reprodução da sociabilidade capitalista transformam a contradição de classes em luta constante, num jogo de interesses conflitais sobre vários aspectos da vida cotidiana, os Aparelhos Ideológicos de Estado,¹⁶

¹⁶ Estamos compreendendo o aparelho ideológico do estado como espaço de conflito político e ideológico que cumpre um importante papel na transformação social; no entanto esse papel é negativo no que diz respeito a se configurar numa expressão/e instrumento de dominação de uma classe sobre outra. A revolução, como afirma Marx (1995, p.25): “A revolução em geral- a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações- é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade desse ato político na medida em que tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político.” E o mesmo autor complementa: “Toda revolução dissolve a velha sociedade; neste sentido é social. Toda revolução derruba o velho poder; neste sentido é política.”

arena dessa luta ideológica, se constituem em sítios/lugares/regiões plurais, pois refletem a contradição/desigualdade/subordinação dessas relações num nível ideológico. Num texto ainda inédito no Brasil, “Zu rebellieren und zu denken wagen” (Ousar rebelar-se e pensar), Pêcheux (1983, p.32 apud FONTANA, 2005, p.54) diz que:

O texto trata de conceber a resistência, a revolta e a atitude revolucionária dentro da ideologia como ruptura internas do processo de assujeitamento e de interpelação. A principal idéia aí defendida é que a ideologia dominante não é jamais dominante sem contradição; que não haverá jamais qualquer ritual ideológico sem falhas; e que estas múltiplas falhas são, de fato, o espaço para a constituição das ideologias dominadas. Estas não são nem um simples reflexo da ideologia dominante na ideologia dominada nem um germe independente *sui generis*. Desta maneira, as ideologias dominadas parecem estar aprisionadas no paradoxo de uma ambigüidade que nunca para de deslocá-las através da desregionalização; uma tendência dessidentificadora das massas para o não-estado.

É nessa ininterrupta luta ideológica e política entre o velho (instituído) e o novo, que como possibilidade histórica pode surgir, que os sujeitos ecoam seus dizeres, clamores e revoltas. As falhas, rachaduras e fissuras na luta de classes, e conseqüentemente no complexo da ideologia, criam a possibilidade da desidentificação do sujeito para o “não-estado”, ou seja, para um outro lugar político/ideológico que não apenas queira movimentar-se no espaço político do possível, do desejável, do aceito pelo hegemônico poder da ordem dominante.

Desse modo, uma dada formação ideológica deve ser analisada na sua relação com o ponto de vista de classe à qual se alia, e regionalmente compreendida, pois, conforme explica Pêcheux (1990, p.10):

É porque as formações ideológicas têm um caráter regional que elas se referem às mesmas coisas de modo diferente (Liberdade, Deus, a Justiça, etc.) e é porque as formações ideológicas têm um caráter de classe que elas se referem simultaneamente às mesmas coisas (por exemplo, a Liberdade) sob modalidades contraditórias ligadas aos antagonismos de classes.

Pêcheux (1988) explica que a ideologia não se compõe de ideias, mas de práticas, pois tanto a sua base genética se encontra nas relações sociais, históricas e políticas de cada época, como seu poder de convencimento e rebate tem efeito nas mesmas relações de produção e reprodução da sociabilidade humana.

A marca da determinação de classes materializa-se no discurso de modo particular a cada sujeito sob a forma de Formações Ideológicas (FI). As Formações Ideológicas têm um caráter regional e comportam posições de classes, posições que numa sociabilidade capitalista transportam em seu interior a contradição de uma sociedade cindida em interesses sócio-históricos antagonísticos. E sob o suporte de uma

Formação Ideológica regulando/estabilizando o que pode e deve ser dito, temos as Formações Discursivas (FD). Explicando, Florêncio et al. (2009, p.74) dizem:

Se a formação discursiva estabelece o que pode e deve ser dito, é porque algo existe – em conflito com esta afirmação – que não pode e (ou) não deve ser dito e que, vindo de outro lugar, de outras formações discursivas, ali se imiscui, em diferentes efeitos de sentidos, muitas vezes rejeitados, mas que se evidenciam sob a forma de discursos outros. Assim, a formação discursiva assume caráter plural, com fronteiras tênues e instáveis, sempre passíveis de deslocamentos provocados por contradições ideológicas.

Os sujeitos do discurso ao falar, falam de um lugar social e histórico, tomam, mesmo que de modo inconsciente, uma posição de classe. Assim, os enunciados produzem sentidos através desse jogo ideológico, do dito, do não dito, do impossível de se dizer, do não poder falar e da necessidade do apagar/silenciar sentidos rejeitados e ideologicamente “perigosos”. Os sentidos das palavras não se encontram no interior das palavras, ou simplesmente, no desejo do falante, mas na relação com a posição social e ideológica na qual o sujeito se situa ao emitir seu enunciado. Florêncio et al. (2009, p.70) elucidam tal problemática ao afirmarem que:

As formações ideológicas – dão sustentação ao dizer, produzindo sentidos que discursivamente procuram camuflar conflitos e deixar passar a idéia de ausência de contradições de classes.

A ilusão de uma transparência de sentidos é que conduz ao efeito ideológico e às posições assumidas pelo sujeito do discurso, como responsável pelo sentido do dizer.

É o complexo de valores, atitudes e representações históricas das diferentes classes que deixa entrever que se pode falar das mesmas coisas, utilizando a mesma linguagem, a partir de diferentes lugares, ou seja, atribuindo-lhes diferentes sentidos.

O sentido, portanto, é determinado pela posição ideológica do sujeito falante, e segundo Pêcheux:

as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (1988, p.160).

Ou seja, são as condições materiais, históricas, sociais e ideológicas que servem de base e dão sentidos às palavras, e conseqüentemente, aos discursos. Os discursos em movimento na realidade social, materializados na língua, expressam um ponto de vista de classes, uma particularidade complexa e contraditória, em que cada sujeito ao falar de si e sobre o mundo é atravessado pela ideologia e pelo inconsciente.

O sujeito do discurso, ao produzir seus enunciados, o faz sob uma conjuntura historicamente determinada, respondendo às necessidades e problemáticas de sua época.

As condições de produção do discurso são definidas de modo amplo e restrito, pois ao falarmos, nos situamos numa realidade singularmente dada e universalmente construída. Ou seja, a particularidade de um discurso está na relação entre a situação imediata, a qual engendra a formulação de um dizer, e as condições sócio-históricas e ideológicas mais amplas. Conforme Pêcheux (1988) explica, só há prática de e sob uma ideologia, e complementando, só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos. Dessa maneira, não há como falarmos de ideologia sem que conseqüentemente tenhamos de abordar a questão do sujeito. Trataremos abaixo dessa questão, tentando localizar uma definição que melhor contribua para a compreensão do sujeito do discurso da sustentabilidade.

1.3. O(s) sujeito(s) do discurso: identificação, contraidentificação e conflito

Os sujeitos ao emitirem seus discursos sobre o mundo se submetem a uma estrutura linguística, falam de um mundo historicamente situado, se (des)identificam numa posição de classe e são atravessados pelo inconsciente. O real da língua e da história, com suas contradições de classes e regiões complexas do que se pode e não se pode dizer, torna a questão do sujeito um lugar de complexa compreensão.

Orlandi (2008, p.100) define que:

Não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. Em outras palavras, para dizer, o sujeito submete-se a língua. Sem isto, não tem como subjetivar-se.

Outro modo de dizer-se isso, e que decorre do vínculo radical do sujeito ao simbólico, é dizer que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia.

O sujeito, completa Orlandi,

para ressoar, é preciso a forma material, a língua-e-a-história. Algo do plano da existência produz essa possibilidade junto ao que dá linguagem. E em que sujeito e sentido se constituem. Se, de um lado, a linguagem tem sua parte na injunção a significar, de outro, o mundo exerce sua força inexorável (2008, p. 102).

Sujeito e sentido são históricos, pois sua forma, seus interesses e necessidades de classes são formados pelas demandas abertas no processo histórico da produção e reprodução do mundo dos homens. E, como vimos acima, a luta de classes e sua expressão ideológica nos aparelhos ideológicos de classes permitem a esse sujeito uma margem de escolha, pois a contradição constitutiva de sua vida material encarna-se no seu dizer. Sobre essa questão, Magalhães (2003) ressalta que para entendermos a margem de liberdade do sujeito em seu querer dizer, faz-se necessário expor dois

conceitos: o primeiro, denominado “Intuito Discursivo” formulado por Bakhtin, e o segundo, intitulado “Esquecimento 2”, formulado por Pêcheux.

Sobre a intencionalidade bakhtiniana, Magalhães explica que:

toda a objetivação discursiva possui um ponto de vista autoral. Na verdade, estamos nos referindo ao posicionamento do sujeito sobre a realidade refletida no discurso, a marca de sua intencionalidade, ao escolher aquele conjunto de códigos e não outro para refletir sua fala (2003, p.82).

Prosseguindo, a autora ressalta: “nenhum discurso pode ser estudado sem o auxílio da história. Não é a história porque o sujeito resolveu contar seu tempo, mas porque ele reflete no e sobre o seu tempo” (MAGALHÃES, 2003, p.81). É nesse poder e possibilidade do sujeito refletir seu tempo que esse mesmo sujeito pode captar/escolher/decidir dentre as possibilidades da língua, da história e sob um horizonte de classes, um querer dizer intencional. Bakhtin (2003, p.300) expõe o conceito do intuito discursivo ao afirmar que:

Em qualquer enunciado, desde uma réplica cotidiana monoleximática até as grandes obras complexas científicas ou literárias, captamos, compreendemos, sentimos o intuito discursivo ou querer dizer do locutor que determina o todo do enunciado: sua amplitude, suas fronteiras. [...] O intuito, elemento subjetivo do enunciado entra em combinação com o objeto do sentido – objetivo – para formar uma unidade indissolúvel, que ele limita, vincula a situação concreta (única) da comunicação verbal, marcada pelas circunstâncias individuais, pelos parceiros individualizados e suas intervenções anteriores: seus enunciados.

A leitura de mundo e a intencionalidade e o objetivo do querer dizer de cada sujeito compõem, numa relação indissociável entre forma e conteúdo, um discurso particularizado de cada sujeito, para outros sujeitos. Intervindo no real da história por meio da linguagem, os sujeitos participam na construção do processo histórico. No entanto, observa Magalhães (2003, p.82):

É importante ressaltar que essa intencionalidade pode não ser conseguida satisfatoriamente, e que o fato de ter uma intencionalidade não liberta o autor de contradições que estarão refletidas no seu discurso, sem necessariamente empobrecê-lo.

Ou seja, ter um projeto intencional na formação de seu discurso não corresponde ao total controle consciente de todas as implicações, ambiguidades e contradições presentes num discurso, numa posição sujeito.

Dito isso, explicitaremos a definição de Pêcheux sobre o Esquecimento 2:

Concordamos em chamar esquecimento 2 ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o

domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada (PÊCHEUX, 1988, p. 173).

Mesmo sob a ilusão de que o formulado pelo sujeito diz tudo, de modo claro e transparente sobre determinado assunto, num desejo do sujeito controlar o “único” sentido possível, o sujeito exerce nesse esquecimento 2 a potencialidade da escolha da forma, do modo como vai dizer. Explicando, Magalhães (2003, p.84) ressalta que:

Nesse sentido, o sujeito busca o controle de seu dizer, sendo aí instalada a possibilidade de criação do novo, de não aprisionamento total do sujeito à ideologia e ao inconsciente. O trabalho do sujeito, para Pêcheux, se dá em todos os lugares discursivos e não, como se referem Bourdieu e Althusser, a determinados lugares privilegiados pré-estabelecidos.

E Pêcheux (1988, p.175) acrescenta:

Compreende-se, pois, que aquilo que continuaremos chamando o esquecimento 2 cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina, e que é aí, precisamente, que se apóia sua “liberdade” de sujeito –falante.

Desse modo, o processo de identificação ideológico de cada sujeito, transporta a possibilidade da contraidentificação, da contradição, da ambiguidade, da ruptura, da crítica, da negação e de desidentificar-se.

O movimento do sujeito numa sociedade de classes se realiza numa relação tensa e complexa entre as redes de identificação ideológica presentes num dado momento histórico, sob o domínio de um campo/sítio do dizer de uma formação discursiva, no qual se expressa em cada sujeito discursivo sob uma forma-sujeito particularizada. Segundo Indursky (2008), esse movimento de tensão e/ou ruptura de um sujeito em relação a sua identificação ideológica poderá se dar de dois modos, fundamentalmente: ou por meio da desidentificação, ou por intermédio da contra-identificação. Explicando os dois conceitos, recorreremos à autora:

A desidentificação está na origem dos novos sentidos que até então não eram possíveis de serem pensados. [...] E esta deriva dos sentidos vai muito além de uma diferença/divergência no interior do mesmo domínio de saber [...]. A diferença que a desidentificação instaura é da ordem do antagonismo e os sentidos que dela derivam não podem mais ter por sede o mesmo domínio [...]. Os novos sentidos que resultam desta deriva determinam o surgimento de um novo domínio de saber, organizados por uma nova forma-sujeito. Trata-se do surgimento de um novo sujeito histórico.

No caso da desidentificação, a autora, seguindo a orientação teórica de Pêcheux, elucida que por meio de um novo acontecimento discursivo há uma ruptura

radical entre os saberes regularizados numa determinada formação discursiva a ponto de se efetivar uma deriva de uma forma-sujeito para uma outra-forma sujeito em oposição a primeira. Tanto a ideologia quanto a formação discursiva, e conseqüentemente, a forma-sujeito são contraditórias, possibilitam a unidade na diversidade/divisão. A porosidade, brechas e rachaduras inseridas e construídas pela divisão de classes e marcadas nos discursos pelas formações ideológicas e discursivas em constante conflito e jogo permitem a desidentificação/ruptura/deriva de um sentido sedimentado/regulado para um outro, radicalmente oposto. Já a contraidentificação, fruto de um acontecimento enunciativo¹⁷ e não discursivo, confronta os saberes da uma formação discursiva e de uma forma-sujeito dominante, sem que haja uma ruptura radical. Na contraidentificação ocorre instabilidade, divergência e conflito entre uma posição-sujeito dissidente com outra dominante, contudo, essa oposição se mantém na mesma formação discursiva. Para efeito de conclusão sobre esta questão, diz Indursky (2008, p.28):

Qual então a diferença entre estes dois acontecimentos? O acontecimento discursivo determina o surgimento de uma nova forma-sujeito e, por conseguinte, de uma nova formação discursiva. Vale dizer: a ruptura é radical e definitiva; o sujeito não suporta mais os saberes da FD em que se inscrevia e com ela se identificava, dela se retirando. Este movimento o conduz necessariamente para a instauração de uma nova FD e á produção de novos saberes. Este é o acontecimento discursivo.

Já o acontecimento enunciativo implica apenas a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma FD. Dito de outra forma: surge aí uma nova fragmentação em relação à forma-sujeito, ou seja, surge aí um novo modo de enunciar os sentidos no interior de uma formação discursiva, mas este novo modo não opera pelo viés da ruptura com a formação discursiva e com a forma-sujeito. Seu funcionamento se dá pelo viés da tensão e do estranhamento com esta forma-sujeito. Ou seja: este conflito é interno é interior à FD e se dá em relação aos modos enunciativos de uma determinada posição-sujeito, geralmente dominante.

Enquanto na desidentificação o conflito é de uma ordem antagônica e contrária, e não permite a convivência com a formação discursiva e a forma-sujeito antes situada pelo sujeito enunciante, na contraidentificação, o conflito/tensão provoca uma mudança da posição-sujeito em relação à posição-sujeito dominante. Por meio da contraidentificação, surgem novos saberes, provenientes de outro lugar, no interior de uma mesma FD, causando assim uma forte tensão entre as posições-sujeito existentes.

¹⁷ “O acontecimento discursivo é de natureza diversa do acontecimento enunciativo: enquanto, no acontecimento discursivo, ocorre uma desidentificação com a forma-sujeito, a qual está na origem da ruptura com a referida forma-sujeito, no acontecimento enunciativo, estamos diante de uma contraidentificação com a posição-sujeito dominante, a qual está na origem do afrontamento com os saberes que emanam desta posição-sujeito dominante no interior de uma formação discursiva. No primeiro caso, ocorre antagonismo e ruptura. No segundo caso, afrontamento com fragmentação da forma-sujeito (INDURSKY, 2008, p. 29).

Na desidentificação o conflito ocorre não só internamente, mas, e principalmente, externamente ao espaço da formação discursiva dominante. Funda-se por meio desse processo um novo sujeito histórico, um outro lugar político, ideológico e discursivo, no qual esse sujeito poderá identificar-se em relação aos conflitos e contradições de classes numa dada sociabilidade. Por outro lado, o acontecimento enunciativo, conforme Indursky (2008), provoca na forma-sujeito, e conseqüentemente, na formação discursiva dominante uma fragmentação em seu interior, dando origem a uma nova posição-sujeito.

Desse modo, sujeito são sentido são constituídos num movimento dialético entre a atualidade de um acontecimento histórico e a memória, um jogo do novo com o velho, do estabilizado com o instável, do dito com o não dito, do grito com o silêncio, do possível com o impossível. Os lugares sociais e ideológicos são a todo momento agitados pela luta de classes, produzindo outros lugares que ressignificam sentidos, simulam o velho no novo, ou ao contrário, incitam rupturas/derivas em direção a novos e radicais sentidos, antes impensáveis de ser pronunciados e compreendidos.

1.3.1. Sujeito do capital: da unidade formal à silenciada desigualdade de classes

A sociedade capitalista é fundada historicamente sob as bases de uma fratura incorrigível. O sujeito do capital, “livre e de direitos”, dividiu-se numa relação essencialmente necessária a sua reprodução social. De um lado temos as relações de produção entre os indivíduos, que se dão de modo alienado, em que a exploração do homem pelo homem constitui sua lógica; por outro, vislumbramos a vida pública da cidadania, na qual os indivíduos podem lutar por seus direitos e deveres no espaço da política, do Estado. A “natural desigualdade” presente na sociedade feudal cede lugar¹⁸ à “igualdade natural” entre homens no espaço da política capitalista.

Segundo Pêcheux (1990, p.10):

A particularidade da revolução burguesa foi a de tender a absorver as diferenças rompendo as barreiras: ela universalizou as relações jurídicas no momento em que se universalizava a circulação do dinheiro, das mercadorias...e dos trabalhadores livres

Para tornarem-se cidadãos, os sujeitos deviam, portanto, se libertar dos particularismos históricos, cujo imediatismo visível os entrava: seus

¹⁸ A transição do sistema feudal para o capitalismo é fruto de uma revolução burguesa que durou alguns séculos (XI ao XVIII), transformando a base produtiva, política, cultural e ideológica de toda a sociedade. Essa revolução colocou abaixo a estrutura feudal e ergueu outra estrutura de exploração de classe, na qual a venda e compra da força de trabalho pelo capitalista compõe o eixo central dessa exploração.

costumes locais, suas concepções ancestrais, seus “preconceitos”... e sua língua materna: a questão lingüística chega politicamente à ordem do dia, e desemboca na alfabetização, no aprendizado e na utilização legal da língua nacional.

O resultado do que acabamos de lembrar brevemente consiste em uma mudança estrutural na forma das lutas ideológicas: não mais o choque de dois mundos, separados pela barreira das línguas, mas um confronto estratégico em um só mundo, no terreno de uma só língua, tendencialmente una e indivisível, como a República.

As barreiras de classe no sistema feudal eram naturalmente compreendidas, e visivelmente impostas, pois havia uma distinção em todos os níveis, e até na língua, a qual assegurava a ordem, o controle e a exploração da nobreza sobre os servos. No capitalismo, a exploração da classe dominante sobre a classe trabalhadora se dá de modo diferenciado, fetichizado e complexo. Pois tanto nas relações econômicas quanto, principalmente, no espaço político, a desigualdade e a exploração de classe são disfarçadas numa aparente relação entre homens livres e iguais. No espaço econômico entre trabalhador e empregador (capitalista), visualiza-se ao nível fenomenicamente compreendido uma relação entre proprietários livres e iguais, em que o trabalhador em posse de sua única propriedade, seu capital humano, poderá negociá-lo com o capitalista, dono dos meios de produção. Chasin (mímeo¹⁹) expõe de modo elucidativo tal questão:

O real pode aparecer sob a forma mistificada. Não mistificada pela consciência do outro. Mistificada pela própria realidade objetiva. Dou um exemplo no nível do social. Quando um operário encosta a barriga no balcão do Departamento de Pessoal de uma fábrica qualquer para pedir emprego, ele está disposto a quê? A vender a sua força de trabalho. E o sujeito que o atende no balcão, que representa o capital, está disposto a comprar a força de trabalho. Tendo o balcão por peça de referência. Tendo indivíduos de cada lado que estabelecem um diálogo muito preciso, um querendo vender uma coisa, outro querendo comprar uma coisa, qual é o suposto disso? Está suposta uma igualdade. Entre o que compra e o que vende. Um é livre para vender, o outro é livre para comprar. Tudo aparece ali como se fosse uma transação entre iguais. E o é a nível fenomênico. Mas e a nível essencial ontológico? Aquela igualdade esconde uma desigualdade de raiz e de essência. Esconde que o sujeito só vai lá vender porque é a única maneira de sobreviver. Portanto, a pseudoliberalidade, a aparência fenomênica, tem uma subordinação de raiz que ele não pode vencer a não ser pela morte. Ele está coagido a vender, mas a aparência é de livre venda. Ora, o fenômeno aparece objetivamente como mistificação. Não é a mistificação da palavra ou da consciência, é da própria realidade.

A mistificação necessária à reprodução da sociabilidade capitalista é produzida na própria relação de produção, no processo do trabalho. A realidade do mundo da mercadoria produz um mundo alienado-coisificado, no qual a práxis humana (essência

¹⁹ CHASIN, José. Método Dialético – texto transcrito na UFAL, s/d.

criadora) e a existência (a vida social) são cindidas/distanciadas, causando a impressão no próprio homem de que as mercadorias têm vida própria e autonomia. A mercadoria caminha indiferente a seu criador; criatura e criador se confundem, e a criatura subjugam o homem. O sujeito sob a perspectiva da classe burguesa, pela própria natureza de sua existência social, não consegue superar de modo prático e discursivo a necessária reprodução dessa desigualdade de classes. Sua vida, seu olhar, seu horizonte e suas palavras, no limite, trafegam, de modo contraditório e em conflito, em direção à manutenção dessa sociabilidade. Marx (1969, p.188) expõe o modo como se dá esse processo:

Não se deve formar a concepção estreita de que a pequena burguesia por princípio visa a impor um interesse de classe egoísta. Ela acredita, pelo contrário, que as condições especiais para sua emancipação são as condições gerais sem as quais a sociedade moderna não pode ser salva nem evitada a luta de classes. Não se deve imaginar, tampouco, que os representantes democráticos sejam na realidade todas *shopkeepers* (lojistas) ou defensores entusiastas desses últimos. Segundo sua formação e posição individual, podem estar tão longe deles como o céu da terra. O que os torna representantes da pequena burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que essa classe não ultrapassa na vida.

O horizonte social burguês se encontra na sua própria existência, na relação social, política e ideológica fundada no direito à propriedade, no qual a liberdade e igualdade entre os homens deve se constituir na liberdade de se ter e conservar a propriedade privada. Sua consciência não pode ultrapassar o modo como sua existência é produzida, pois isso só seria possível com a extinção do trabalho alienado.

O sujeito do capital precisa, portanto, comunicar a liberdade formal das relações políticas do capital, silenciando o indesejado, o impossível de se dizer, apagando a exploração do homem pelo homem. Sobre esse movimento do sentido, entre o dizer e silenciar existe um jogo, um embate, entre o que pode e deve ser dito, com o que não pode, não deve ser dito. Conforme Orlandi (2007, p.53), na política do silêncio:

O sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito – ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo “outros” sentidos. Isso produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos.

Há, pois, uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar dizer “outras”. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Essa é sua dimensão política.

Com isso, no capitalismo, sob o lugar social/ideológico do capital, o espaço político representado pelo Estado é o pavimento necessário e imprescindível na

construção/manutenção/legalização da exploração de classes. O mundo da mercadoria não viveria um só minuto sem “o poder apaziguador dos direitos políticos”.

Na sociedade burguesa madura, [...], a esmagadora maioria dos homens, proletários e não-proletários, tem a impressão de que sua existência (mais que o seu trabalho e os frutos dele) é direcionada por uma instância alheia, incógnita, impessoal – uma instância fatural, que se manifesta pelo contágios do institucionalizado: coisas organizadas como a família, a empresa, o colégio, o banco, a universidade, a companhia, o exército, etc. (mil etc.). E obviamente, esta outra coisa contra a qual ninguém pode nada: o Estado (NETTO, 2007, p.89).

Enquanto nas relações reais de produção os trabalhadores são explorados, no espaço político público esses mesmos trabalhadores e capitalistas podem sentir-se iguais em direitos. Há uma unidade na desigualdade, ou seja, a luta de classes entre trabalho e capital realizada na base produtiva dessa sociabilidade anula-se, mesmo e somente de maneira formal/fantasmagórica no espaço da política, do sujeito de direitos: do cidadão. Tonet (2005, p.6) demonstra a partir de Marx os limites desse sujeito de direitos:

Para Marx, o ato fundante da sociabilidade capitalista é o ato de compra-e-venda de força de trabalho. Este ato é, necessariamente, gerador de desigualdades sociais e de uma relação de subordinação do trabalho ao capital. Mas, para que este ato fundante e a sociabilidade que se constrói a partir dele possam realizar-se, é necessário que existam indivíduos, no sentido de pessoas livres e autônomas. Isto significa indivíduos livres, iguais e proprietários. Sem estas qualidades, a sociabilidade capitalista não poderia funcionar. Note-se porém, que os indivíduos não aparecem como homens integrais, mas apenas como contratantes. É apenas neste sentido que são iguais, livres e proprietários. O que temos, então, é que a desigualdade de raiz (economia) se inverte em uma forma de igualdade, de liberdade e de propriedade.

Dessa maneira, Tonet, afirma que a economia do capital precisa, para existir, relacionar-se com uma forma política, jurídica, cidadã e democrática que lhe dê sustentação e legitimidade, pois a vida civil é repleta de desigualdades e regulada/harmonizada através do espaço político do Estado, expressão (sempre parcial e limitada) da vida coletiva entre os homens.

O Estado e seu sujeito político/de direitos, na compreensão de Marx, não transcendem a vida privada da sociedade burguesa, mas, ao contrário, a mantêm, complementando sua viabilidade econômica, política e social. Mézáros, complementando, afirma que o Estado atua como uma “estrutura totalizadora de comando político do capital” (2002, p.106). A vida política, de forma abstrata, tenta dissolver a fratura ineliminável da vida civil burguesa. Os homens, na vida cotidiana,

têm como base natural o interesse particular e egoísta. Os indivíduos deverão conquistar sua generidade na participação do espaço político, onde sua vida real imediata é mantida como algo transponível apenas de forma alegórica, ilusória e fantasiosa²⁰ por meio da cidadania. Marx (1991, p.50) completa: “A emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente e, de outro, a cidadão do Estado, a pessoa moral”.

Os cidadãos devem mover-se por direitos e deveres conquistados politicamente e normatizados pelo Estado. Tais direitos não podem ultrapassar o princípio essencial da sociabilidade burguesa e somente de maneira negativa e formal conservam a opressão de classe. A vida genérica do homem, na cidadania, coloca-se sob a escravidão do homem egoísta burguês. Corroborando essa afirmação, Marx (1991, p.44) afirma que:

Nenhum dos chamados direitos humanos ultrapassa, portanto, o egoísmo do homem, do homem como membro da sociedade burguesa, isto é, do indivíduo voltado para si mesmo, para seu interesse particular, em sua arbitrariedade privada e dissociado da comunidade. Longe de conceber o homem como um ser genérico, estes direitos, pelo contrário, fazem da própria vida genérica, da sociedade, um marco exterior aos indivíduos, uma limitação de sua independência primitiva. O único nexos que os mantém em coesão é a necessidade natural, a necessidade e o interesse particular, a conservação de suas propriedades e de suas individualidades egoístas.

A comunidade na qual o homem, através da política, está inserido na sociabilidade do capital é uma comunidade parcial, pois não pode transpassar a exploração do homem pelo homem.

Como explica Pêcheux (1990, p.10), a revolução burguesa “organizava uma nova divisão da sociedade, sob a cobertura de uma unidade formal fundada no direito”. E mais à frente explica:

A burguesia é obrigada a proclamar o ideal de igualdade frente à língua como uma das condições efetivas da liberdade dos cidadãos, organizando simultaneamente uma desigualdade real, estruturalmente reproduzida por uma divisão do ensino da língua e da gramática (Idem, p.11).

²⁰ Não estamos anulando, nem diminuindo, o poder político da cidadania no capital. As conquistas sociais advindas através de um processo de confronto político entre o capital e o trabalho têm sua importância na garantia de direitos civis à população pobre e à classe trabalhadora. No entanto, essas conquistas, por mais abrangentes que sejam, não rompem, e nem ultrapassam, a exploração do homem pelo homem. Observamos ainda que na história do capitalismo, muitos dos direitos alcançados pelos trabalhadores em períodos de expansão positiva desse sistema sociometabólico são rapidamente retirados em momentos de crise do sistema.

Tanto a língua nacional e “una” quanto a cidadania tentam esconder²¹ uma desigualdade real de classes, pois se na cidadania o sujeito político se movimenta no espaço do possível e permitido pelo capital, mantendo a exploração, na língua nacional, em que todos falam através do mesmo código linguístico, seu ensino nas escolas sofre a desigualdade, pois a qualidade e complexidade do ensino da língua nacional são diferenciadas em relação à posição de classes²².

Contudo, falarmos de uma sociedade de classes, de conflitos e contraditória, é nos situarmos numa formação social que não apenas reproduz o existente, mas também, e de modo conflitante, transporta a possibilidade/alternativa de o inexistente, o alhures e o invisível incomodarem/desestabilizarem/deslocarem/desidentificarem sujeitos e sentidos ardentes por mudança. Como explica Pêcheux (1990, p.11):

[...] o proletariado experimenta progressivamente, sob a democracia burguesa, o *irrealizado* do movimento popular, e descobre pouco a pouco que a burguesia tem necessidade vital de que esse ponto permaneça irrealizado: a dominação da ideologia jurídica introduz assim, por meio de seu universalismo, uma barreira política invisível, que se entrelaça sutilmente com as fronteiras econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista.

E o mesmo autor complementa adiante:

O importante aqui é que esta nova barreira, invisível, não separa dois “mundos”; ela atravessa a sociedade como uma linha imóvel, sensível às relações de força, resistente e elástica, sendo que, de um e outro de seus lados, as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua, não têm o mesmo sentido: esta estratégia da diferença sob a unidade formal culmina no discurso do Direito, que constitui assim a *nova língua de madeira da época moderna*, na medida em que ela representa, no interior da língua, a maneira política de negar a política (PÊCHEUX, 1990, p.11).

Como afirma Pêcheux (1990), o mundo através da luta ideológica de classes não acaba nunca de se dividir em dois. O sujeito ao enunciar nessa sociedade identifica-se num lugar social, numa formação ideológica dada, e sob o domínio de uma formação discursiva, todas essas esferas sociais, ideológicas e discursivas são formadas pela possibilidade da reprodução/transformação da sociedade. O conflito real, a luta de classes produzida na realidade social reflete-se e refrata-se na língua e no discurso, pois a história e a ideologia são as condições de produção dessa materialidade linguística. Do

²¹ Esse processo não ocorre de modo harmonioso, mas, pelo contrário, com contradição e conflito de classes.

²² “Mas o deslizamento já existe dentro do projeto jacobino: ao apresentar sintomaticamente como modelo de gramática Francesa de Lhomond, o ensino “completo” da língua francesa se constituía sobre o modelo de latim, reservando a experiência do bilingüismo à classe dominante, e fornecendo às massas uma gramática simplificada e truncada, baseada na lógica de frase simples” (PÊCHEUX, 1990, p.21).

mesmo modo, a luta discursiva retorna num jogo dialético à realidade social, dirimindo conflitos, induzindo práticas, conduzindo indivíduos a agir para um determinado fim e direção, que tanto pode contribuir na conservação, como também, na superação/revolução do velho na produção do novo.

Não há sob o domínio do capital apenas uma posição-sujeito, uma forma-sujeito e um sentido possível, pois numa luta há (no limite) dois interesses em conflito. O realizado do sujeito do capital é a transformação do homem em mercadoria, é a desrealização do homem e a realização do capital, é a desumanização do homem e a humanização das coisas. Com isso, há um outro horizonte social, político e ideológico radicalmente contrário nessa luta de classes, que por sua própria natureza de explorado, necessita em si, e para si, tonar-se consciente dessa desumanização, agindo contra essa exploração. O alhures, o silenciado grita/arde em todos os recantos/lugares do mundo, desloca/desliza/deriva práticas/sentidos para outros lugares, outros dizeres, novos sentidos em que não faça sentido viver sob a exploração.

A revolução socialista aparece como o *inexistente* específico do mundo burguês, cujo advento é o único que pode realizar “a transparência da produção social” para os próprios produtores e por eles; o discurso revolucionário socialista se constrói (nas sociedades européias do século XIX) em torno da barreira política invisível que protege o Estado: ele consiste em denunciar a sociedade, tornando visível o seu “irrealizado”; ele se encarrega de reunir, convencer, organizar e politizar o proletariado, tornando-o visível para si mesmo, de sorte que, novo sujeito da história, este se lance à “luta final”: o mundo vai mudar de base (PÊCHEUX, 1990, p.12).

Como explica Pêcheux (1990), a revolução da burguesia contra o feudalismo se constituiu apenas numa “mudança de mundo”, revelando, numa reconfiguração econômica, política e ideológica de um modo de produção a outro, que não superou a sociedade de classes. A revolução socialista, pelo contrário, se apresenta como o fim da exploração do homem pelo homem, se configura numa transformação radical, uma mudança na “base do mundo”. “A transparência da produção social”, fruto de um trabalho livre e associado, permitirá um processo produtivo consciente em todas as suas etapas e esferas, tornando o homem, e não as coisas, o senhor de suas vidas. Como afirma Marx (1991, p.52):

Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em *ser genérico*, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas “forces propres” (26) como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana.

O sujeito do direito reproduz o sujeito da mercadoria, de um mundo estranhado, alienado, que precisa enunciar a falta de sentido do homem explorado como único sentido possível. Filiamos-nos aos sujeitos

teimosos, ensimesmados e ardentes, que resistem coletivamente ao rolo compressor das identificações individualistas e universalizantes que fazem do sujeito mero suporte biológico de deveres e direitos, que defendo e desejo, nos frios espaços do academicismo universitário, alguns poucos sujeitos ardentes, que levando aos extremos as questões imperdoáveis, nos sacudam, como Michel Pêcheux, com seus textos malditos (FONTANA, 2005, p.57).

O irrealizado do capital tanto a nível econômico, político, ideológico, como também no campo discursivo, racha-se por intermédio da luta de classes nos lugares em que, para realizar-se, precisa romper com o *status quo*. Caminhamos nessa pesquisa à procura dos sujeitos e sentidos silenciados/marginalizados/esquecidos/indesejados, desvelando nos discursos as possíveis falhas/rupturas que a unidade formal não consegue (por mais que tente) apagar da histórica luta de classes.

1.4. Definindo os instrumentais teórico-metodológicos necessários a nossa pesquisa

Magalhães (2005, p.23) explica que:

os discursos são práxis sociais e que por isso só podem ser explicados através do desvelamento das relações sociais que os determinam e que estão representadas, podendo ser elucidados através de marcas lingüísticas, transformadas em intradiscursos, isto é, na materialidade discursiva.

A materialidade discursiva é composta pelo movimento do processo histórico/ideológico de uma determinada época, no qual um sujeito ecoa sentidos necessários à reprodução/conservação/transformação de uma sociabilidade. O sujeito é um ser que responde às demandas de sua época histórica, situando-se, para isso, num lugar sócioideológico. No caso específico de nossa análise, o(s) sujeito(s) encontra-se numa sociedade de classes, e os conflitos e as contradições presentes no capitalismo refletirão no discurso. Diante do exposto, para analisarmos o discurso da sustentabilidade contido nos projetos da ONU/UNESCO e IBAMA²³, faz-se necessário compreender alguns conceitos e instrumentais metodológicos da Análise do Discurso imprescindíveis a nossa reflexão.

²³ A delimitação do *corpus* discursivo foi exposta na introdução.

Toda análise tem como ponto de partida o imediato, ou seja, aquilo que se apresenta para o sujeito da pesquisa. No caso do discurso, a materialidade primeira a iniciar a pesquisa é o intradiscurso, pois se configura no material empírico, aquilo que se mostra no nível do formulado linguisticamente, elaborado por meio da palavra. Para se efetivar uma análise do discurso, temos inicialmente a materialidade da língua, sua formulação horizontal, sequencialmente elaborada num determinado enunciado.

Porém, alerta Silva Sobrinho (2007, p.42), “para sair da materialidade lingüística e chegar ao funcionamento do discurso, um outro conceito se faz imprescindível, o interdiscurso”. Conceitos elaborados por Pêcheux e Courtine definem o interdiscurso como o eixo da verticalidade: se o intradiscurso se constitui no nível do formulado, o interdiscurso se configura na relação do dito com outros dizeres já ditos em outros lugares, em momentos históricos diferentes, mas que de algum modo se relacionam e se filiam (re)fazendo sentidos através da memória social.

Os sentidos se produzem nesse movimento entre intradiscurso (dito – formulado – aqui e agora) e interdiscurso (já dito – em algum lugar); essa processualidade dialógica é colocada em funcionamento pelo acontecimento discursivo e sua relação com os conflitos sociais, ideológicos e políticos de cada momento histórico. É nesse movimento entre o regularizado na memória e o acontecimento a inquietar o estável que se dá a criação do novo no discurso. Pêcheux (2007, p.52) elucida esse processo:

A lei da série do legível é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior.

O acontecimento discursivo que se constitui no movimento entre o novo e o velho, o já dito (estabilizado) com a atualidade histórica cria novos dizeres, outros lugares e possibilidades de o sujeito falar de si e do/sobre o mundo. O sujeito determinado historicamente, identificado ideologicamente, e atravessado pelo inconsciente tem uma margem de escolha entre as alternativas abertas pela realidade social que ele reflete.

Desse modo, o sentido pode ser sempre outro, pois os sentidos não se encontram nas palavras, mas na relação entre a palavra e o mundo material e histórico produzido pela atividade humana na produção e reprodução de suas existências.

As matrizes²⁴ ideológicas existentes e em conflito na sociedade servem de base para os discursos, que expressarão as posições dos sujeitos na práxis social. Desse modo, numa sociabilidade capitalista, teremos, no limite, duas principais visões de mundo e de homem em constante conflito. A formação ideológica do capital e o horizonte ideológico do trabalho. Magalhães (2005, p.26) esclarece tal questão ao afirmar que:

Para a análise do discurso, as determinações sociais são o ponto de partida para a elucidação do discurso. Partimos da noção de pré-construídos, isto é, há socialmente lugares ideológicos postos que determinaram as possibilidades de o sujeito se expressar. Nesse sentido, a AD trabalha com o conceito de Formação Ideológica (FI) que explicita o lugar social, dentro da estrutura da classe, em que o sujeito está.

Dessa maneira, os discursos presentes e atuantes na sociedade capitalista se identificarão numa dessas bases ideológicas. As formações ideológicas se constituem em matrizes dos sentidos, e tais discursos tomarão forma como linguagem numa complexa rede de formações discursivas que irão ser compostas por um ou vários sítios de dizeres, que segundo Pêcheux (1988, p. 160) denomina-se Formação Discursiva: “é aquilo que pode e deve ser dito” conforme a posição concreta de quem fala e para quem fala.

O jogo ideológico e discursivo presente em todo texto parte do que o enunciante pode e deve dizer, a fim de alcançar o sentido necessário no que se quer comunicar ao outro. Por outro lado, ao ser posto o corpo textual na realidade social, as intenções iniciais do enunciante tomam rumos imprevisíveis e diferentes do que se propunha alcançar, pois tanto quem produz o texto como quem o lê podem partir de pontos de vista diferentes, possibilitando olhares que podem tanto desvelar os reais limites e possibilidades desse discurso, como realizar a assimilação do explícito sem um aprofundamento das problemáticas envolvidas no discurso. Conforme Amaral (2005, p.36):

o discurso é o “lugar do encontro” da materialidade da língua com a materialidade da história, é nesse encontro que as formações ideológicas se concretizam, se realizam e operam nas relações sociais.

²⁴ No caso da sociedade capitalista são, no limite, duas em conflito: a matriz ideológica do capital e a do trabalho.

Assim, este “lugar” onde língua e história constituem uma relação indissociável, corresponde à materialidade do discurso, bem como, ao processo de produção do sentido, que, conforme vimos, “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico”.

Assim, um discurso assenta-se num determinado lugar social e ideológico, expressando seus pontos de vista sobre determinada questão através de uma determinada Formação Ideológica. O enunciante, a fim de formular seu discurso, elege expressões e termos que expressam e marcam sua posição política, econômica e ideológica, dando sentido real as suas palavras. Amaral (2005, p.45) elucida tal questão:

Assim, quando o sujeito expressa suas idéias, elas estão entranhadas das formas ideológicas que perpassam a posição desse sujeito na sociedade. Os sujeitos empregam palavras e expressões marcadas pela posição que assumem frente às diversidades política e ideológica que estão em permanente confronto na sociedade.

Por isso, os sentidos das palavras não estão inseridos nelas mesmas, como algo natural e intrínseco ao seu significado, pois, conforme Bakhtin (2004, p.31), “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não há ideologia”. E para esse autor, a língua é algo histórico, social e ideológico, ou seja, um signo que reflete e refrata as relações materiais de uma determinada sociedade. Sendo assim, o sentido da palavra estará relacionado à posição ideológica que uma dada formação discursiva represente num dado momento histórico.

O poder ideológico colocado em movimento a cada acontecimento discursivo se constitui numa resposta possível às demandas políticas e sociais de cada momento histórico, conscientizando e direcionando as práticas dos homens a um fim social e historicamente determinado pelos conflitos de classe existentes na sociabilidade capitalista.

Com o intuito de analisarmos o discurso do “desenvolvimento sustentável” contido nos textos referentes a alguns projetos sobre este tema, elaborado pela ONU e pelo Banco Mundial, se fará necessário demonstrar as permanências e rupturas desse dizer, as possibilidades e limites desse novo projeto desenvolvimentista. Para isso nos utilizaremos da observação e compreensão dos processos parafrásticos e polissêmicos contidos no discurso em análise. Pois entendemos que os limites entre o mesmo e o diferente na linguagem, conforme Orlandi (2005, p.36), não se encontram no discurso de maneira estanque e exata, pois há uma tensão entre os processos parafrásticos e polissêmicos. Explicando, Silva Sobrinho (2007, p.42) diz que:

Uma forma linguística pode ser a mesma, mas dependendo das condições de produção, produzirá efeitos de sentidos diferentes, senão completamente antagônicos, uma vez que é possível dizer a mesma palavra e produzir sentidos distintos e é, ao mesmo tempo possível, dizer palavras diferentes e produzir sentidos semelhantes. As palavras produzem sentidos quando usadas entre interlocutores em condições determinadas. Por isso, os sentidos nunca são literais. Na verdade, são móveis e diversos, uma vez que são determinados pelas relações sócio-históricas que, em movimento, dão à palavra sentidos possíveis.

A paráfrase apresenta-se como uma reformulação do já dito, ou melhor, “em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 2005, p.36). Os momentos da paráfrase no discurso se constituem no retorno aos mesmos campos dos dizeres, ressignificando, e com isso, simulando, na materialidade discursiva expressa pela palavra, o velho como novo, o estável como instável. A polissemia, ao contrário da paráfrase, demonstra que todo dizer carrega a possibilidade do deslocamento, do equívoco, da ruptura. Orlandi (2005, p.37) explica que se a “língua não fosse sujeita a falha e o real da história não fosse passível de ruptura, não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos”. A paráfrase se coloca como um processo de efeitos de sentidos, produzidos no movimento interdiscursivo do dito, com o já dito em algum lugar, e recuperado, reformulado e ressignificado pela memória. A tensão entre a retomada do mesmo e a possibilidade do diferente relaciona contraditoriamente a dependência entre os processos parafrásticos e polissêmicos possivelmente contidos nos sentidos agitados pelo discurso do desenvolvimento sustentável.

O discurso político do desenvolvimento sustentável surge como resposta aos conflitos suscitados pela sociabilidade capitalista em crise estrutural. A destrutibilidade e a desumanidade de nossa época histórica atingem e ameaçam a manutenção e a reprodução da sociedade e do nosso ecossistema. Desse modo, o direcionamento ideológico das práticas sociais defendidas por esse discurso poderá encaminhar nossos desejos, ações e esperanças na resolução/manutenção ou transformação da sociedade. Acreditamos, conforme Vaisman (1989, p.428), que a

atuação do fator subjetivo nas grandes mudanças políticas, na medida em que estas não são nunca simples efeitos mecanicamente necessários do desenvolvimento das forças produtivas, da sua ação estroncamente sobre as relações de produção e, por essa via, sobre toda a sociedade. Em segundo lugar, a este aspecto negativo corresponde um positivo: a fecundidade da atividade transformadora, da práxis subversiva. A grande lição histórico-universal da revolução é que o ser social não se transforma simplesmente, mas é sempre transformado. Portanto, o desenvolvimento econômico pode criar, decerto, situações objetivamente revolucionárias, mas não produz, de

modo nenhum, junto com elas obrigatoriamente o fator subjetivo, que nos fatos e na prática é determinante. A reflexão lukacsiana repele, portanto, todo determinismo linear, ao mesmo tempo em que ressalta a possibilidade do envolver histórico-político, ou seja, as forças materiais e sociais geram situações revolucionárias, que só se efetivam em revoluções pela intervenção do fator subjetivo, que jamais perde seu caráter alternativo, ou seja, se trata de uma decisão humana.

No caso do discurso, intenta-se transformar as consciências de outros homens com o intuito de direcioná-las na resolução dos conflitos de uma época. As ações de cada indivíduo têm como princípio primeiro uma prévia-ideação, um estabelecimento ideal, um planejamento do que se quer transformar na realidade. É tornado consciente nesse processo o conhecimento da realidade, para que se possa nessa realidade captar as alternativas possíveis dessa mudança, e dentre as muitas possibilidades, escolher a que melhor responda à necessidade. O discurso da sustentabilidade histórica, econômica e ideologicamente determinado, e produzido nos conflitos e nas lutas de classe do nosso sistema capitalista atual, poderá por seu desvelamento explicitar os caminhos e descaminhos assumidos e propostos por esses órgãos internacionais. E assim, quem sabe, redirecionar na construção de novos sentidos possíveis à sustentabilidade do homem na construção de sua existência.

CAPÍTULO 2

2. As condições de produção sócio-histórica e ideológica do discurso da sustentabilidade na ONU, Banco Mundial e na UNESCO

Um discurso se estrutura e se movimenta na relação da língua com a ordem da história. Estrutura e acontecimento se imbricam fazendo sentido, pois “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação (PÊCHEUX, 2002, p.56). Desse modo, as relações econômicas, sociais e políticas de uma época histórica precisam ser entendidas como o lugar no qual os discursos surgem e agem, num processo dialético. O discurso se materializa pela e na linguagem humano-social; é a consciência prática dos homens que comunica, silenciando o que não pode nem deve ser dito, e nesse processo, propõe e induz ideologicamente o agir dos homens com o objetivo de dirimir os conflitos da humanidade num dado momento histórico.

O discurso da sustentabilidade surge como resposta às demandas históricas de seu tempo. Os acontecimentos estritos, ou seja, as circunstâncias imediatas de enunciação que fizeram surgir esse acontecimento discursivo devem ser entendidas e relacionadas às condições mais amplas, ou melhor, ao contexto sócio-histórico-ideológico.

O discurso não funda a sociabilidade. O discurso resulta das práticas dos homens em determinada sociedade e, dialeticamente, é trabalho sobre elas. A instância determinante do discurso não está nele mesmo nem no que se vem chamando de real da língua. A determinação do discurso está no real sócio-histórico, e isto é insuprimível. Mas é preciso destacar que este real não exclui o sujeito nem a língua, visto que é o sujeito que, em condições determinadas, produz sua própria história (SILVA SOBRINHO, 2007, p.6).

As condições de produção de um discurso se constituem no chão social, político e ideológico, pois o sujeito fala sobre e num tempo historicamente determinado. As possibilidades, alternativas e demandas históricas em cada época mudam, e nesse movimento, mudam também os sentidos das palavras, num jogo em que língua, história e ideologia se materializam em discursos. De acordo com Amaral (2005, p.35):

As condições de produção de um discurso, pois, estão relacionadas à totalidade do processo sócio-histórico, um processo social em movimento que supõe indivíduos em relação com a cultura, a sociedade e a economia. Tudo isso constituindo a substância da história. O que se destaca na noção de condições de produção não é a situação empírica, as circunstâncias imediatas que constituem o contexto no qual o discurso foi produzido; é a representação

da situação no imaginário histórico-social, a exterioridade constitutiva do discurso.

Desse modo, para se captar a representação imaginária de um discurso produzido por um sujeito, necessita-se compreender o acontecimento histórico no qual ele se produz e atua. Pois, segundo Marx (1984, p.24):

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser; é o seu ser que, inversamente, determina a sua existência.

Os discursos não se estruturam e se movimentam de maneira isolada da realidade social, pelo contrário, sua base encontra-se no real, nas relações sociais, históricas e ideológicas de uma época. A instância última de qualquer discurso são as relações de produção da vida material dos homens; compreender a base constitutiva de um discurso possibilita perceber sua gênese histórica, e com isso, sua função sócio-ideológica nas práticas cotidianas dos indivíduos na sociedade.

É objetivo deste trabalho refletir sobre a proposta de sustentabilidade defendida pela Organização das Nações Unidas (ONU), pelo Banco Mundial e pela UNESCO.

Iniciaremos expondo as condições sócio-históricas e ideológicas do discurso da sustentabilidade, e posteriormente explicitaremos as condições singulares desse acontecimento discursivo, num intento de captar a particularidade do discurso da sustentabilidade defendida pelos órgãos mencionados.

2.1. A crise estrutural do capital e a barbárie da produção destrutiva: as bases históricas da sustentabilidade

Como resposta aos conflitos ecológicos, sociais, políticos e econômicos da contemporaneidade, surge o termo sustentabilidade na década de 70 do século vinte. Nesse mesmo período, de acordo com alguns teóricos²⁵, o sistema capitalista adentra numa crise denominada de estrutural. Com isso, faz-se necessário compreender a natureza dessa crise, seus efeitos na estrutura social, econômica e política dessa forma

²⁵ MÉSZÁROS, István e MANDEL, Ernest defendem esta abordagem.

de sociabilidade, a fim de captarmos o acontecimento histórico ao qual o discurso da sustentabilidade eleva-se e faz sentido. De acordo com Silva Sobrinho (2007, p.6):

Quando buscamos as contradições do discurso nele e por ele mesmo, estamos legitimando as formas de ser da sociedade capitalista. Aí erramos o alvo — e de sujeitos construtores da nossa própria história, passamos a meros suportes do discurso. Se continuarmos a ser apenas cidadãos, nesta história não poderemos entrar nem atuar, e, assim, o edifício do sistema capitalista continuará intacto, pois velamos o real da história e ficamos cegos diante de nossas próprias práticas, ou seja, ficamos cegos aos processos sociais que sustentam os discursos e, por fim, ficamos incapacitados de superar estas contradições. Então, sem percebermos a tragédia, declaramos a derrota e morte do sujeito em proveito da impiedosa vivacidade/ferocidade do discurso.

A história do capitalismo é, também, a história de crises e perturbações sociais, pois sua produção destituída de um controle voltado às necessidades humanas transforma o sistema sociometabólico do capital no mais dinâmico e expansivo produtor de riqueza. Na formação desse sistema, em meados do século XVII e na primeira metade do século XVIII, as crises que ocorreram nesse período tinham um caráter de subprodução, ou seja, a economia ainda pré-capitalista tinha o seu foco produtivo no setor agrícola e, no caso de uma catástrofe natural (geada, seca, pragas e epidemias), a pequena produção agrícola era afetada, resultando assim em privações e misérias generalizadas a toda a população. Porém, com a evolução e desenvolvimento das forças produtivas, as perturbações sociais e econômicas que atingiram o capital a partir de 1870 não eram mais provocadas por penúrias alimentares, mas pela superprodução industrial do capital moderno.

No momento em que as crises de superprodução se configuraram num problema recorrente e persistente no sistema produtivo do capital, as tentativas de compreensão desse fato começaram a surgir. Dessa forma, conforme Marx (apud Coggiola, 2002, p.110), “os estudiosos ingleses demonstraram profunda intuição em relação ao desenvolvimento da produção capitalista, ao perceberem na queda da taxa de lucro um gravíssimo entrave à acumulação”. Contudo, “a compreensão da realidade social por eles esboçada estava limitada não só pelas condições históricas como pelo fato de seus principais representantes se posicionarem favoravelmente à expansão da economia burguesa” (Idem,ibidem).

Esses entraves, tanto históricos como do ponto de vista de classe, de que partiam suas análises, distanciavam-nos da possibilidade concreta de apreensão do funcionamento do capitalismo e, conseqüentemente, de suas crises.

Marx, ao analisar o sistema capitalista e suas contradições, demonstra em seus escritos uma preocupação em compreender a especificidade da lógica desse sistema e de suas contradições, pois

a sociedade burguesa, com suas relações de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a produção contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e de seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que ao se repetirem periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados como também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia, que em qualquer época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea [...]. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios para evitá-las (MARX, 19982, p.11-12).

Como vemos, para Marx as crises no capital não se mostravam como uma exceção, mas como uma regra determinante do seu modo de movimentar-se em direção a sua autorreprodução. Há no capital um desenvolvimento irrestrito na produção de mercadoria, sendo necessária sua realização em capital dinheiro pelo consumo. Essa realização é refreada pela existência de uma classe trabalhadora, que mesmo produzindo a riqueza material do capital, vê-se impedida de consumir os bens lançados na circulação, já que seu salário apenas permite sua reprodução como força física de trabalho. Além disso, o capital movido por uma lógica acumulativa luta contra o custo do trabalho na produção, investindo em tecnologia e em novas formas de organização do trabalho, a fim de diminuir a presença do trabalho vivo. Esse movimento amplia e intensifica o exército de reserva e a desvalorização das condições de vida dos trabalhadores, diminuindo seu poder de consumo, e como consequência, gerando um aprofundamento da crise de superprodução. Demonstra-se assim a contradição ineliminável do sistema do capital em conviver constantemente com crises em seu modo de existir.

Mészáros afirma que não há nada especial em associar-se capital a crise, pois

crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação (MÉSZÁROS, 2002, p. 795).

O dinamismo avassalador do capital, sempre movido para a expansão e acumulação de riqueza através da extração de mais-valia, apresenta-se historicamente como a primeira forma de organização societal que carregava a possibilidade do desenvolvimento das forças produtivas a um nível nunca antes imaginável. O capital, impulsionado por seu poder expansivo e totalizador, proporcionou a possibilidade de um desprendimento das limitações produtivas autossuficientes existentes nos modos de produção anteriores e especificamente no feudalismo. O capital, diz Mészáros,

é, na realidade, o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar em que encontre resistência (2002, p.97).

Pois esse sistema constitui-se no

[...] mais dinâmico do que todos os modos anteriores de controle sociometabólico juntos. Contudo, o preço a ser pago por esse incomensurável dinamismo totalizador é, paradoxalmente, a perda de controle sobre os processos de tomada de decisão (MÉSZÁROS, 2002, p.97).

As relações produtivas do capital proporcionaram, inicialmente, um poder incalculavelmente revolucionário em relação às unidades produtivas autossuficientes do feudalismo. Enquanto o sistema feudal era regido por uma produção lenta e limitada às necessidades restritas ao valor de uso, o capitalismo, ao contrário, ao subordinar o valor de uso ao valor de troca, introduz uma dinâmica produtiva voltada para o acúmulo de riqueza, sempre direcionada à ampliação e à concentração do lucro nas mãos de poucos. Essa força objetiva, que teve um importante papel na construção desse sistema social, mostra-se já a partir de algumas observações de Marx e, sobretudo, através de Mészáros na contemporaneidade, perspectivas perigosas à reprodução de toda a vida humana.

A perda do controle sobre o conjunto do sistema reprodutivo social ocorre a partir dos imperativos determinantes do capital, que são voltados incontrolavelmente para um movimento acumulativo e explorativo sempre em expansão.

A falta de unidade do conjunto social produtivo do capital atinge o momento da produção, do consumo e da distribuição. Essa incontrolabilidade, nos termos de Mészáros, ocasionada pela estruturação da produção em microcosmos radicalmente fragmentados e antagonicos, mostra-se incapaz de ordenação global por um sujeito que não seja voltado para a lógica autorreprodutiva desse sistema. As personificações representadas pelos diretores, gerentes, empresários de fábricas estatais e/ou privadas, como também os próprios trabalhadores (de forma qualitativamente diferente), mostram-se incapazes de deter o controle do conjunto do sistema do capital. Mészáros (2002, p.98), ao se dirigir aos capitalistas, diz que “Eles têm de obedecer aos imperativos objetivos de todo o sistema, exatamente como todos os outros, ou sofrer as conseqüências e perder o negócio”. Todos precisam obedecer aos imperativos das relações de produção capitalista, pois o trabalhador sem emprego morrerá, e o capitalista fracassado se transformará em trabalhador, e para sobreviver, precisará vender todos os dias a sua vida ao capital.

Diante dessa incontrolabilidade do capital, a presença do Estado revela-se como um poder essencial nessa ordenação global do capital. O Estado é fundamental para a viabilidade do conjunto das relações produtivas, pois através de sua ação corretiva assume um papel de agente político totalizador e estruturador das condições legais e normativas, necessárias à eficiência dessa produção. Isso é possível, conforme Mészáros, “até onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital” (2002, p.107).

O Estado, como instrumento essencial na opressão de classe e manutenção desse sistema, irá, em relação à perda do controle na produção, no consumo e na circulação, estruturar um corpo jurídico/legal/político que, em conjunto com a estrutura ideológica desse sistema, sanciona e protege a propriedade privada.

O capital deve manter, para a sua contínua autorreprodução, “o mais alto grau possível de extração do trabalho excedente, que constitui sua *raison d'être* histórica e seu modo real de funcionamento ”(MÉSZÁROS, 2002, p.103). É nesse caminho que

essa forma de sociabilidade deve ser regida, e os obstáculos dessa íntima necessidade devem ser desviados (nunca superados) para a continuidade desse sistema.

Marx, 140 anos atrás, apontava a influência civilizatória do capital, por certo que a um preço alto, sobre a alienação desumanizadora do trabalho humano. O capitalismo construiu historicamente a possibilidade concreta do desenvolvimento das forças produtivas a um nível antes nunca imaginável. Por meio desse desenvolvimento econômico historicamente realizado pelo capital, é possível concretamente produzir os bens necessários à manutenção em farta medida da vida humana em todo o planeta. De acordo com o autor:

Pela primeira vez, a natureza se torna puramente um objeto para a humanidade, puramente uma questão de utilidade; cessa de ser reconhecida como um poder em si mesma; e a descoberta de suas leis autônomas aparece apenas como um ardid para submetê-las às necessidades humanas, como um objeto de consumo ou como meio de produção. De acordo com esta tendência, o capital ultrapassa as barreiras e os preconceitos nacionais, a adoração da natureza, assim como também todas as satisfações tradicionais, limitadas, complacentes, embutidas, das necessidades presentes e as reproduções dos velhos modos de vida (MARX apud MÉSZÁROS, 2002, p.800).

Em meados de 1970, o capital encontra limites estruturais intrínsecos à autorreprodução de sua sociabilidade. O capital ingressa, motivado por uma crise estrutural, numa fase de produção destrutiva, na qual os homens e a natureza são ameaçados.

Mészáros (2002, p.800) afirma que “o capital não pode ter outro objetivo que não sua própria auto-reprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve subordinar-se absolutamente”. A impiedosa lógica interna da autorreprodução ampliada do capital encontra seu obstáculo nas necessidades humanas. A disjunção entre produção e necessidade é a principal característica da produção no capital, que é orientada na geração de riqueza e na obtenção do lucro, a partir da subordinação das carências humanas ao valor de troca. As necessidades humanas servem de meio à autorreprodução ampliada do capital. Com isso,

[...] para tornar a produção de riqueza a finalidade da humanidade, foi necessário separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último. Essa característica, na verdade, foi um dos grandes segredos do sucesso da dinâmica do capital, já que as limitações das necessidades dadas

não tolham seu desenvolvimento. O capital está orientado para a produção e a reprodução ampliada do valor de troca [...] (MÉSZÁROS, 2002, p.606).

A destrutividade do capital coloca em questão a necessidade de pensarmos e compreendermos a natureza desse sistema e sua *causa sui*, pois o capital só pode tratar de forma mistificadora os efeitos do seu sistema, tentando amenizar, deslocar e adequar tudo e todos a seus imperativos desumanizadores. Essa forma de agir sobre suas crises, sempre recorrente, leva ao aprofundamento de suas contradições, intensificando os efeitos nocivos para a humanidade.

As crises anteriores à década de 70 do século XX foram todas de alguma forma enquadradas em crises cíclicas, umas mais lentas, outras mais longas, algumas mais profundas e com efeitos em alguns setores, outras de menor gravidade, mas todas com a possibilidade de serem neutralizadas, assimiladas ou até mesmo anuladas por formas remediadoras encontradas pelo capital em direção a sua autoexpansão. Quando a crise afeta apenas uma das três dimensões (produção, consumo e circulação) produtivas do capital, é possível transferir o problema parcial para as outras dimensões não afetadas, articulando-as e desviando a dificuldade.

Uma crise cíclica impulsiona o capital na elaboração de medidas reformistas aos seus efeitos mais imediatos, readquirindo e proporcionando o restabelecimento da expansão e acumulação em níveis crescentes. As possibilidades de desviar-se das contradições advindas de uma crise no sistema do capital só são possíveis como uma problemática parcial, ou seja, uma crise cíclica.

Como já foi dito em momento anterior, é da natureza do capital a existência de crises, pois é por meio delas que o capital prospera para além daquele momento de produção, visto que

seu modo normal de lidar com contradições é intensificá-las, transferi-las para um nível mais elevado, deslocá-las para um plano diferente, suprimi-las quando possível, e quando elas não puderem mais ser suprimidas, exportá-las para uma esfera ou um país diferente (MÉSZÁROS, 2002, p. 800).

Numa crise cíclica há um estímulo ao desenvolvimento e ampliação do poder do capital em relação ao seu imperativo para a expansão e acumulação de riqueza. Novas formas de imperialismo, controle monetário e político, organização produtiva e expansão por meio de guerras localizadas e/ou generalizadas, como, por exemplo, as I e

II Guerras Mundiais, abriram a possibilidades de acumulação e expansão de riqueza nas mãos dos países avançados.

Mészáros (2002) explicita as transformações advindas por meio da crise de 1929-33, que potencializaram o desenvolvimento interno e externo de alguns países desenvolvidos do mundo do capital, sob o controle hegemônico dos Estados Unidos.

De acordo com ele (2002, p.806):

Externamente isto significou:

1. Uma mudança dramática do imperialismo multicentrado, ultrapassado, militar e político perdulariamente intervencionista para um sistema de dominação global que, sob a hegemonia norte-americana, se torna mais dinâmica e economicamente muito viável e integrado;
2. O estabelecimento do Sistema Monetário Internacional e de vários outros órgãos importantes de regulamentação das relações intercapitais incomparavelmente mais racionais [...];
3. A exportação de capital em grande escala (e com ela a perpetuação mais efetiva da dependência e do “subdesenvolvimento” imposto) e o repatriamento seguro, em escala astronômica, de taxas de lucro totalmente inimagináveis nos países de origem [...];
4. Incorporação relativa, em graus variados, das economias de todas as sociedades pós-capitalistas.

Por outro lado, interiormente [...]:

1. [...] intervenção estatal para a expansão do capital privado;
2. Transferência de indústrias privadas falidas, mas essenciais, para o setor público, e a sua utilização para novamente apoiar, através dos fundos estatais, as operações do capital privado [...];
3. [...] economia de pleno emprego durante a guerra e por um período considerável depois dela;
4. Larga abertura de novos mercados e ramos de produção no plano da “economia de consumo” [...];
5. [...] estabelecimento de um imenso “complexo industrial/militar” como controlador e beneficiário direto da fração mais importante da intervenção estatal [...].

As décadas anteriores à crise estrutural, por mais que tenham sido sentidas como um momento de depressão profunda e devastadora, principalmente em seu período inicial em 1929, após a segunda Guerra Mundial tornaram-se, como vimos, uma oportunidade em que o capital conseguiu (mesmo que temporariamente) manter a auto-expansão ampliada das taxas de lucro.

A partir de 1970 a forma da crise que se abate sobre a autorreprodução do sistema afeta de modo mais profundo todas as esferas, pois tanto a produção, a circulação e o consumo sofrem um refreamento em sua dinâmica expansiva e acumulativa. Mészáros (2002) assinala abaixo, de forma bastante elucidativa, as principais características da crise estrutural do capitalismo atual:

1. Seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular [...];
2. Seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);
3. Sua escala de tempo é extensiva, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;
4. Em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante [...].

Uma crise estrutural atinge todo o sistema do capital e, com isso, medidas que desloquem essas barreiras de forma parcial, por meio de ações políticas, econômicas e sociais, se tornam inviáveis. Pois, como explica Mészáros:

Uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo [...]. Assim, uma crise estrutural não está relacionada aos limites imediatos mas aos limites últimos de uma estrutura global. Os limites imediatos podem ser ampliados [...]. Em outras palavras, contradições parciais e disfunções, ainda que severas em si mesmas, podem ser deslocadas e tornadas difusas – dentro dos limites últimos ou estruturais do sistema – e neutralizadas, assimiladas, anuladas pelas forças ou tendências contrárias, que podem até mesmo ser transformadas em força que ativamente sustenta o sistema em questão (MÉSZÁROS, 2002, p.797).

Uma crise desse porte afeta as três dimensões produtivas do capital: a produção, o consumo e a circulação. Essa tripla dimensão interna da autoexpansão do capital exhibe desarranjos cada vez maiores. E mais, “ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema.”(MÉSZÁROS, 2002, p.799). Assim, em momentos anteriores, poderia uma dessas dimensões ser subjugada a outras em função da necessidade de autoexpansão do capital, uma vez que, de acordo com Mészáros,

enquanto fosse possível cavar buracos cada vez maiores para encher com a terra assim obtida os buracos menores cavados anteriormente -, não só cada uma das dimensões internas contraditórias poderia ser fortalecida separadamente como elas também poderiam funcionar em harmonia “contrapontual” (MÉSZÁROS, 2002, p.799).

Por outro lado, uma crise estrutural “afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (MÉSZÁROS, 2002, p.797). Isso demonstra que o capital se constitui num sistema totalitário e articulado; assim, os problemas nesse sistema mundializado se irradiam por todos os cantos do planeta.

Em um sistema mercantil de funcionamento articulado mundialmente, em que a saúde do conjunto do sistema passa a depender de cada veia particular por onde flui a circulação que dá vida ao organismo, cada impasse ou problema proveniente de qualquer zona restrita do circuito atinge necessariamente o organismo como um todo.

Ao adentrar em 1970 numa crise estrutural, o capital não consegue deslocar suas contradições a um nível correspondente e necessário ao seu poder de expansão econômica. Grande parte das iniciativas historicamente tomadas na amenização das crises cíclicas que o capital passou, não representa, no momento, uma resposta aos problemas existentes, o que demonstra a gravidade extensiva e intensiva da crise que vivemos.

Em relação à estrutura política, passamos por uma reversão, na qual um novo policentrismo é estruturado entre os países desenvolvidos no interesse de manterem suas riquezas a qualquer custo; em relação ao emprego, nem de longe vislumbramos a possibilidade do pleno emprego auferido pelo *Welfare State*, já que o desemprego crônico em massa é uma triste realidade que atinge países avançados e subdesenvolvidos de hoje. No que diz respeito ao acordo de *Bretton Woods* adotado em 1994, no qual o dólar se transformou em moeda mundial, este vem-se desintegrando em razão das novas configurações monetárias mundiais. Por fim, o poder de extração e alocação da indústria/militar nos dias atuais seria no mínimo problemático, para não dizer explosivo e ameaçador para a humanidade. O fato é que fazer girar o poder bélico que a força militar mundial poderia no momento movimentar como forma de deslocamento da crise estrutural tornaria concreta a perspectiva da destruição por completo da vida na Terra.

Contudo, o capital é regido por um vigor incontrollável, em que nenhum agente humano detém o seu controle enquanto as relações produtivas forem regidas por essa lógica, mas apenas participa, de acordo com sua posição de classe, das tomadas de decisões hierarquicamente constituídas em favor da manutenção, expansão e acumulação de riqueza nas mãos de uma classe dominante cada vez mais poderosa. Essa autoexpansão é feita a qualquer custo. De acordo com Mészáros (2002, p. 699),

[...] o capitalismo contemporâneo atingiu um estágio em que a disjunção radical entre produção genuína e auto-reprodução do capital não é mais uma remota possibilidade, mas uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro [...].

Nesse sentido, os limites do capital não podem mais ser conceituados como meros obstáculos materiais a um maior aumento da produtividade e da riqueza sociais, enfim como uma trava ao desenvolvimento, mas como um desafio direto à própria sobrevivência da humanidade.

[...], mas somente quando o capital já não for mais capaz de assegurar, por quaisquer meios, as condições de sua auto-reprodução destrutiva, causando assim o colapso do sociometabolismo global.

Como vimos antes, o capital é totalmente desprovido de medida e de um referencial humanamente significativo, enquanto seu impulso interno à auto-expansão é *a priori* incompatível com os conceitos de controle e limite, para não mencionar o de uma autotranscendência positiva.

A sociabilidade capitalista precisa, nesse momento de crise estrutural, procurar meios para a necessidade imperiosa da manutenção dos níveis mínimos necessários à vigência expansiva e acumulativa do lucro. As formas destrutivas encontradas até o momento são cada vez mais problemáticas e não resolutivas da crise estrutural.

Os Estados Unidos alocam bilhões de dólares de seu orçamento na indústria militar, e em cada conflito são lançados milhões de dólares que podem ser reaplicados em mais armas. Essa produção perdulária se mantém sob o manto patriótico da população em defesa do bem contra o mal. Outro aspecto antes utilizado com muito sucesso se encontra hoje em dificuldades, visto que utilizar os países subdesenvolvidos como possibilidade de expansão das riquezas dos países desenvolvidos se torna, na atualidade, uma impossibilidade estrutural, mesmo porque os países “em desenvolvimento” são débeis economicamente e encontram-se integrados forçosamente à situação de subordinação e dependência. Portanto, se fosse possível desenvolvê-los a partir da lógica do capital, estaríamos apenas deslocando para o nível do impossível as dificuldades estruturais em que se encontram os países avançados. Mészáros esclarece que:

[...] o mundo “subdesenvolvido” já está completamente integrado ao mundo do capital, e cumpre nele várias funções vitais [...].

Tais propostas irreais ignoram sistematicamente que é absolutamente impossível manter os pés nas duas canoas: manter a existência do sistema de produção absurdamente ampliado e “superdesenvolvido” do capital “avançado” (o qual depende necessariamente da continuação da dominação de um vasto território de subdesenvolvimento forçado) e, ao mesmo tempo, impelir o “Terceiro Mundo” a um alto nível de desenvolvimento capitalista (que apenas poderia reproduzir as contradições do capital ocidental “avançado”, multiplicadas pelo imenso tamanho da população envolvida) (MÉSZÁROS, 2002, p.809-810).

O Terceiro Mundo, de acordo com Mézszáros, encontra-se integrado à mundialização do capital de forma débil, subordinada e dependente. As burguesias desses países realizam seus lucros por meio dessa integração e não querem nem podem, por meio desse sistema, encontrar outra forma de relacionar-se economicamente com os países centrais. Essa relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento como algo inerente e necessário à realização do capital na atualidade torna-se explícita na citação de Mézszáros (2002, p. 683):

Certamente, de acordo com a sua linha de menor resistência nas circunstâncias, a exploração neocolonial, muito protegida pela extração de mais-valia absoluta, serve perfeitamente aos interesses do "capital metropolitano" e seu apetite insaciável por superlucros facilmente repatriáveis. Entretanto, não se pode esquecer que a "modernização" neocolonial do sistema capitalista de produção, que mantém no "Terceiro Mundo" a reconhecida preponderância anacrônica da mais-valia absoluta, também vem a servir aos interesses do capital "subdesenvolvido" e à sua linha de menor resistência no estágio de desenvolvimento dado. É precisamente com base nesta identidade de interesses que as diferentes seções do capital global podem operar com êxito, em plena cumplicidade umas com as outras, as práticas econômicas mais antiquadas e abertamente exploradoras; em sua linha comum de menor resistência na estrutura global da produção capitalista (grifos do autor).

Chesnais (1996) explica que, nos anos dourados do desenvolvimento fordista do pós-II Guerra Mundial, a ideologia desenvolvimentista para os países do Terceiro Mundo estava com toda a força. Essa concepção ideológica criava um ideário positivo quanto à possibilidade de os países subdesenvolvidos alcançarem os mesmos patamares econômicos e tecnológicos que os países avançados atingiram. A modernização dos países em desenvolvimento era uma questão de tempo e de investimento, por meio de empréstimos, transferência de tecnologia, enfim, da compra e do endividamento progressivo e incontrolável dos países pobres em relação aos grandes centros produtivos do capital moderno.

Durante várias décadas, prevaleceu a idéia de que o modelo ocidental de desenvolvimento (capitalista) poderia ser generalizado para todos os países e regiões do planeta. Havia “etapas de desenvolvimento”, degraus de uma escada que todo país podia galgar (CHESNAIS, 1996, p. 312).

Conforme o autor (1996), essa ideia de desenvolvimento foi abandonada, pois:

esse desenvolvimento não é mais desejado pelos que eram outrora seus agentes externos; por outro, sabe-se que ele se choca a limites ecológicos incontornáveis, na medida em que sempre foi concebido como extensão mundial dos modos de produção e consumo estabelecidos nos países avançados (CHESNAIS, 1996, p. 313).

Os interesses dos países avançados, a partir da crise estrutural, com a introdução do modelo de organização flexível, conhecido como toyotista, passam a ser seletivas e de manutenção das suas necessidades capitalistas. Chesnais (1996) demonstra abaixo a forma dessa relação econômica atual:

Certos países ainda podem ser requeridos como fontes de matérias-primas (na verdade cada vez menos) [...]. Outros são procurados, sobretudo pelo capital comercial concentrado, como bases de terceirizações deslocalizada a custos salariais muito baixos [...]. Mais uns poucos países, por fim, são atrativos devido a seu enorme mercado interno potencial (por exemplo, a China) (CHESNAIS, 1996, p. 313).

Com isso, abandona-se a proposta de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos na crise atual, partindo-se para a introdução de políticas administrativas da pobreza.

Um outro importante fator na dinâmica destrutiva da autorreprodução do capital nessa crise é a taxa de utilização decrescente das mercadorias, ou seja, a diminuição da vida útil dos produtos produzidos e consumidos no mundo do capital. Essa produção dos descartáveis e dos desejos consumistas cada vez mais imediatos, levada por modismos que se desgastam muitas vezes no simples momento da compra, possibilita ao capital realizar seus lucros sobre um espaço de circulação fixo.

É possível, no momento, produzir grandes quantidades de mercadorias descartáveis e vendê-las no mesmo espaço de consumo. Portanto, os milhares de pobres que se colocam excluídos desse consumo não mais preocupam os capitalistas quanto à sua necessidade de acúmulo de riqueza. Através da taxa de utilização decrescente das mercadorias, a circularidade de uma quantidade de mercadoria necessária para o lucro

do capital pode ser realizada num mesmo espaço de consumo, sem que seja necessário o capital conquistar novos consumidores. A rotatividade por meio da produção para a destruição cria valores de uso cada vez mais voláteis e imaginários. Essa circulação é garantida mediante a produção de produtos com o tempo de vida cada vez menor (desgastando-se rapidamente), ou pela criação cada vez maior de necessidades artificiais nos consumidores. Produzem-se mercadorias que logo se desgastam, por não estarem simplesmente mais na moda. Os efeitos dessa forma de produção destrutiva são altamente danosos à vida humana e à preservação dos meios naturais necessários a nossa sobrevivência. Mészáros (2002, p.685) elucida tal questão ao afirmar que:

O resultado, sob o impacto dessas determinações, não é a *ampliação* dos contornos da circulação que se constitui em tendência inexorável do desenvolvimento do capitalista, mas ao contrário, a restrição artificial do círculo de consumo e a *exclusão* dele das massas "desprivilegiadas" (isto é, a esmagadora maioria da humanidade), tanto nos países avançados como no "Terceiro Mundo", graças às perversas possibilidades produtivas abertas ao sistema capitalista pela taxa de utilização decrescente (grifos do autor).

Arcary (2004, p.42), em sua análise, explica que a “crise teria na sua raiz a incapacidade de produção de uma massa de mais-valia que garanta a valorização do capital”. O capital tem em sua própria lógica produtiva uma vulnerabilidade que o leva a crise cada vez mais intensa. Assim o autor expõe cinco fatores que estariam aprofundando as perturbações desse sistema. O primeiro é representado pela tendência à baixa da taxa média de lucro do capital. Explicando:

a tendência à queda se explicaria pelo constante aumento da composição orgânica. Como a parcela do capital que garante a produção de mais-valia (o capital variável, utilizado na compra da força de trabalho) tende a ser uma fração cada vez menor do capital em seu conjunto, já que se manifesta a irrefreável tendência à substituição de trabalho vivo por trabalho morto, a rentabilidade média, em princípio, teria que cair (ARCARY, 2004, P.42).

O segundo problema apontado recai sobre a exploração desenfreada das matérias-primas existentes e a necessidade do capital em barateá-las com o objetivo do aumento do lucro por meio do uso intensivo desses bens naturais. A possível escassez de petróleo e água prognosticada pela ONU e por estudiosos de vários países nos alerta para o risco da falta desses bens naturais imprescindíveis à vida moderna, e no caso da água, na manutenção da existência humana. Problemas como o efeito estufa e a produção de transgênicos representam os descaminhos de uma produção que não se

move pela racionalidade das necessidades humanas, ou seja, a riqueza é o fim desse sistema, mesmo que, para isso, arrisque a saúde de milhares de pessoas.

Pouco importa às multinacionais, que calculam lucros estratosféricos com os *royalties* das patentes, se todas as análises médico-clínicas recomendam prudência e sugerem uma quarentena para o uso de grãos geneticamente alterados, antes de liberá-los para o consumo humano. Tudo são negócios (ARCARY, 2004, p.45).

A terceira questão referida por Arcary encontra-se na tentativa pelo capital do bloqueio da crise através de investimentos em novas tecnologias na produção. A elevação da “produtividade pela poupança do tempo médio de trabalho socialmente necessário do capital para vencer a concorrência no mercado é também um fator de crise do sistema” (ARCARY, 2004, p.45). E o autor, ao dialogar com Marx, expõe sua conclusão sobre a questão:

Marx não ignorava que a elevação da mais-valia relativa poderia ser um fator de neutralização da queda dos lucros, já que máquinas mais modernas permitiriam elevar a produção e reduzir os custos, sem aumentar a jornada de trabalho e sem reduzir os salários. Mas destacou que esse movimento do capital, na longa duração, teria como conseqüência o aumento da composição orgânica, porque diminuiria o peso do trabalho vivo em relação ao trabalho morto, e, como só o trabalho vivo gera mais-valia, a taxa de lucro média teria que cair (idem, p.45).

A quarta polêmica refere-se à impossibilidade de a economia mundial do capital de hoje encontrar espaços para a expansão horizontal do seu imenso mercado produtivo.

A questão consiste em esclarecer se há alguma área que possa atrair investimentos produtivos capazes de promover um relançamento mundial sustentado da economia internacional, se a China, com suas imensidões, e mesmo considerando-se o lugar que ocupa no mercado mundial, não conseguiu fazê-lo. Não parecem animadoras as projeções de crescimento do mercado mundial (Ibidem, p.47).

O mercado do capital, na atualidade, atingiu territorialmente a extensão da quase totalidade do planeta Terra, diferentemente do período da expansão marítima europeia dos séculos XIV e XV, e no momento da I e II Guerras Mundiais no século XX. Esses três períodos, cada um com sua particularidade histórica específica, detinham

concretamente a possibilidade de expansão da exploração dos países capitalistas a lugares ainda não conhecidos.

A quinta questão é formulada por uma indagação do autor:

Será que a magnitude do capital, as dimensões colossais que a acumulação já atingiu, que permitem que tenhamos hoje, por exemplo, pelo menos US\$ 15 trilhões circulando, diariamente, nos mercados financeiros, compensa a redução da taxa média de lucro? (ARCARY, 2004, p.47).

O lucro por meio de investimento em capital fixo é cada vez maior. A produção com os investimentos em tecnologia faz aumentar a produtividade, mas, por outro lado, a circulação do capital e sua realização no mercado são cada vez mais lentas, tendo como resposta a esse movimento uma diminuição nas taxas de lucro. O capital produz de forma gigantesca, e a realização do seu lucro está, na atualidade, no poder giratório desse montante. A magnitude do potencial produtivo do capital extrapola o movimento cada vez mais lento do seu lucro na produção tecnologicamente modernizada. O autor explica ainda que:

A queda dos lucros na produção está na raiz da fuga de capitais de investimentos produtivos e da alocação cada vez maior de massas de capital em papéis. Que futuro poderíamos atribuir a um sistema em que a riqueza foge da atividade produtiva? Presumir crises cada vez devastadoras socialmente e politicamente insustentáveis não parece, portanto, catastrofismo (Idem, p.48).

Por fim, o autor explica que o capital não pode evitar suas crises, e que, diferentemente das crises cíclicas explosivas anteriores a 1970, a crise atual demonstra um caráter mais brando, porém continuado, e que seus limites elevam as contradições e os efeitos do capital a níveis cada vez mais desumanizadores.

Na atualidade, as saídas encontradas pelo capital para sua contínua e desesperada autorreprodução não apresentam, em nenhum de seus aspectos, uma solução ou eliminação do problema. Mas de forma sempre temporária, representam apenas um deslocamento de suas contradições, repondo com isso sua lógica acumulativa e expansiva de modo cada vez mais destrutivo. A sustentabilidade pode ser uma dessas tentativas que traz em seu bojo a contradição, a necessidade e a possibilidade de um repensar sobre a ação do homem em relação à natureza e do homem com a sociedade na construção de sua existência.

2.1.1. A atualidade da crise

A partir da segunda metade de 2008, sob a forma inicial de uma crise financeira avassaladora, a crise de superprodução capitalista gera um estado de incerteza e instabilidade generalizada. Atualizar os aspectos negativos e destrutivos dessa crise apenas poderá ser feito neste momento de modo ainda preliminar, pois os resultados, efeitos e saídas dessa instabilidade social poderão, por parte das classes sociais em luta, tomar contornos inesperados. Mandel (1990, p.210) ao explicar as crises do capitalismo define do seguinte modo:

Contrariamente às crises pré-capitalistas (ou pós-capitalista) que são quase todas de penúria física de subprodução de valores de uso, as crises capitalistas são crise de superprodução de valores de troca. Não é porque há muito poucos produtos que a vida econômica se desregula. É porque há a impossibilidade de venda de mercadorias a preços que garantam o lucro médio – isto é, porque há, portanto, muitas mercadorias – que a vida econômica se desorganiza, que as fábricas fecham as suas portas, que os patrões demitem e que a produção, as rendas, as vendas, os investimentos e o emprego caem.

Os problemas advindos da sociabilidade capitalista não são criados pelo que há de pior no sistema produtivo, mas pelo contrário, e contraditoriamente, por sua lógica produtiva de riqueza incontável através do aumento da exploração da classe trabalhadora. A abundância de riqueza produzida em forma de mercadoria, de um momento para o outro, não pode ser vendida a uma determinada taxa de lucro, pois diante da lei tendencial à queda da taxa de lucro, os produtores produzem, mas não conseguem obter o lucro médio suficiente para o pagamento de seus custos, investimentos e acumulação de riqueza necessária à continuidade da expansão do sistema produtivo. Mandel (1990, p.212) nos alerta que bruscamente

a oferta ultrapassa a demanda solvável, a ponto de provocar massivamente um recuo das encomendas e uma redução importante da produção corrente. É essa venda insuficiente, essa não estocagem e essa redução do emprego, das rendas, dos investimentos, da produção etc., e isso nos dois departamentos fundamentais da produção, o de bens de produção e o de bens de consumo.

Desse modo, como tudo no capitalismo se converte em mercadoria quantificada pelo valor de troca para o acúmulo de riqueza nas mãos da classe dominante, uma crise de superprodução afeta a totalidade do sistema produtivo. Os lucros despencam, as empresas desempregam, os bancos não oferecem créditos, ou não conseguem emprestar,

o comércio, encharcado de mercadorias, não consegue vender no número e no valor compensatório a lógica expansiva do capital. Martins (2009, p.3) explica que com a depressão dos lucros e dos preços de produção, ocorre como efeito a deflação, ou seja:

No processo deflacionário tudo cai: o valor da produção, a produtividade do trabalho, o emprego de operários, a taxa de lucro dos capitalistas, o capital-dinheiro, a taxa de acumulação do capital, os preços de produção, os preços de mercado, as vendas externas e internas e o produto nacional. Não adianta ter uma queda dos preços se os rendimentos individuais caírem mais rapidamente. Tudo cai, menos o desemprego e a fome.

Depressão e deflação se constituem de acordo com o autor em irmãs gêmeas, fruto de um processo de crise, e seus efeitos nocivos recaem sobre todo o sistema social capitalista, mas de modo avassalador sobre a classe trabalhadora. De acordo com os relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2009 poderá chegar a 50 milhões o número de desempregados no mundo²⁶. Dados do mesmo órgão apontam para a previsão de 200 milhões de trabalhadores que poderão integrar-se às filas da pobreza extrema²⁷, e 53% da população são empregados em atividades temporárias, vulneráveis e precarizadas. O primeiro ministro da Inglaterra, Gordon Brown, afirma em entrevista concedida à FOLHAONLINE de 28 de março de 2009²⁸, que pelo menos 100 milhões de pessoas serão empurradas para a pobreza, e que mais de 500 mil crianças morrerão devido à crise mundial. Constata-se nessas previsões que a crise afeta e afetará a todos no mundo, e principalmente, à classe trabalhadora, que não sabe como poderá manter seus postos de trabalho, e com isso a sua mínima condição de existência.

A atualidade da crise que inicialmente surge como uma crise financeira, das bolsas de valores do mundo, se constitui num efeito da própria estrutura produtiva incontrolável do capitalismo. Martins (2009, p.3) diz que:

As crises cíclicas aparecem antes de mais nada como uma crise de crédito, uma crise financeira. A crise geral tem um roteiro definido, começando na sua esfera mais superficial, mais improdutiva, que é a esfera financeira, depois ela cai para a esfera produtiva, onde está o verdadeiro motivo da crise que é industrial, que revela a incapacidade, num determinado momento, dos capitalistas manterem o crescimento da exploração ou da taxa de mais-valia sobre os trabalhadores.

²⁶ www.oitbrasil.org.br/get_2009.php - acesso em 3 de abril de 2009.

²⁷ Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), pobreza extrema é o equivalente a famílias que vivem com um valor de dois dólares por dia; com a crise atual 1,4 bilhões de trabalhadores (45% do total mundial de trabalhadores) vivem desse modo.

²⁸ www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u542032.shtml – acesso em 3 de abril de 2009.

Desse modo, a causa essencial da crise atual encontra-se na estrutura produtiva capitalista, pois a partir de um momento histórico os padrões expansivos e acumulativos do capital são refreados e impedidos de manter uma taxa média de lucro necessário à classe dominante. Biancchi²⁹ (2009, p.1) explica que a principal característica da economia vulgar é que ela insiste em fixar-se nas formas de manifestações da mais-valia e da produção capitalista, em vez de analisar a verdadeira natureza destas. Desse modo, o capital produtor de juros, que é a forma do capital financeiro, surge como fonte independente de valor; assim, os economistas vulgares tomam essa aparência como sua essência. Marx em seus escritos derruba e desvela esse erro, atribuindo à própria lógica do sistema sociometabólico do capital a potencialidade autodestrutiva em forma de crises sociais e econômicas periódicas. Sampaio Junior³⁰ (2008, p.3) nos alerta que:

O resultado era perfeitamente previsível: a valorização do capital fictício descolou-se completamente da valorização produtiva e a acumulação produtiva desgarrou-se completamente da capacidade de consumo da sociedade. Em poucas palavras, a farra especulativa, que vem se arrastando há décadas, transformou-se em uma clássica crise de superprodução. Sua solução demandará uma brutal queima de capital produtivo, comercial e financeiro, com tudo o que vem junto: destruição de forças produtivas, fechamento de empresas, nova rodada de concentração e centralização de capitais, escalada do desemprego, aumento da pobreza e da desigualdade social, crise social e instabilidade política.

A partir da crise estrutural do capital na década de 70 as possibilidades de expansão são cada vez mais limitadas, e desse modo o enriquecimento financeiro, a supervalorização do capital moeda, de modo fictício vinha se transformando numa “saída” para a necessidade expansiva e acumulativa do sistema. Contudo, a especulação transformou-se nesse momento no algoz, e a riqueza do mundo financeiro evapora-se da noite para o dia.

Mandel (1990) opina que o acontecimento detonador de uma crise poderá ser variado, um escândalo financeiro, um pânico bancário, a falência de uma grande empresa, ou simplesmente, a mudança de uma conjuntura. No entanto, o mesmo autor adverte que:

O detonador não é a causa de uma crise. Apenas a precipita no sentido em que desencadeia o movimento cumulativo descrito acima. Para que ele possa desencadeá-lo, é necessário que coincida toda uma série de pré-condições que não decorrem em medida alguma da influência autônoma do detonador.

²⁹ www.pstu.org.br – acesso em 2 de abril de 2009.

³⁰ SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Capitalismo do século XXI: crise e barbárie. Mimeo, 2008.

Assim, a falência retumbante de uma grande casa comercial ou de um grande banco não estrangulará, em geral, uma conjuntura no início de uma fase de *boom*, de expansão acelerada. Terá tal efeito somente ao final dessa fase, porque todos os elementos da crise próxima estão já reunidos e esperam um elemento catalisador para se manifestar (MANDEL, 1990, p.212).

A queda na taxa de lucro, e ao mesmo tempo, e em relação recíproca, a superprodução de mercadoria, se configuram no eixo central da crise atual. No entanto, os agravamentos históricos de uma crise mundializada, a elevação e expansão para todos os cantos do mundo de um padrão consumista perdulário e destrutivo, as tensões imperialistas, as impossibilidades de deslocamento e saídas bélicas mundiais, e a conjuntura histórica e política impróprias para a reintrodução de políticas keynesianas da década de 1930, nos colocam em suspense sobre os efeitos dessa onda depressiva para a humanidade. Martins ((2009, p.1) expõe as contradições e possibilidades presentes numa fase de crise do sistema, como catalisadora, ou não, de transformações sociais e econômicas da realidade.

Para Marx e Engels a crise econômica é a única oportunidade de desorganização e enfraquecimento do Estado Capitalista. O Estado é uma organização política que é muito sólida nos momentos em que o capital está a ter sucesso na acumulação, na valorização do capital. A crise econômica enfraquece esse bloco monolítico. A crise revela que a burguesia é incapaz de governar e de decidir pela sociedade o que produzir, como produzir e para que produzir – as três perguntas essenciais de organização de uma sociedade. Para Marx e Engels, a crise catastrófica é a condição necessária para a revolução. Só com a crise geral do capital se abrem os conflitos decisivos entre as diversas facções³¹ burguesas, os conflitos intercapitalistas e inter-imperialistas. Marx só podia ficar feliz porque esse é o único momento em que se pode rebentar com essa aparentemente invencível crosta de totalitarismo em que toda sociedade vive mergulhada. A classe operária não vence a burguesia apenas desmascarando as suas idéias, facto impossível em situações de paz social. Só a crise abre a possibilidade material da classe operária vencer a guerra social e passar a decidir por ela mesma o que produzir, como produzir, para quem produzir.

A questão da necessidade de mudança, e das alternativas abertas pela totalidade histórica de cada época, é uma construção das classes sociais em luta, que de algum modo assumirão e colocarão em movimento suas escolhas: transformando radicalmente, conservando e/ou ressignificando a realidade social. Marx (2008, p.19) nos adverte sobre o processo histórico de construção da realidade, explicando que:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem: não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. É

³¹ Texto escrito em português de Portugal.

justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e as coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada.

Vivemos um período de crise, e até o momento de contrarrevolução, no qual as forças da classe trabalhadora encontram-se congeladas e inertes diante de tal ofensiva do capital. No entanto, a história é um livro aberto de possibilidades e alternativas, e as classes e os indivíduos situados e orientados em pontos de vistas e horizontes sociais diversos e contraditórios poderão em seus cotidianos romper com o velho, e a partir do velho, pôr outra e radical realidade, ou como nos diz Marx: apresentar-se numa linguagem emprestada, assumindo-a como sua, e repondo a lógica do capital na sua trajetória destrutiva.

2.2. As bases da relação homem/natureza/sociedade

O ser humano ao entrar em contato com seu entorno realiza tal mediação em três níveis fundamentais: com o mundo abiótico, com os outros seres vivos e com seus congêneres. A produção e reprodução da vida humana se processam no enfrentamento desse desafio/barreira cotidianamente. “A espécie humana, como os outros seres vivos, deve enfrentar a contradição com o mundo abiótico, com as demais espécies vivas e com seus semelhantes” (FOLADORI, 2001, p.64).

Quanto à primeira contradição, é por intermédio do trabalho, transformação da natureza, que o homem entra em contato com o meio abiótico. O homem ao transformar a natureza incorpora parte do meio abiótico ao seu mundo social, satisfazendo assim suas necessidades. Em relação aos outros seres vivos, o ser social supera essa contradição reproduzindo as outras espécies, ou submetendo-as a determinadas condições de vida no cumprimento dos interesses do homem. O terceiro ponto de contradição, a relação com seus congêneres, é superado mediante a associação consciente entre seus semelhantes.

Conforme Marx (2002, p.64):

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana.

Sendo a base ineliminável para a manutenção e reprodução da existência humana, o trabalho, a relação entre o homem e a natureza, se configura numa necessidade eterna. A existência do homem pressupõe a existência da natureza; não há como existir vida humana sem a base natural, na qual o homem atua para produzir meios de existência e bens de produção. Desse modo, a manutenção da natureza é condição essencial para a manutenção da vida humana e dos demais animais.

Conclui-se assim que o modo e a qualidade da relação do homem com a natureza, com os demais seres vivos e dos homens consigo mesmos são condicionados ao modo como se relacionam os homens para a produção e reprodução de suas vidas no trabalho, ou seja, na transformação da natureza pelo homem, com o objetivo da manutenção de sua existência.

As relações de produção estabelecem, a cada momento histórico, formas de propriedade/ acesso e uso dos meios de produção, e isso determina e condiciona a forma da relação do homem com a natureza.

Foster (2005, p.201), ao comentar a compreensão de Marx sobre a relação homem/natureza, esclarece que o homem por meio do trabalho regula, medeia e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza. Contudo, esse autor explica que há uma falha irreparável nesse metabolismo social fruto das relações de produção capitalista e da separação entre cidade e campo. Essa “falha” metabólica resultante da lógica do capital ocorre na relação de produção capitalista para o lucro ilimitado, e com isso a mediação do homem com a natureza, com os outros animais e com os próprios homens será destrutiva.

Foster (2005, p.237) realiza um diálogo com Marx e defende que:

O capitalismo, observou Marx, “cria as condições materiais para uma síntese nova e superior, uma união da agricultura e da indústria com base nas formas que se desenvolveram durante o período do seu isolamento antagônico”. Mas, para alcançar esta “síntese superior”, seria necessário, argumentou ele, que os produtores associados da nova sociedade “governassem o metabolismo humano com a natureza de modo racional” – uma exigência que suscitava desafios fundamentais e continuados para a sociedade pós-revolucionária.

O modo de produção sob uma lógica produtiva não alienada determina e possibilita a construção de uma relação consciente, humanizadora e equilibrada entre os homens com a natureza e os demais animais. Pois, diferentemente do sistema destrutivo do capital, numa sociabilidade comunista a produção e reprodução dos homens se darão numa relação entre produtores livres e associados, tendo como fim as necessidades humanas. Essa relação consciente desde a esfera produtiva, distributiva e do consumo,

possibilitará de forma efetiva uma mediação humanizadora e enriquecedora dos homens na construção de sua existência.

2.2.1. Produção destrutiva e destruição da natureza: a lógica negativa do sistema capitalista

Vivemos numa época em que o termo crise perpassa nosso cotidiano Foladori, (2001, p.178) sobre esse aspecto, refere que de meados dos anos 70 à atualidade

manifestaram-se duas crises que estão profundamente inter-relacionadas: a crise econômica e a crise ambiental. O indicador mais nítido de uma crise econômica é a queda na taxa de lucro. Esta, que nos principais países capitalistas começou a cair desde o final dos anos 60, agudiza nas empresas a pilhagem de matérias-primas naturais sem preço ou com baixos preços, para baratear o capital constante. Acelera a formação de monopólios naturais, que permitem impor preços que retornem lucros extraordinários, como foi a alta do petróleo pela OPEP durante os anos 70.

O sistema social do capital não pode, dada a sua lógica acumulativa e expansiva, ir às causas de suas disfunções sociais, econômicas e ambientais. Nesse ínterim, o discurso do desenvolvimento sustentável transforma-se numa panaceia, o remédio para os males da destruição da natureza, da pobreza e da injustiça social.

Se observarmos a relação entre o homem e a natureza historicamente, desde o mundo primitivo aos dias atuais, o ser social vem modificando radicalmente o seu meio ambiente. Porém, é no século XX que essas transformações se operam sob escala mundial, e conseqüentemente os problemas resultantes da produção e consumo atingem níveis antes inimagináveis. A utilização de recursos naturais em quantidades gigantescas e a produção de dejetos na mesma escala se constituem no grande problema ambiental da nossa época.

Toda e qualquer espécie, diz Foladori (ver ano, p.117), extrai recursos e gera dejetos na natureza. Contudo, a crise ambiental se caracteriza pela extração de recursos e criação de dejetos numa quantidade maior que a capacidade do ecossistema de regenerar-se. Nesse caso estamos diante de uma crise ambiental, em que a depredação e a poluição se constituem em manifestações sintomáticas desse processo social.

Há, no entanto, uma radical distinção entre os demais animais com os seres sociais quanto ao modo de relacionar-se com o meio abiótico. Foladori (ver ano, p.118) explica que:

Para qualquer espécie, a relação com o seu meio ambiente é basicamente a que ela estabelece em bloco com o meio abiótico e com o resto das espécies vivas, como uma interdependência dinâmica. Com a espécie humana o mesmo não ocorre. Uma sociedade humana não estabelece relações com seu entorno na forma de bloco, e sim em grupos e classes sociais, e de maneira desigual. Nas demais espécies vivas as diferenças individuais não se acumulam para formar classes distintas. Cada geração deve começar do zero. Pelo contrário, os seres humanos acumulam a informação extra-corporal em instrumentos, utensílios, espaços construídos, etc. Mas esta acumulação não é da sociedade como um todo mas de cada classe social que transmite às gerações seguintes aquilo que conseguiu.

As espécies relacionam-se com a natureza de maneira homogênea, ou seja, há em cada espécie um modo específico e estável de retirar da natureza seu sustento. As pequenas diferenças entre o mesmo grupo de animais não causam nenhum distúrbio nessa relação, pois se as distinções se operarem de modo mais abrangente estaremos diante do surgimento de uma nova espécie, de um quadro evolutivo. Desse modo, as novas gerações de cada grupo de animais não acumularão conhecimentos e instrumentos legados das gerações anteriores; teremos sempre o recomeçar sob o mesmo ponto, no qual o instinto será o motor dessa relação.

Numa sociedade humana as relações entre os indivíduos e o meio ambiente são regidas de maneira radicalmente distinta das demais espécies. Conforme Marx (2002, p.21), esta questão pode ser respondida do seguinte modo:

o primeiro pressuposto de toda a existência humana, e portanto de toda a história, ou seja, o de que todos os homens devem ter condições de viver para poder fazer a história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida.

O ser humano através do trabalho produz seus meios de existência e, por esse meio, seu mundo material e intelectual. Adiante o mesmo autor acrescenta:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material. A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira

determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (MARX, 2002, p. 11).

O homem, ao trabalhar, fixa sua marca no mundo por meio de sua atividade. Nesse momento surge, ao seu redor, objetos materiais radicalmente novos, conhecimentos da natureza que antes dessa atividade eram desconhecidos. Habilidades e funções humanas são encarnadas em seus instrumentos e apreendidas por outros indivíduos para a continuidade do seu uso socialmente necessário. Assim, o momento fundante do ser social se expressa pelo e no trabalho, e é por intermédio dessa atividade que outras esferas sociais surgem e se desenvolvem. A formação do homem, a partir dessa vida ativa e constantemente modificada, se dá pela apropriação desse mundo material e espiritual produzido por seus semelhantes. Suas aptidões, habilidades, conhecimentos, linguagens e desenvolvimento estético dependem da participação e compreensão desse indivíduo, com a universalidade produzida pelo gênero humano. A construção do ser social tem uma relação íntima com o modo como os homens se relacionam na sua atividade, pois sua formação se dá pela qualidade das relações desses indivíduos com sua humanidade.

Com isso, a espécie humana interage com a natureza, transformando-a e adaptando-a as suas necessidades sociais e historicamente determinadas. Forças econômicas, sociais, políticas e ideológicas perpassam essa relação. Numa sociedade de classes regida pelo capital, o acesso e o modo de relacionar-se com os bens materiais, intelectuais e ambientais terão como fim o lucro apropriado privadamente através da exploração de uma classe sobre outra. Foladori (2001, p.120) afirma que:

A produção capitalista inaugura, pela primeira vez na história da humanidade, um sistema de produção cujo objetivo não é a satisfação direta das necessidades, mas a obtenção de um lucro em dinheiro. Obtém-se esse lucro através da concorrência no mercado. Uns ganham enquanto outros perdem. Não há forma alguma de que todos ganhem simultaneamente.

Rompe-se desse modo no sistema capitalista qualquer forma de limite quanto à produção de bens para o mercado. O fim expansivo e acumulativo ininterrupto dessa sociabilidade não permite controle. As necessidades humanas são subordinadas qualitativamente e quantitativamente aos imperativos do enriquecimento e do

entesouramento, fruto de uma relação expropriadora do trabalho humano e dos recursos naturais.

A busca do lucro, como lógica interna econômica, condiz a uma tendência à produção ilimitada: diferente de outras sociedades humanas na história, que apresentam limites à produção em relação à satisfação de suas necessidades (FOLADORI, 2001, p.123).

O ter se converte na essência das relações sociais entre os homens, e dos homens com a natureza. O entesouramento é avassalador, e a natureza apresenta-se apenas como um recurso e um meio na efetivação desse objetivo.

A dinâmica social e produtiva entre os homens, e dos homens com a natureza na produção e reprodução de sua existência, tem como finalidade última a obtenção privada da riqueza por meio da exploração. O caráter útil, o valor de uso dos objetos produzidos pelos homens no metabolismo com a natureza, é subordinado ao valor de troca, fruto de uma atividade abstrata e produtora de mercadoria. As particularidades sociais, qualitativamente diversas e concretas das relações entre os diferentes trabalhos humanos na produção dos bens necessários a manutenção de suas vidas, são quantitativamente homogeneizadas. O valor de troca torna todas as mercadorias quantitativamente relacionadas, pois o que diferencia um produto de outro é apenas o tempo socialmente necessário para produzi-lo. A sociabilidade do capital, produtor de riqueza por meio da propriedade privada, transforma as pessoas e a natureza num meio para obtenção de riqueza, e assim não há limites nem controle para o desejo insaciável no processo de enriquecimento.

Objetos úteis se tornam mercadorias, por serem simplesmente produtos de trabalhos privados, independentes uns dos outros. O conjunto desses trabalhos particulares forma a totalidade do trabalho social. Processando-se os contatos sociais entre os produtores, por intermédio da troca de seus produtos de trabalho, só dentro desse intercâmbio se patenteiam as características especificamente sociais de seus trabalhos privados. Em outras palavras, os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos. Só com a troca, adquirem os produtos do trabalho, como valores, uma realidade socialmente homogênea, distinta da sua heterogeneidade de objetos úteis, perceptível aos sentidos (MARX, 2002, p.95).

A produção voltada para o mercado do capital não conhece limites quanto a sua natureza expansiva e acumulativa. Com isso, as restrições da satisfação das

necessidades essencialmente humanas são ultrapassadas e incontrolavelmente voltadas à produção da riqueza privada. Foladori (2001, p.167) esclarece tal movimento:

É esse o caso de qualquer empresário. Com dinheiro, compra matéria-prima, compra trabalho assalariado, compra maquinaria, para produzir, digamos, botões, logo voltando a vendê-los no mercado e a recuperar seu dinheiro. Claro está que esse ciclo D1-M-D2 não teria sentido se o montante de dinheiro final não fosse superior ao inicial (por isso, no exemplo, aparecem como D1 e D2). À diferença da circulação simples, que tem por objetivo uma mercadoria qualitativamente diferente daquela que inicia o ciclo, na circulação do dinheiro a mercadoria inicial e a final são as mesmas: o dinheiro. Sendo qualitativamente igual, o que diferencia D1 de D2 é a quantidade. Salta à vista o fato de que, ainda que no primeiro caso a qualidade da mercadoria satisfaça uma necessidade, no segundo é a quantidade (D2) o objetivo de satisfação. Mas a quantidade, como qualquer um componente, é logo ilimitada. Isso não é uma questão nem psicológica nem ética ou moral; é um fato, digamos, matemático: a quantidade sempre pode ser maior, de maneira que a satisfação é sempre parcial, e o objetivo, ilimitado.

O capitalismo tem como base a produção de mercadoria em volume crescente e ilimitado, e isso tem como efeito a utilização destrutiva da natureza. A competição empresarial e mercadológica dentro desse processo produtivo de riqueza transforma a natureza em matéria-prima para os seus interesses e necessidades lucrativas. Empresas e países concorrerão para ter o controle e o poder dos bens naturais, que vantajosamente poderão ser explorados com o fim lucrativo.

A depredação da natureza nos dias atuais tem o ritmo e a extensão da mundialização do mercado global; o mundo da mercadoria domina e se expande por todos os lados do planeta. A produção incontrolável e o consumo desregrado depredam vidas humanas e o meio ambiente, em favor do capital.

Nos anos recentes, formas de vida primárias contra-atacaram a mais evoluída, a do ser humano. O vírus da AIDS, que em 1980 registrava menos de mil infectados, hoje alcança os 20 milhões. A globalização da guerra à natureza expandiu o vírus sabiá, uma versão ultraforte da febre amarela e dengue, que causa hemorragia extremamente letal, descoberto em 1990 em São Paulo. O vírus ebola, com uma porcentagem de 90% de mortes entre os infectados, conhecido no Zaire e Sudão, expandiu-se no mundo nos anos 90. O vírus Lassa, também da África Ocidental, provoca febre, prostração e encefalites; o guarito, versão latino-americana do ebola, foi detectado na Venezuela. O machupo, vírus que apareceu no norte da Bolívia, apresenta uma média de 15% a 30% de vítimas fatais (FOLADORI, 2001, p.179).

Aprendemos até o momento a natureza da relação entre o homem e o meio abiótico na sociabilidade do capital. Visualizamos que numa sociedade de classe, e em especial na sociabilidade capitalista, os imperativos expansivos e acumulativos presentes nas relações sociais afetam a convivência entre os homens com a natureza.

Trataremos posteriormente do conceito de sustentabilidade, explicitando seu surgimento e funcionalidade nos tempos atuais.

2.2.2. Desenvolvimento Sustentável: gênese, ambiguidades e funcionalidade à lógica da sociabilidade capitalista

O conceito de desenvolvimento sustentável surge nos anos 70 do século XX. Diferentemente das outras correntes que situavam a questão ambiental no campo restrito da melhor preservação da natureza, a sustentabilidade alia e relaciona preservação e desenvolvimento. A deteriorização da natureza não pode ser compreendida em si mesma, mas na relação com a lógica do modo de produção da totalidade social do capital.

Foladori (2000, p.42) esclarece que no momento do surgimento do conceito de sustentabilidade gestam-se variadas correntes que interpretam e tentam dar respostas às problemáticas ambientais desse momento histórico.

A principios de los años setenta del siglo XX ya se podían visualizar cuatro posiciones respecto a la problemática ambiental. Por un lado, estaban los catastrofistas para quienes la continuación del ritmo de crecimiento llevaría, en el correr del siglo XXI, a una catástrofe ecológica y humana, debido principalmente a la escasez de recursos naturales. Dentro de esta línea, el informe para el Club de Roma *Los límites del crecimiento* (1972) constituyó un mojón en la discusión. Por otro lado, estaban los tecnócratas optimistas, cornucopianos, que defendían la inagotable fuente de la naturaleza y el eficaz mecanismo del mercado como regulador del uso de los recursos; véase, por ejemplo *The Resourceful Earth* (1984). Para estos no se vislumbra crisis ambiental alguna. También estaban los ecologistas a ultranza, que frente a la crisis de la sociedad industrial abogaban por una “vuelta al pasado” en una reivindicación romántica de la vida rural en pequeñas comunidades autosustentables. Para deslindarse de estas posiciones surgieron una serie de planteos tendientes a interpretar la crisis ambiental y ofrecer una salida “viable” al capitalismo. El término “ecodesarrollo” y logo luego el de “desarrollo sustentable” constituyen el centro de la discusión.

Dessa maneira fica explicito que o conceito de sustentabilidade surge como uma via intermediária entre as correntes catastrofistas e as otimistas. Desse modo tenta-se vislumbrar diante das questões ambientais e de desenvolvimento uma viabilidade: a continuidade do capital.

Em 1972, na cidade de Estocolmo, na Suécia, realiza-se a primeira Conferência das Organizações das Nações Unidas (ONU). Suas discussões têm como resultado a

elaboração de uma declaração em defesa do meio ambiente para a garantia da vida no presente e no futuro.

No ano de 1974 é elaborada a Declaração de Cocoyok, fruto da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio-Desenvolvimento (UNCTAD) e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP). Discutiu-se nesse instante a explosão demográfica, a pobreza e a destruição ambiental na África, Ásia e América Latina. Vislumbrou-se também que o exagerado nível de consumo dos países desenvolvidos contribui para o subdesenvolvimento dos países pobres. Com isso, tanto o subconsumo dos países em desenvolvimento como o superconsumo dos países avançados contribuem de modo diferentemente na crise ambiental e na qualidade de vida da humanidade.

As questões discutidas no relatório de Cocoyok são aprofundadas em 1975 numa outra conferência, na qual a ONU e a UNEP produzem um outro documento sobre o meio ambiente. O relatório de Dag-hammarskjold é o resultado da participação de pesquisadores de 48 países. Ele defende que o desenvolvimento desenfreado é um dos motivos da degradação ambiental. Uma das soluções apontadas por esses especialistas é a necessidade do controle por parte dos produtores sobre os meios e a forma de produção.

A proposta da sustentabilidade difunde-se globalmente a partir do Relatório de Brundtland em 1987. Nesse momento uma agenda global de mudança é difundida em nome do “Nosso Futuro Comum”. Pobreza, igualdade e degradação ambiental fazem parte de um mesmo problema e de um único processo em busca de soluções. Desenvolvimento Sustentável é definido como um processo de desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de poderem satisfazer suas próprias necessidades.

O documento de Brundtland defende, resumidamente, que o papel central na mudança para um desenvolvimento sustentável se encontra numa postura ética responsável dos indivíduos e países em relação às necessidades atuais e futuras de toda a humanidade. Ao contrário dos relatórios anteriores, o crescimento econômico não é abandonado ou negado, mas direcionado à utilização da natureza de modo responsável e ecologicamente sustentável.

A Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), conhecida popularmente como ECO92, realizou-se na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1992. Reuniram-se no Rio cerca de 35 mil pessoas, entre elas 106 chefes de

governos. Porém esse grande evento não passou de um momento político em que algumas “boas intenções” foram sugeridas de maneira global aos países do mundo sobre a preservação do meio ambiente. Temos como exemplo do fracasso efetivo desse encontro a discordância dos Estados Unidos em assinar um documento em favor da diminuição da emissão de CO₂ na atmosfera, fruto da produção industrial e do uso excessivo de combustível em seu país.

Los EEUU no estuvieron dispuestos a reestructurar su industria como tampoco a disminuir su nivel de consumo energético y los países árabes petroleros tampoco se vieron dispuestos a disminuir su producción y ventas (FOLADORI, 2000, p. 44).

A crise ambiental, por sua natureza intrínseca às relações de produção da sociabilidade capitalista, desnuda as contradições desse sistema. E nos permite ainda perceber que as causas e as consequências dessa disfunção econômica, social e política fazem parte da operacionalidade “normal” desse modo produtivo, sob a égide do capital.

Dito de outra forma, as consequências ambientais do padrão atual de desenvolvimento são determinados pela forma como os seres humanos utilizam os recursos do planeta, e são, por isso mesmo, como que predeterminadas pelo padrão de relações entre os próprios seres humanos (VEIGA, 2002, p. 235).

É nesse momento que as condições sócio-históricas de crise e a necessidade de perseverar na lógica desse sistema, fazem ecoar com toda a força o discurso ideológico e político da sustentabilidade. O poder consensual desse discurso produz a ideia de um problema em comum, em que todos os países, indivíduos e classes sociais comungam da mesma culpa, e por isso da mesma responsabilidade para manter esse sistema.

A sustentabilidade é um conceito complexo e ambíguo. Alguns teóricos permanecem numa visão essencialmente ecológica; outros encaram o social como um simples veículo para alcançar a sustentabilidade ambiental; e por fim, um terceiro grupo correlaciona o social e o ecológico na compreensão e solução da crise ambiental.

2.3. O Desenvolvimento Sustentável na ONU, Banco Mundial e UNESCO: de que lugares estão falando?

No diálogo com tal projeto, tentaremos explicitar os motivos e as pretensões desse programa para a humanidade. Antes, porém, apresentaremos uma breve explicação do

que vem a ser tal órgão internacional, sua função e operacionalidade para a dinâmica do capital.

A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma instituição internacional composta por 192 Estados. Sua fundação se deu após a Segunda Guerra Mundial (1945) e tem, conforme seu programa oficial, o objetivo de promover a paz, a segurança e o progresso entre os povos. Seu programa está contido na carta da ONU, na qual a China, os Estados Unidos, a França, o Reino Unido e a ex-União Soviética estabeleceram os direitos e deveres dos membros da comunidade internacional que participaram de suas assembleias.

A ONU é formada por seis órgãos e tem sua sede situada na cidade de Nova Iorque nos Estados Unidos. É, ainda, composta por organismos especializados em vários setores estratégicos. Desse modo, está diretamente ligada à Organização Mundial de Saúde (OMS), à Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao Banco Mundial, ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), entre outros. Esses órgãos internacionais, em conjunto, formam o Sistema das Nações Unidas.

O Brasil mantém relação, e também representação, com o Sistema das Nações Unidas através da implantação de projetos em vários setores sociais, políticos, educacionais, culturais e econômicos, assim como através da obtenção de empréstimos e convênios com órgãos das Nações Unidas.

Em dezembro de 2002 a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução n.º 7/254, a qual determinava que a partir de 2005 teria início a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS). A UNESCO foi designada nesse período como o órgão responsável pela implantação dos projetos educacionais, científicos e culturais elaborados pela ONU, nos países integrantes desse projeto.

O plano elaborado por esse órgão internacional para o Desenvolvimento Sustentável fornece as orientações e conselhos para os países envolvidos, explicitando os passos que devem ser dados para desenvolver suas economias sem que danifiquem a vida humana e a natureza.

Conforme o documento final da ONU, para a realização de uma educação voltada ao desenvolvimento sustentável (2005, p.28), “os padrões de produção e consumo como evidenciados nas sociedades industrializadas não poderiam ser mantidos, levando em consideração os recursos do planeta”. O desenvolvimento sustentável se configura, portanto, numa tentativa de implementação de um modelo produtivo capitalista que não

coloque em risco a própria existência da humanidade. Assim, do ponto de vista do Sistema das Organizações das Nações Unidas, o sistema produtivo capitalista a partir do final do século XX e início do século XXI mostra sinais de destruição e de ameaça à continuidade da vida humana. Esse discurso torna-se evidente quando o projeto afirma que:

(Sd1³²) Poucos objetivos são mais urgentes e críticos para o futuro da humanidade do que assegurar a melhoria constante da qualidade de vida para esta e para as futuras gerações, o respeito a nosso patrimônio comum – o planeta em que vivemos. Como pessoas, procuramos mudanças positivas para nós mesmos, para nossos filhos e netos, devemos fazer isto respeitando o direito de todos de fazer o mesmo. Para isso, devemos aprender constantemente sobre nós mesmos, nosso potencial, nossas limitações, nossos relacionamentos, nossa sociedade, nosso meio ambiente, nosso mundo. A educação para o desenvolvimento sustentável é um esforço vital e eterno que desafia indivíduos, instituições e sociedades a olhar para o dia de amanhã como um dia que pertence a todos nós ou não pertencerá a ninguém (UNESCO, 2005, p.25).

Confirma-se, portanto, que há na atualidade problemas na dinâmica do sistema capitalista para manter o seu funcionamento. Dessa forma, ao enunciar que o “esforço” de todos nós na tentativa de amenização das dificuldades por que estamos passando se tornou “vital e eterno”, demonstra-nos a emergencialidade e severidade na implantação do referido projeto. Assim, os termos “vital e eterno”, que podem ser parafraseados por “essencial e infundável” respectivamente, explicita-nos que tanto o problema como as soluções, do ponto de vista da ONU, não têm uma resolução definitiva, mas apenas uma contínua preocupação e prevenção em relação à sobrevivência do homem e da vida. O discurso da sustentabilidade tem como uma de suas missões, até este momento da análise, tornar possível a perenidade do planeta.

Partindo-se desse pressuposto, o único horizonte possível para a humanidade é a amenização dos efeitos danosos provenientes das relações excessivas entre os homens e a natureza. Com isso, conforme esse corpo legal, a natureza humana é propensa a excessos egoístas e individualistas, restando-nos a assimilação de valores éticos/morais que se coloquem contrários a essa ordem.

³² Iremos citar nosso *corpus* discursivo abreviando entre parênteses Seqência Discursiva (Sd) e o número que corresponde numericamente à quantidade de recortes citado naquele momento.

CAPÍTULO 3

3. Desenvolvimento Sustentável sob o domínio do capital: movimento, permanência e circularidade de sentidos

O *discurso* não é algo abstrato que pode ser explicado por si mesmo, pois ele é processo dinâmico e contraditório engendrado na processualidade histórica. Essas interrogações apontam, sobretudo, para a necessidade de lembrar que o *sujeito* não é uma abstração teórica, ele é sujeito histórico e nos frios espaços da pesquisa científica resiste e se mostra “ardente”. Do mesmo modo, faz lembrar também que a *ideologia* não é apenas responsável pelas evidências de sentidos e de sujeitos (como uma estrutura e funcionamento invariante e atemporal). Restringi-la apenas às evidências, é desprezar que ela cumpre uma função nas relações de classes, pois não só evidencia sentidos e sujeitos como orienta ações, ações impulsionadas pelas práticas sócio-históricas de sujeitos ativos, teimosos, ensimesmados e ardentes (SOBRINHO, 2005, p.7).

O discurso constitui uma práxis social, histórica, política e ideológica, na qual sujeitos identificados em lugares ideologicamente determinados ressoam, por intermédio da palavra, discursos que orientam as práticas sociais de sua época. Esse campo conflitante e contraditório do discurso se expressa também na luta de classes, colocando em movimento efeitos de sentido em confronto. O acontecimento discursivo da sustentabilidade irrompe numa arena complexa e contraditória de um sistema sociometabólico do capital em crise estrutural. Entendemos que ao explicitarmos os efeitos de sentidos contidos na processualidade discursiva do desenvolvimento sustentável, desvelaremos suas intenções e direcionamentos políticos, econômicos e ideológicos. Dessa forma, poderemos caminhar em direção a essa proposta de sustentabilidade ou tomar novos caminhos sustentáveis, antes silenciados na luta de classes.

Analisaremos neste capítulo nosso *corpus*, constituído por sequências discursivas extraídas dos seguintes projetos da Organização das Nações Unidas (ONU), do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO): Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília: Ed. IBAMA, 1999; Declaração do Milênio – ONU – Cimeira do Milênio. Nova Iorque, 2000; e a Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília: Ed. IBAMA, 1999.

Esses projetos foram produzidos no final da década de 90 do século passado e nos primeiros anos deste século. Resumem as intenções e concepções de um mundo sustentável na ótica desses órgãos mundiais.

De acordo com a ONU, o conceito de desenvolvimento sustentável tem sua gênese ainda na década de 70 do século passado. Em 1972, na cidade de Estocolmo, a ONU elaborou sua primeira conferência para discutir o projeto de sustentabilidade para a humanidade.

Inicialmente, a preocupação do projeto centrava-se em relação à proteção dos recursos naturais, já que esses mostravam, há muito tempo, sinais de esgotamento em vários lugares do mundo. Posteriormente, o conceito e o próprio projeto de sustentabilidade ganharam, por parte do mesmo órgão idealizador, uma ampliação, visto que em 1987 uma outra comissão da ONU, ligada ao meio ambiente e desenvolvimento, publica uma obra intitulada: *Nosso Futuro Comum*. Nessa obra, o conceito de sustentabilidade não se restringe apenas a uma ação para o melhor uso dos bens naturais, mas também se refere ao desenvolvimento de um outro padrão produtivo, político e cultural, que por intermédio da educação deverá ser inculcado nos indivíduos. Esses sujeitos, assim educados, agirão sustentavelmente, tanto em seu espaço singular (comunidade, ONG, instituições locais etc.), como também em um nível mais amplo (órgãos internacionais, governos, empresas), em prol de um fim em comum.

A definição de sustentabilidade é mais uma vez complementada em 1991 nos seguintes termos: para ocorrer o desenvolvimento sustentável é imprescindível “melhorar a qualidade da vida humana, respeitando a capacidade do ecossistema” (UNESCO, 2005, p.36). Nessa rearrumação conceitual, a ONU afirma que é possível instaurar um outro modelo desenvolvimentista, que alie qualidade de vida e proteção ambiental.

Na Cúpula de Joanesburgo, em 2002, a ONU amplia outra vez o mesmo conceito e propõe numa assembleia geral, e que o período de 2005 a 2015 seria denominado da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Percebemos, por intermédio do enunciado acima citado, que há um movimento de reelaboração e ampliação sobre o discurso da sustentabilidade. Recorrendo a Bakhtin (2004, p.41), temos que:

A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma

nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.

A palavra, portanto, reflete e refrata as relações sociais que a sustentam, demonstrando, nesse movimento discursivo, as rupturas e as permanências históricas ecoadas pelos sujeitos numa dada posição de classe, objetivando um determinado fim ideológico-social. Lembrando Bakhtin (2004, p.46), “o signo é vivo e móvel, sendo capaz de evoluir”. Contudo, entendemos que os limites entre o mesmo e o diferente na linguagem, conforme Orlandi (2005, p.36), não se encontram no discurso de maneira estanque e exata, pois há uma tensão entre os processos parafrásticos e polissêmicos. A paráfrase apresenta-se como uma reformulação do já dito, ou melhor, “em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 2005, p.36). Os momentos da paráfrase no discurso se constituem no retorno aos mesmos campos dos dizeres, ressignificando-os. A polissemia, ao contrário da paráfrase, demonstra que todo dizer carrega a possibilidade do deslocamento, do equívoco, da ruptura. Orlandi (2005, p.37) explica que se a “língua não fosse sujeita a falha e o real da história não fosse passível de ruptura, não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos”. “Do ponto de vista da análise do discurso, a mera repetição já significa diferentemente, pois introduz uma modificação no processo discursivo” (ORLANDI, 2003, p.119).

Caminhando em busca do sentido do dizer da sustentabilidade patrocinada pela ONU, Banco Mundial e UNESCO, percorreremos as fissuras desse dizer, expondo seus conflitos, suas tensões e intenções políticas e ideológicas. Cabe-nos, nessa pesquisa, explicitar a que se propõe tal projeto de sustentabilidade, de que modo, e como faz sentido esse corpo político-ideológico nas nossas práticas cotidianas. E quais os (des)caminhos desse novo, e velho modelo desenvolvimentista, implementado pelos órgãos que defendem a sociabilidade do capital na atualidade.

3.1. Desenvolvimento Sustentável: o(s) “novo(s)” sentido(s) do desenvolvimento combinado e desigual do capitalismo contemporâneo

A primeira característica do discurso da sustentabilidade a ser analisada é a idéia da incompletude do projeto, causando um efeito de sentido da

permanência/continuidade desse ideal na história ao infinito, como única/última saída para a humanidade. Esse efeito discursivo provoca um movimento de ressignificação de sentidos antes regularizados na memória sobre desenvolvimento no capitalismo, causando uma tensão no estabilizado, para depois estabilizar-se como um outro dizer possível sob a mesma lógica sociometabólica do capital. Conforme Pêcheux (2007, p.53), “o jogo de força de uma desregulação que vem perturbar a rede dos implícitos”.

Para tal interpretação, analisaremos abaixo as sequências discursivas que nos permitem afirmar tal acontecimento:

(Sd2) A educação para o desenvolvimento sustentável é um esforço vital e eterno que desafia indivíduos, instituições e sociedades a olhar para o dia de amanhã como um dia que pertence a todos nós ou não pertencerá a ninguém (DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 2005, p.25).

(Sd3) O conceito de desenvolvimento sustentável evolui constantemente (DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 2005, p.18).

Observando as sequências discursivas acima, poderemos sugerir que o conceito de sustentabilidade mantém uma característica *evolutiva*, ou seja, é um projeto em constante construção. Sendo assim, o primeiro efeito de sentido observado por esta análise ocorre por um retorno do dito a uma memória discursiva sobre a teoria da evolução. Se a sustentabilidade, segundo o material em análise, é fruto de um processo evolutivo, seu projeto é resultado, conseqüentemente, de uma seleção natural entre o mais forte e o mais fraco; do inferior ao superior; de um desenvolvimento destrutivo, para um projeto construtivo/positivo.

O projeto da sustentabilidade proposto pela ONU, Banco Mundial e UNESCO transforma-se discursivamente, desse modo, no resultado de uma “evolução da própria humanidade” diante das problemáticas históricas. Constrói-se um feito de sentido de que esse projeto representaria a condensação das várias demandas/vontades/esperanças dos mais diversos indivíduos/países/classes. Silenciam-se, por esse processo discursivo, os jogos de interesses imperialistas contidos na proposta, pois os órgãos ditos internacionais historicamente vêm demonstrando que representam a “vontade” particular dos países *ricos*, e mais precisamente, dos Estados Unidos, que detêm um largo poder representativo, econômico e militar desse espaço político internacional³³.

³³“Enquanto os países centrais buscam reorganizar-se para melhor se posicionar diante da globalização em curso, há uma ofensiva dos Estados Unidos visando transformar a antiga ordem bipolar do período em

Desse modo, dizeres/projetos possíveis e contrários à sustentabilidade defendida pelos órgãos oficiais são relegados ao esquecimento. Pois sabemos que por intermédio da luta de classes, a partir de outras visões de mundo, são geradas nas práticas sociais, ideológicas e discursivas, possibilidades de outros projetos de desenvolvimento (radicalmente) contrário ao sentido defendido pelo órgãos mundiais em análise. E por efeito desse silenciamento são negadas/rejeitadas e relegadas ao silêncio essas outras vozes/dizeres/sentidos possíveis, mas perigosos à lógica do sistema. Como explica Orlandi (2007, p. 53):

o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição sujeito – ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo “outros” sentidos. Isso produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos. Há, pois, uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar dizer “outras”. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Essa é sua dimensão política.

Continuando, a segunda sequência reforça o efeito de sentido evolucionista do projeto ao afirmar que a sustentabilidade se constitui num esforço *eterno e vital*. Nesse caso, a proposta da sustentabilidade nasce como um projeto inquestionável e de uma perenidade ao infinito, pois se o conceito *evolui* constantemente, a sua possível impossibilidade histórica de aplicabilidade no sistema do capital é negada. Se por algum motivo surge alguma falha na trajetória aplicativa desse ideal, será percebida como um problema de sua incompletude, de um defeito parcial a ser complementado a qualquer tempo e lugar, bastando para a resolução de qualquer problemática, agregar informações e práticas às necessidades singulares, recolocando a proposta da sustentabilidade como algo atualizado/novo e eficaz.

Essa dinâmica alia-se e comunga-se à ideia de um projeto para *toda a vida*, para *todas as gerações*, enfim, as demandas da humanidade, em qualquer época e lugar, devem ser respondidas pelas saídas apontadas pelo projeto de sustentabilidade dos

que existia a União Soviética em ordem unipolar, na qual despontariam como a potência hegemônica indiscutível. Para tanto, vêm procurando de todas as formas impor pela diplomacia, pela força econômica e financeira ou pelo poderio militar essa liderança. Nessa direção, o governo estadunidense tem desenvolvido um conjunto de ações coordenadas de forma a atingir a estratégia da hegemonia solitária. Para tanto, buscam transformar as organizações multilaterais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, entre outras, e especialmente o Conselho de Segurança das Nações Unidas, em instrumento de sua política nacional e de seus interesses econômicos e políticos para hegemonizar plenamente o planeta. Em alguns casos a ousadia tem violado os princípios básicos do direito internacional e dos próprios acordos internacionais assinados pelos EUA. Aliás, está se tornando lugar-comum a tentativa de transformar sua legislação nacional em direito internacional, não só nas questões relativas ao comércio, mas também no que se refere aos direitos humanos, meio ambiente e valores sociais” (COSTA, 2005, p.210).

órgãos internacionais. Cria-se também outro efeito de sentido através dos enunciados expostos acima, pois há uma binariedade no discurso em análise, no qual se delimitam duas saídas para a humanidade: ou optaremos pela sustentabilidade, ou amargaremos a destruição da vida. Neste caso, diante das possibilidades expostas pelo discurso em questão, “resta-nos” precisamente uma única solução: o projeto de sustentabilidade defendido pela ONU, Banco Mundial e UNESCO. A segunda alternativa, a do suicídio generalizado, coloca-se contra o princípio primeiro da existência: lutar para sobreviver. A não adequação a essa proposta é colocar-se contra a vida dos homens e da natureza. O projeto do desenvolvimento sustentável sob esta perspectiva se transforma no caminho natural, único e necessário da humanidade; representa não mais o interesse restrito de um órgão, de uma classe, mas de “todos”.

Essa análise é corroborada através das sequências mostradas abaixo:

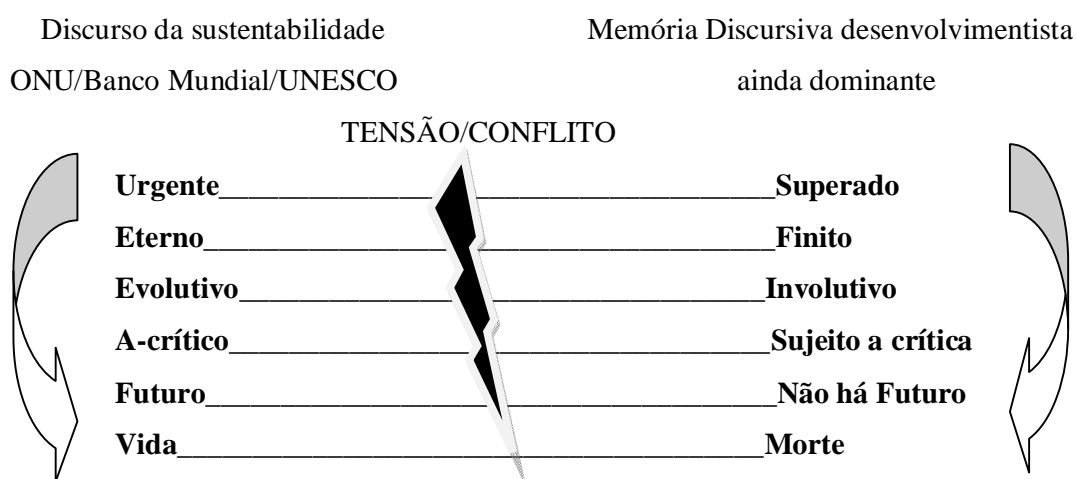
(Sd4) Apesar de a sustentabilidade ser uma meta de longo prazo para a sociedade humana, é um processo que, necessariamente, ocorrerá com o tempo, existindo certa urgência de avançar rapidamente antes que seja tarde demais (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO – Brasília: Ed.IBAMA, 1999, p.75).

(Sd5) Estamos pressionados para mudar estruturas e formas de pensar, ainda que não haja um trajeto claro e um modelo que nos assinala o caminho. A experimentação e a inovação são as palavras de ordem na nossa busca de soluções adequadas, freqüentemente hesitante (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO – Brasília: Ed.IBAMA, 1999, p.75).

Não havendo *um trajeto claro* e preciso para se alcançar a sustentabilidade, reforça-se a impossibilidade da crítica ao projeto. A sustentabilidade é algo a construir sempre, e as soluções deverão ser fruto da criatividade e inovação de cada um. Desse modo, a responsabilidade pelo possível insucesso recai sobre os indivíduos, instituição ou país que tenha decidido por um caminho e não outro da sustentabilidade. Desse modo, percebendo-se o erro/falha no trajeto escolhido, deve-se apenas e tão somente tomar um outro curso dentre as muitas e infinitas possibilidades da sustentabilidade presentes no projeto dos órgãos internacionais. Mantém-se intocado o ideal desenvolvimentista da sustentabilidade, pois o possível erro ou falha recai longe de suas formulações e conceitos. Na verdade, sob o efeito desse discurso, a *incerteza e a hesitação* contidas nesse projeto, antes de se tornarem um fator negativo, provocam saídas sempre inovadoras e positivas.

(Sd6) Esta visão coloca “o futuro sustentável” no centro do nosso esforço humano comum (DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 2005, p.65).

As proposições mencionadas acima complementam nossa análise, pois na atualidade, segundo os órgãos internacionais, não há futuro para a humanidade senão “o” *futuro sustentável*. Nessa expressão, a palavra *futuro* recebe uma adjetivação que o qualifica como *sustentável*. Não há *futuro/ou futuros* possíveis; explicando, não há a possibilidade de um outro futuro que não seja o da sustentabilidade, defendido pelo projeto do Banco Mundial. Podemos, diante das sequências discursivas analisadas até o momento, exemplificar da seguinte maneira o movimento discursivo do projeto de sustentabilidade:



Assim, o discurso sobre o desenvolvimento sustentável se ancora, para ter sentido, num diálogo/”conflito”/”tensão” com outros discursos dominantes desenvolvimentistas historicamente formulados-refutando, ressignificando ou silenciando outras vozes possíveis. A esse respeito, Bakhtin (2003, p.297) nos esclarece que:

Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. Porque o enunciado ocupa uma posição definida em uma dada esfera de comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto, etc. É impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições. Por isso, cada enunciado é pleno de variadas atitudes responsivas a outros enunciados de dada esfera da comunicação discursiva.

O discurso da sustentabilidade, para fazer sentido e demarcar sua posição como algo “novo” e “superador”, dialoga de maneira histórica e “conflitante” com outros ideais desenvolvimentistas presentes no sistema capitalista.

Realizando um resgate histórico sobre os sentidos de desenvolvimento no capitalismo, teremos três momentos fundamentais. Durante a maior parte da modernidade, a partir do século XVIII, tinha-se a proposta pela necessidade do progresso, em lugar do atraso, das luzes ao invés das trevas, como um dos fundamentos ideológicos desenvolvimentistas na Europa. Nesse momento histórico do capitalismo, o discurso desenvolvimentista do capital precisava destruir/apagar/silenciar velhas formas econômicas, políticas e ideológicas ainda em circulação - o mundo feudal e toda sua estrutura social, política, econômica e ideológica foi abaixo devido à revolução burguesa, e precisava, naquele momento histórico do capitalismo, colocar como ideal desenvolvimentista o progresso industrial/econômico/comercial capitalista como o futuro da humanidade. Coutinho (1972, p. 11) esmiúça tal acontecimento histórico:

O capitalismo em dado momento, representou – não só no plano econômico, mas também no cultural – uma extraordinária revolução na história da humanidade. Seu nascimento e explicitação implicavam a atualização de possibilidades apenas latentes na economia feudal desenvolvida, atualização que dependia, por sua vez, da dissolução e desintegração das relações feudais de produção, de suas formas de divisão de trabalho. Esse caráter objetivamente progressista do capitalismo permitia aos pensadores que se colocavam do ângulo do novo a compreensão do real como síntese de possibilidade e de realidade, como totalidade concreta em constante evolução. Sem compromissos com a realidade imediata os pensadores burgueses não limitavam a razão à classificação do existente, mas afirmavam o seu ilimitado poder de apreensão do mundo em permanente *devenir*.

Num outro quadro histórico, precisamente em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, surge e opera nas práticas sociais um discurso desenvolvimentista do capitalismo em conflito com o bloco dos países “socialistas”. Por meio de novas demandas históricas, econômicas e políticas, faz-se necessário um processo ideológico que direcione as práticas cotidianas para as “novas/outras” necessidades da reprodução do capital. Com o pós-guerra em 1945 e a instauração da Guerra Fria, formam-se dois blocos antagônicos no mundo do capital: o capitalismo e o “socialismo real”³⁴. Nesse

³⁴ Mészáros (2002, p.738) explica o que ocorreu nos países ditos “socialistas”, que o autor denominou particularmente de pós-capitalistas: “se a extração do trabalho excedente politicamente regulada não for de fato controlada pelos próprios produtores associados, mas por uma autoridade política imposta e acima deles, este tipo de relação inevitavelmente reproduziria o antagonismo incurável do velho processo de

contexto, o discurso sobre o lugar dos países no sistema capitalista é representado pela demarcação entre primeiro-mundo (países avançados do capitalismo), segundo-mundo (países do bloco comunista) e terceiro-mundo (países sub-desenvolvidos). Surge por meio dos países ricos capitalista, o enunciado: países “em desenvolvimento”. Ou seja, todo país sub-desenvolvido que aplicar em sua economia a lógica mercadológica do capital, e se mantiver política, econômica, e ideologicamente fiel aos interesses do bloco capitalista, alcançará em breve, os patamares econômicos e sociais do primeiro mundo.

A defesa por um discurso desenvolvimentista no pós Segunda Guerra Mundial tinha como pressuposto a cooptação dos países pobres e subdesenvolvidos, a participarem e defenderem o bloco capitalista dominante. Desse modo, por mais que nas relações econômicas mediado pelo mercado mundializado os países pobres e em desenvolvimento continuavam a serem subordinados as economias dos países ricos, ideologicamente, era produzido e reproduzido um falseamento socialmente necessário para a reprodução do sistema capitalista dominante.

O pensamento falso que é necessário para a sobrevivência de certo tipo de sociedade, para a sobrevivência de certo tipo de classe social, é o pensamento falso que precisa ser produzido e tornado dominante, é o pensamento ideológico. O falso pode, em determinados momentos, ser tão importante para a sobrevivência de uma sociedade, de ma classe, quanto o verdadeiro. (CHASIN, mimeo, p.6).

Discursiva e, por conseguinte, ideologicamente, enunciava-se a possibilidade da ascensão econômica de todos os países ao paraíso econômico e consumista dos ricos, mantendo assim, os pobres e subdesenvolvidos como aliados. Por outro lado, por meio do silêncio, aprofundavam-se as diferenças sociais e econômicas no mundo do capital. “Ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007, p.73).

Porém, a partir da década de 70, manifestam-se no cenário mundial evidências do desgaste dessa proposta desenvolvimentista, e com isso as políticas em análise trazem em seu discurso a proposta do desenvolvimento sustentável.

Em primeiro lugar, o sistema do capital adentra numa crise estrutural em que todo o seu sistema produtivo, circulatório e consumista é refreado em sua dinâmica

trabalho”, ou seja, há nos países ditos “socialistas” a extração da mais-valia do trabalhador sob a dominação e controle do Estado “comunista”.

expansiva e acumulativa. Do mesmo modo, apresenta-se no cenário mundial a crise ambiental; a natureza, antes considerada um bem infinito, expõe seus limites, fruto de uma forma histórica de extração desregulada e incontrolável.

E para complementar, o mundo do capital “perdera” no campo real de luta o conflito direto e ideológico com o bloco socialista. A queda do muro de Berlim³⁵, a abertura política e econômica da antiga União Soviética iniciada por Mikhail Gorbachev em 1985, retira de cena a necessidade ideológica de um discurso desenvolvimentista do capitalismo contrário ao modelo “socialista”.

Por efeito dessa tripla problemática histórica, recorre-se no momento de crise econômica e ambiental ao sentido de desenvolvimento sustentável. O projeto atual de sustentabilidade desloca política e ideologicamente o sentido de desenvolvimento à necessária continuidade e expansão da riqueza capitalista de hoje.

O projeto do Desenvolvimento Sustentável surge, como uma resposta às necessidades ideológicas que contribuem para a reprodução dessa forma de sociabilidade nos dias atuais, enfrentando e dirimindo os conflitos sociais, políticos e econômicos do cotidiano. Referindo-se a esse modelo de desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas (UNESCO, 2005, p.28) assim se posiciona, na sequência que segue:

(Sd7) Os padrões de produção e consumo como evidenciados nas sociedades industrializadas não poderiam ser mantidos, levando-se em consideração os recursos do planeta. Assim como não se poderia impor um modelo de desenvolvimento às nações, supondo o tipo de consumo praticado pelos países industrializados (DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 2005, p.05).

Essa sequência discursiva inicialmente revela um diálogo com duas formas de desenvolvimento capitalista. Uma primeira, considerada *não-sustentável*, pois *seu padrão de produção, de consumo e seu modelo de desenvolvimento* não podem ser *mantidos*, dada a finitude dos *recursos do planeta*. A segunda, a sustentabilidade, se coloca como a única maneira viável, a qual pode e deve ser “estendida” para as *nações*.

Observando mais atentamente o jogo discursivo dessa sequência em análise, podemos inferir inicialmente que a preocupação e o problema na atualidade não são o processo destrutivo da forma e do modo como se produz no capitalismo, mas os limites dos *recursos do planeta*. Ou seja, o problema e a preocupação são com os “recursos” do

³⁵ Ocorreu em 09 de novembro de 1989.

planeta, que se revelam limitados/escassos. Não se quer, nem se deseja, por esse corpo discursivo em análise, construir uma outra forma de relação do homem com a natureza, que seja sustentável, mas se pretende preservar, ou melhor, tornar suficientes os recursos do planeta, para que se possa continuar produzindo/destruindo no mesmo ritmo. No entanto, esse direito de produzir riqueza no volume e no ritmo atual não pode e não deve ser estendido para “todos”. Pesquisas de ecologistas afirmam que se o mundo adotasse o padrão consumista do americano médio, precisaríamos de 4,5 planetas Terra para produzir a quantidade de bens de consumo para cada indivíduo. Dessa forma, fica evidente que o que se quer tornar primeiramente sustentável é a reprodução do sistema sociometabólico para os poucos países avançados.

Complementando a análise sobre o sentido de sustentabilidade, precisamos compreender a segunda parte da sequência em questão.

Afirma-se que não se pode, por esse projeto de desenvolvimento sustentável, *impor/forçar/obrigar o modelo de desenvolvimento e o tipo de consumo praticado pelos países industrializados às nações*. É preciso anteriormente esclarecer quem são essas *nações*. Num procedimento simples, de relação entre o dito e o não dito, podemos esclarecer tal questão. Se no enunciado os *países industrializados* são nomeados e identificados em oposição às *nações*, as *nações* são, como consequência, os países não industrializados, que podemos nomear como *os países pobres*. O discurso se reporta à divisão do mundo em dois blocos: industrializados e, do lado oposto, as *nações* não industrializadas. Silencia-se nesse instante, diferentemente da Guerra Fria, o estágio intermediário denominado de *países em desenvolvimento*; há apenas países industrializados e países não industrializados. Desse modo, “congelam-se” os lugares econômicos dos países no mundo atual, pois *ricos e pobres*, sem a existência de um estágio anterior (*em desenvolvimento*); elimina-se a ideia e o ideal de progresso como um caminho a ser trilhado por “todos”. Tem-se no momento, por meio desse projeto, a estagnação econômica dos países *pobres* como pobres, e dos *países ricos* como *ricos*.

Continuando a análise da mesma sequência, por um movimento parafrástico do termo “impor”, citado no enunciado, podemos compreender um efeito de sentido no qual o projeto analisado discursivamente parece ser democrático; por outro lado, assume e reforça de maneira autoritária o lugar dos *países pobres* no mundo do capital. Explicando, não se vai *impor/obrigar/forçar* o padrão de *desenvolvimento* e de *consumo dos países ricos aos pobres*, pelo contrário, se vai, por esse discurso da sustentabilidade,

impor/obrigar/forçar a permanência e o aprofundamento da subordinação, da dependência e da pobreza *aos países pobres*.

O que não se quer/pode *impor/transferir* é a abundância do consumo dos países ricos aos pobres, restando assim a transmissão “democrática” da pobreza, da escassez e da míngua aos países que não fazem parte do mundo industrializado.

Numa compreensão histórica dessa problemática, no momento de ascendência histórica do capitalismo em sua luta econômica, política e ideológica contra o mundo feudal tinha-se em circulação o sentido dominante de desenvolvimento como progresso/riqueza/industrialização para a humanidade. Naquele período histórico, ser desenvolvido era o mesmo que ser industrializado/civilizado/dominante.

Com a Guerra Fria, a proposta desenvolvimentista é direcionada aos países aliados, ou seja, o progresso, a riqueza e o desenvolvimento serão um direito/uma promessa aos países *pobres e subdesenvolvidos*. A promessa/esperança dos países não desenvolvidos era justamente tornarem-se desenvolvidos/industrializados.

No capitalismo atual, em crise econômica, ambiental, e sem a existência de um embate direto com o modelo do “socialismo” real, o sentido de desenvolvimento vem adjetivado com a necessidade urgente/única de ser sustentável. Não basta desenvolver, tem de ser um desenvolvimento sustentável.

O sentido de sustentabilidade nesse projeto mundial é conduzido pela possibilidade e necessidade de sentidos ambíguos, contraditórios, mas que se complementam para um determinado fim ideológico: a reprodução da produção capitalista desigual. O discurso do desenvolvimento sustentável da ONU, Banco Mundial e UNESCO propõe a sustentabilidade da expansão e a acumulação da riqueza dos *países ricos* e *impõe* a sustentabilidade da pobreza, desigualdade e dependência dos países periféricos do sistema. O necessário desenvolvimento econômico combinado e desigual do capital entre os países se expressa e se preserva no discurso da sustentabilidade. Diz-se num só enunciado: sustentabilidade – e com isso, afirma-se a necessidade da preservação de mercado e de bens naturais para os países avançados, e significa-se pelo jogo de sentidos, do dito com o não dito e o silenciado, a sustentabilidade como permanência/circularidade/manutenção da pobreza e dependência.

(Sd7) Os padrões de produção e consumo como evidenciados nas sociedades industrializadas não poderiam ser mantidos, levando-se em consideração os recursos do planeta. Assim como não se poderia impor um modelo de desenvolvimento às

nações, supondo o tipo de consumo praticado pelos países industrializados (DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 2005, p.05).

Retomando a sequência discursiva (Sd7) citada anteriormente, poderemos afirmar que o padrão *produtivo e consumista* dos países industrializados não pode na atualidade ser *mantido*, ou tampouco *estendido* aos *países pobres*. Parece-nos, preliminarmente, que de acordo com a ONU, encontramos-nos num beco sem saída, pois os países que já cresceram e, portanto, encontram-se, do ponto de vista do sistema do capital, num lugar economicamente privilegiado, devem repensar tão somente sua *forma* produtiva e seus *padrões* de consumo. Por outro lado, os *países pobres* estão impedidos, dados os limites da natureza, de alcançar os patamares de crescimento dos *países avançados*.

Assim, podemos inferir que o tempo para crescer, ampliar e alargar-se passou; resta-nos especular o que restou para os países pobres. Num quadro explicativo contido no projeto da ONU, Banco Mundial e UNESCO, o desenvolvimento pode ser definido da seguinte maneira:

(Sd8) O crescimento econômico é o maior componente do desenvolvimento. Na verdade, o crescimento econômico, até recentemente foi visto por alguns como o meio e o objetivo do desenvolvimento. Com o crescimento da economia, intensificaram-se as pressões sobre o sistema e recursos naturais da Terra. Desse modo, por exemplo, de 1950 até 1997:

- o uso da madeira para construção triplicou;
- o uso do papel cresceu seis vezes mais;
- a pescaria quase quintuplicou;
- o consumo de grãos triplicou;
- o combustível fóssil quase quadruplicou, e
- os poluentes do ar e da água multiplicaram-se várias vezes.

A triste realidade é que a economia continua a crescer, mas o ecossistema do qual o crescimento econômico depende não se expande, criando cada vez mais uma relação sempre mais tensa (UNESCO, 2005, p.29).

Percebe-se, nesse pronunciamento da ONU, que o termo “*crescimento*” não possui o mesmo sentido de “*desenvolvimento*”. Crescimento econômico apresenta-se como um “*componente*” do desenvolvimento, ou seja, aquilo que entra na composição de alguma coisa. Neste caso, *crescer* não quer dizer *desenvolver-se*. Pelo contrário, *desenvolver* poderá conter aspectos de *crescimento*. Contudo, examinando o enunciado minuciosamente, percebemos que *crescimento e desenvolvimento* são dois fatores econômicos essencialmente importantes para a expansão do capital, pois como afirma a sequência discursiva acima, *O maior componente do desenvolvimento é o crescimento econômico*. Entre todas as formas e meios de desenvolvimento, o *maior*, o que expande

em número, intensidade, espaço, riqueza... é o *crescimento econômico*. E o sentido de *crescimento econômico* é dado na mesma sequência, é o processo de uso da natureza pela indústria capitalista num volume maior do que o ecossistema pode regenerar-se.

Fica evidente então a forma-sujeito dominante à qual o sujeito desse discurso se alia, a forma-sujeito do capital dominante e do mercado capitalista em tempos de crise. Pois, por mais que num primeiro instante o discurso da sustentabilidade cause uma tensão/conflito com a formação discursiva de desenvolvimento industrial “anterior” à sustentabilidade, considerada *não-sustentável*, a voz que aparece sobre o *crescimento econômico* nega de modo ambíguo o fato e reassume a necessidade dessa lógica.

Explicando, o *crescimento econômico*, na verdade, *é o maior componente do desenvolvimento*. O sujeito do discurso diz, também num deslize, que a “triste” realidade é que a economia continua a “crescer”, mas o ecossistema do qual o *crescimento econômico* “depende” não se “expande”. Vemos, portanto, que na afirmação acima explicitada, o discurso da sustentabilidade joga a todo o momento com a ambiguidade, pois precisa dizer num só tempo o que o lugar social, ideológico e dominante do capital precisa para reproduzir-se, mas também o que os países *pobres* necessitam para ser cooptados à “nova” dinâmica imperialista da sustentabilidade. Bakhtin (2003, p.321), ao explicar o intuito discursivo de todo locutor, diz:

Enquanto falo, sempre levo em conta o fundo aperceptivo sobre o qual minha fala será recebida pelo destinatário: o grau de informação que ele tem da situação, seus conhecimentos especializados na área [...], suas opiniões, seus preconceitos (de meu ponto de vista), suas simpatias e antipatias, etc; pois é isso que condicionará sua compreensão responsiva de meu enunciado.

Percebemos que esse mecanismo de antecipação do locutor em relação ao(s) destinatário(s) causa no sujeito do discurso da sustentabilidade a necessidade de enunciar para os países *pobres* que a *triste realidade* é que a economia continua a crescer, todavia o ecossistema que propicia tal expansão é limitado, e por isso é impossível “todos” crescerem. No entanto, mais à frente, o lugar dominante desse discurso aparece, e sua posição ideológica e de classe dominante se mostra bem definida. O grande problema para os *ricos e países ricos* é que, dados os limites da natureza necessários à produção capitalista, há a possibilidade concreta de *uma relação sempre mais tensa*. Por mais *triste* que seja a economia dos países ricos, estes precisam crescer e desenvolver-se, pois essa é a lógica do sistema do capital, a incontabilidade da produção econômica dirigida e direcionada para o acúmulo de riqueza. Por outro

lado, os países *pobres* deverão, sob pena de sofrer *pressão/tensão/conflito*, *desenvolver-se* sustentavelmente, ou melhor, utilizando-se de outros caminhos/recursos/meios de *desenvolvimento, sem crescimento econômico*. Dessa maneira, conservando-se o lugar econômico dos países *pobres* com o *desenvolvimento sustentável*, pode-se manter o *crescimento econômico* dos países *ricos*. A *sustentabilidade* para os *países ricos* é a garantia de sua expansão e acumulação econômica lucrativa “ilimitada”, e a *sustentabilidade* para os *países pobres* é o limitado desenvolvimento de suas economias, evitando assim *tensão/conflito/guerras/perigo* para a “humanidade”.

Outro aspecto a ser elucidado neste discurso, e nesta sequência discursiva, é que as relações *tensas e conflitantes* advindas de uma *economia que continua a crescer, mas o ecossistema do qual o crescimento econômico depende não se expande*, não se dá apenas num jogo de interesse entre *países ricos e pobres*. Como também entre os próprios países *ricos/e classes dominantes*, que precisam garantir recursos naturais para a sua produção econômica.

Os conflitos e tensões entre interesses antagônicos dos *países* avançados sob o poder hegemônico e imperialista dos Estados Unidos, e de alguns países em desenvolvimento, como, principalmente, a China, explicitam as tendências belicosas e perigosas da história a médio e longo prazo.

O conceito de desenvolvimento sustentável transporta em sua conjugação a complexidade e a contraditoriedade dos problemas que ele tenta amenizar. Essa rearrumação de termos, de *crescimento* para *desenvolvimento sustentável*, expressa não somente uma mudança de denominação, mas, essencialmente, um deslocamento no projeto ideológico das agências do capital para os países avançados e pobres na atualidade.

A circulação do discurso da sustentabilidade do projeto em análise não se dá na sociedade de modo harmonioso e pacífico, pelo contrário, sua reprodução se conduz por meio do conflito, da luta e da tensão entre vários interesses. A contraidentificação dessa posição-sujeito do desenvolvimento sustentável patrocinado pelos órgãos internacionais, em relação aos discursos desenvolvimentistas anteriormente sedimentados na memória discursiva, é ressignificada e regularizada numa atualização historicamente necessária.

Esta posição-sujeito da sustentabilidade causa um efeito de colocar-se como um “discurso novo/outro” ante os modelos anteriores desenvolvimentistas que

produziam de maneira *não-sustentável*. No entanto, o discurso da sustentabilidade simula ser/ter um sentido “diferente” de desenvolvimento econômico, a fim de demarcar política e ideologicamente um lugar “outro” nas posições-sujeitos encontradas no capital sobre os modelos desenvolvimentistas anteriores. Esse movimento de sentido causa um efeito no discurso da sustentabilidade como uma proposta superadora dos problemas sociais, econômicos e políticos dos discursos passados, e assim, apresenta-se na atualidade como um ideal inovador/superador/diferente que atenderá às necessidades da atualidade. Porém, a sustentabilidade restabelece o “mesmo” simulando ser o “novo”. A contraidentificação produzida por esse discurso simula desconfiar da posição-sujeito dominante, mas se serve desse efeito simulatório para persuadir a “todos” dos seus interesses. Desse modo, o discurso da sustentabilidade não se desliga, e tampouco rompe com a formação discursiva e a forma-sujeito à qual se identifica; pelo contrário, cria um outro dizer possível, que de modo conservador/autoritário preserva a desigualdade entre os países e as classes sociais. Esse fato, denominado por Indursky (2008, p.28) acontecimento enunciativo, explica tal fenômeno no discurso da sustentabilidade:

O acontecimento enunciativo implica apenas a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma FD. Dito de outra forma: surge aí uma nova fragmentação em relação à forma-sujeito, ou seja, surge aí um novo modo de enunciar os sentidos no interior de uma formação discursiva, mas este novo modo não opera pelo viés da ruptura com a formação discursiva e com a forma-sujeito. Seu funcionamento se dá pelo viés da tensão e do estranhamento com esta forma-sujeito. Ou seja: este conflito é interno à FD e se dá em relação aos modos enunciativos de uma determinada posição-sujeito, geralmente dominante. Surgem novos saberes, provenientes de outro lugar, no interior de uma mesma FD e estes aí acarretam um forte estranhamento. Este é o acontecimento enunciativo.

O simulacro se converte na atualidade no discurso possível e necessário no mundo do fetiche e da aparência falamos o “novo” para repor o “velho” em seu lugar. Do mesmo modo que um produto modifica sua embalagem para (a)trair os olhares dos consumidores, a sustentabilidade sob a lógica desses órgãos internacionais é o “novo” produto discursivo dos tempos de crise do capital.

O discurso da sustentabilidade corrobora a continuidade do lugar subordinado dos *países pobres* dentro do sistema do capital. A sustentabilidade por meio do ideal da globalização justifica, e por meio de um efeito de sentido, simula em seu discurso a permanência da dependência como algo positivo, pois cada país, com seu potencial econômico diverso, participa de maneira “democrática” do mercado mundializado. A

desigualdade econômica e social se justifica e naturaliza-se, complementando a riqueza totalizante, combinatória e desigual da produção capitalista.

Com a mundialização do capital em que vivemos hoje em dia, visualiza-se que os espaços do mercado em todo o globo, os recursos naturais essenciais à industrialização, o controle e o conhecimento da tecnologia e da ciência para fins mercadológicos, a indústria militar, encontram-se sob o domínio dos grandes blocos produtivos e financeiros dos países dominantes. Essa configuração contemporânea da economia mundial impõe definitivamente (enquanto vivermos sob a lógica produtiva regida pelo capital) aos países subdesenvolvidos um lugar de subordinação necessária à reprodução desse sistema desigual. A chamada globalização representa, conforme Chasin (2000, p.286), uma "livre concorrência travada em dimensões siderais por nações galácticas". Os países *pobres*, de acordo com o discurso da sustentabilidade, "só podem almejar papéis coadjuvantes, na escala dos vínculos assimétricos a que estão condicionados" (CHASIN, 2000, p.286). O problema do desenvolvimento desigual/subordinado não diz respeito a uma questão local, parcial e restrita ao país que sofre desse mal, mas à forma como a dinâmica produtiva de maneira totalitária e particular é realizada. Uma produção regida pelas leis cegas da acumulação e expansão de riqueza do capital coloca a lei do processo histórico da desigualdade no ritmo do desenvolvimento de cada país nas mãos de forças estranhas inerentes ao mundo da mercadoria.

O discurso da sustentabilidade representado pela ONU, Banco Mundial e UNESCO, mantém as relações conflitantes, adversas e desiguais entre os países do mundo do capital. O sentido da permanência é simulado pelo ideal da globalização, no qual cada um desenvolve a sua potencialidade singular, a diferença/desigualdade é vista como complementaridade, o todo é a soma das partes. No entanto, é silenciada nesse processo a lógica de uma reprodução sociometabólica mundializada que produz riqueza de um lado e pobreza do outro. O desenvolvimento dos países *ricos* no capitalismo é fruto da subordinação e dependência de países e continentes aliados desse processo. Crescimento e pobreza configuram as duas faces da mesma moeda, a moeda das relações mercadológicas do capitalismo.

3.2. A sustentabilidade da pobreza e riqueza: os “novos” sentidos da “velha” luta de classes

(Sd9) Devemos ter o cuidado extremo de considerar a pobreza como a causa do desenvolvimento não-sustentável, pois são os ricos que têm os maiores níveis de produção e consumo não-sustentáveis. Os ricos estão aptos a fazer escolhas, enquanto os pobres, presos em um círculo de privação e vulnerabilidade não podem fazê-lo. Enquanto os ricos podem adotar padrões de desenvolvimento sustentável e mostram-se relutantes em fazê-lo, os pobres não têm alternativa além de fazer uso do seu entorno imediato. A pobreza está ligada à degradação ambiental, já que os pobres não têm outra escolha a não ser procurar e se beneficiar de recursos naturais escassos, como, por exemplo, usar madeira, como combustível, e água. Problemas de superconsumo e superdesenvolvimento são fatores-chave para a conservação e proteção ambiental e para a produção e o consumo sustentáveis (UNESCO, 2005, p.29).

Preliminarmente, o enunciado parece responsabilizar os *ricos* pela *produção e consumo não-sustentáveis*. Contudo, esse sentido se desfaz na continuidade da sequência em análise. Os *pobres*, segundo o projeto da sustentabilidade, se deparam com dois grandes limites e dilemas: o primeiro é que atualmente se torna inviável seu crescimento/ascensão econômico aos níveis dos ricos, já que o poder destrutivo se encontra no *superconsumo* e no *superdesenvolvimento*. A *pobreza*, de acordo com o discurso dos órgãos internacionais, encontra-se num limite intransponível. Sendo assim, retirar a *pobreza* de seu estado de penúria é dotá-la de um poder econômico *não-sustentável*, pois consumirá mais demandando maior produção. Ampliar o círculo da *riqueza* para os *pobres* é ameaçar o lugar já estabelecido dos *ricos*. A destruição *indesejada/impossibilitada* neste discurso é a da possível ameaça do lugar econômico dos *ricos* em relação aos *pobres*.

O segundo ponto é que os pobres, por si mesmos, apenas se relacionam com a natureza *degradando, destruindo e agredindo*. Diferentemente dos *pobres*, os *ricos* que produzem o *superconsumo* e o *superdesenvolvimento*, podem a qualquer momento, por um ato de escolha/de vontade, amenizar os efeitos negativos/não-sustentáveis de suas ações. Os *ricos* possuem o direito da escolha entre *consumir ou superconsumir*, entre *desenvolver ou superdesenvolver*; os *pobres* não têm o direito à escolha, e mesmo sobrevivendo abaixo da linha do consumo dos *ricos*, destroem com uma maior ferocidade o meioambiente, pois consomem *degradando o meio ambiente*.

No discurso exposto, constata-se que há uma delimitação precisa entre o mundo dos *ricos* e o dos *pobres*. Isso demonstra e reforça que na atualidade histórica, sob a regência desse ideal desenvolvimentista, há a impossibilidade de um

alargamento/crescimento/ascensão dos *pobres* em relação aos *ricos*, pois há a demarcação desse conceito de forma essencialmente binária. Ou o indivíduo se encontra no espaço social e econômico dos *ricos*, ou, pelo contrário, situa-se definitivamente no lugar dos *pobres*, e *minimamente consome e produz*, melhor dizendo, sobrevive *degradando*.

Na sequência discursiva abaixo, poderemos delinear melhor essa questão:

(Sd10) A pobreza é, em parte, resultado da tendência atual de crescimento da população e constitui, ao mesmo tempo, uma ameaça para a dignidade humana e para o desenvolvimento sustentável (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO – Brasília: Ed.IBAMA, 1999, p.24).

Vislumbra-se na citação acima que, segundo o projeto de sustentabilidade da ONU/Banco Mundial e UNESCO, a *pobreza* se configura como um fenômeno fruto de uma “lei/força natural”, ou seja: do *aumento populacional*. Explicando, a causa da *pobreza* no mundo é resultado de o número de nascimentos de indivíduos no planeta ser superior à produção de alimentos.

Neste caso, as famílias *ricas* podem manter-se e manter seus filhos, pois detêm o poder da *escolha/opção* entre ter ou não filhos; ao contrário, os *pobres* não podem nem devem ter a condição de *escolha*, pois ao reproduzirem-se apenas expandem pobreza/miséria e desordem. O discurso da sustentabilidade se comunica por intermédio de um movimento de retorno/resgate da memória da Lei de Malthus³⁶. Sobre essa relação entre o dito e o já dito em outro lugar na construção/formulação dos sentidos, citamos Orlandi (2007, p.64), que diz:

[...] para que suas palavras tenham sentido é preciso que já tenham sentido. Assim é que dizemos que ele é historicamente determinado, pelo interdiscurso, pela memória do dizer: algo fala antes, em outro lugar, independentemente. Palavras já ditas e esquecidas, Ao longo do tempo e de nossas experiências de linguagem que, no entanto, nos afetam em seu “esquecimento”. Assim como a língua é sujeita a falhas, a memória também é constituída pelo esquecimento [...].

Sendo assim, o discurso da sustentabilidade ao comunicar-se com a memória da Lei de Malthus, atualiza-a aos “novos tempos” de crise do capital e do meio

³⁶ No final do século XVIII, o pastor anglicano Thomas Robert Malthus lançou sua famosa teoria, segundo a qual a razão para a existência da miséria e das enfermidades sociais, seria o descompasso entre a capacidade de produção de alimentos, que se daria numa progressão aritmética (1,2,3,4,5), em relação ao crescimento populacional, que se daria numa progressão geométrica (1,2,4,8,16).

ambiente. Esse movimento de retorno atribui sentidos à sustentabilidade e reforça a insustentabilidade dos *pobres* no planeta. Os *pobres*, por um efeito de sentido entre o dito, o não dito e o dito em outro lugar, são culpabilizados pela destruição da natureza. Ou seja, as vítimas transformam-se em réus. Percebe-se aqui também o discurso da naturalização das relações sociais isto é, a pobreza, fruto de uma organização social injusta e desigual, passa a ser um fato natural – fruto do desequilíbrio entre a superpopulação e a produção de alimentos.

Por esse intermédio discursivo, podemos afirmar que a *riqueza*, contrário positivo da *pobreza*, é a afirmação da *dignidade, do respeito e da manutenção* da vida. Ser *pobre* é um desequilíbrio natural, uma disfunção, um desregramento populacional. Ser *rico* é resultado de um crescimento equilibrado. A população *pobre* cria uma multidão de famintos, como uma praga de insetos que a tudo devora, ameaçando a estabilidade. Complementando, afirma tal projeto:

(Sd11) Não se pode esperar que as pessoas que não conseguem cuidar de si próprias protejam o meio ambiente, já que são as necessidades que as movem a usar, eventualmente de maneira excessiva, os recursos que têm em mãos (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO – Brasília: Ed.IBAMA, 1999, p.24).

Assim:

(Sd12) Em condições de pobreza, torna-se difícil a adoção de medidas em favor da educação e da saúde, além de estimular o crescimento da população. A pobreza contribui em grande parte para a violência e as guerras que destroem vidas e solapam o progresso socioeconômico (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO – Brasília: Ed.IBAMA, 1999, p.24).

Ao lermos atentamente os trechos explicitados acima, podemos inferir que os *pobres (indivíduos e/ou classe dominada)* estão impossibilitados de *cuidar de si mesmos*, e por isso devem ser *cuidados/protegidos* por outros que possam; no caso do discurso da sustentabilidade: pelos *ricos (indivíduos e/ou classe dominante)*. Os *ricos* têm a capacidade da escolha, podem tornar seu poder produtivo e consumista sustentável, e conseqüentemente, “*zelar pela e proteger*” a vida dos *pobres*.

Os *pobres*, movidos por ações limitadas a sua *sobrevivência diária*, vivem segundo o discurso da sustentabilidade, no nível da animalidade. Os *ricos* encontram-se num nível qualitativamente superior e por isso detêm a guarda dos países e dos indivíduos *pobres*. Neste caso, a elaboração, a aplicação e o controle do projeto de

sustentabilidade devem ser colocados nas mãos, e sob o controle, dos *países ricos e da classe dominante*.

Como consequência da pobreza temos, de acordo com o projeto em análise, as seguintes questões: em primeiro lugar, a *degradação da natureza e a insustentabilidade da manutenção de suas vidas*. Num segundo plano, e não menos importante, a *insustentabilidade da ordem e da harmonia social*, pois a *pobreza gera violência e guerras*. Podemos, por meio desse discurso, perceber que a manutenção da *vida do planeta, da vida dos pobres, da paz mundial* depende de uma ação e controle da *classe dominante e dos países avançados* sobre a *classe dominada e dos países pobres*.

A vida dos *ricos*, a manutenção dos *pobres*, o uso dos recursos naturais e o futuro do planeta dependem das escolhas e dos projetos que a classe dominante formula. Desse modo, o projeto em questão, elaborado pelos países *ricos* através dos órgãos internacionais que representam o capital, devem ter o poder e o controle da aplicação desse ideal por todo o mundo.

Demonstraremos abaixo o encadeamento dos sentidos agitados e produzidos nessa relação de subordinação defendida pelo discurso da sustentabilidade dos órgãos internacionais e oficiais do sistema capitalista:

PAÍSES RICOS E/OU CLASSE DOMINANTE	PAÍSES POBRES E/OU CLASSE DOMINADA
Possibilidade do controle a níveis sustentáveis do Superconsumo / Superprodução	Impossibilidade do crescimento econômico – ameaça a vida Degradação ambiental
Apto a escolher pelo futuro sustentável	Inapto a escolher pelo futuro sustentável
População numericamente equilibrada = riqueza = sustentabilidade	Superpopulação = pobreza = insustentável = violência = guerra = desordem/desequilíbrio
Responsabilidade em zelar/proteger/cuidar/orientar os pobres	Incapacidade por manter-se necessidade de subordinar-se aos cuidados dos ricos

Outro aspecto que complementa esta análise e reforça o discurso da subordinação e da naturalização da desigualdade social pode ser visualizada no seguinte enunciado:

(Sd13) É necessário fazer mais com menos (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO – Brasília: Ed.IBAMA, 1999, p.74).

Num primeiro momento, a leitura do texto acima poderá nos convencer de que a sustentabilidade tenta romper com a dinâmica expansiva e destrutiva da produção capitalista, já que sugere *fazer mais com menos*. Contudo, nesse enunciado há efeitos de sentidos diferenciados quanto ao lugar social dos falantes. Sob a perspectiva e interesse do ponto de vista do capital, condição predominante e determinante do discurso em análise, *fazer mais com menos* intensifica a destruição, pois ao atribuir ao verbo *fazer* um advérbio de intensidade *mais*, reforça-se o poder expansivo e acumulativo do capital. Assim, não só deve ser mantido, como principalmente, precisa ser ampliada a superprodução de mercadorias. Ou seja, não apenas é necessário *produzir mais*, como é essencial que essa produção se realize com *menos*, ou seja, com *menor* custo, *menor* tempo de trabalho, *menor* número de trabalhadores, *menor* quantidade de matéria-prima, enfim, com mais produtividade. O que parecia denominar economia da natureza no discurso da sustentabilidade, sob a lógica do capital, é formulado discursivamente por seu contrário, pois a circularidade destrutiva dos tempos atuais é o processo natural de se produzir. Explicando, posso aumentar os lucros intensificando a exploração do homem e da natureza, *produzindo mais com menos*. Por outro lado, a mesma proposta e o mesmo discurso tomam sentidos diferentes em relação à classe trabalhadora, aos pobres e aos países não desenvolvidos. *Fazer mais com menos* poderá sugerir sobreviver do modo como for possível na realidade social e econômica da atualidade. *Fazer mais*, ou o possível, com o que há de emprego ainda no mercado, *fazer mais com menos*: salário, comida, emprego, estabilidade, segurança, futuro, enfim; resistir às intempéries de um mundo incerto e em constante mudança. Podemos confirmar esta análise através das sequências discursivas enumeradas abaixo:

(Sd14) Obviamente, o conceito de consumo sustentável tem significado diferente quando se aplica aos pobres dos países em desenvolvimento e aos socialmente excluídos dos países desenvolvidos. Quanto aos pobres, o desenvolvimento sustentável não se refere exclusivamente à preservação do meio ambiente, mas também e mesmo, primordialmente, à satisfação de necessidades humanas tais como a alimentação, o vestuário, a moradia, os cuidados com a saúde e a segurança (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO – Brasília: Ed.IBAMA, 1999, p.63).

Quanto aos *países ricos e/ou a classe dominante*,

(Sd15) um consumo sustentável não significa, necessariamente, consumir menos. Significa modificar as modalidades de consumo insustentável (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO – Brasília: Ed.IBAMA, 1999, p.63).

Confirma-se nesses trechos que há distinções de significados da sustentabilidade em relação aos *países/indivíduos pobres* e aos *países/indivíduos ricos*. A sustentabilidade para os *pobres* significa a manutenção de suas vidas, limitando-se à sobrevivência, ou melhor, à luta pelo direito e possibilidade de reproduzir-se como *pobre* diariamente. Interessante também analisar na sequência quatorze que o sentido de *pobre* pertencente aos países em desenvolvimento é distinto dos *excluídos* que vivem nos países desenvolvidos, pois *pobres* que vivem nos países em desenvolvimento são desprovidos/carentes de recurso e por isso estão alijados do mundo rico. Explicando, a mesma impossibilidade imposta pelo projeto do crescimento econômico para os *países pobres* é estendida-alargada para os pobres que nele habitam. Com isso, a subordinação/dependência crônica dos *indivíduos pobres* em relação aos *indivíduos ricos* se configura na mesma lógica de subordinação/dependência das economias dos *países pobres* em relação aos *países ricos*.

Por outro lado, o sujeito do discurso da sustentabilidade, ao se dirigir para os *pobres* presentes nos *países ricos*, utiliza-se de uma estratégia de linguagem, o eufemismo, a qual causa um efeito de amenização e diferenciação do pauperismo presente nos países avançados do capital em crise. Nesse efeito de sentido, os *excluídos* dos países avançados estão fora, impedidos temporariamente de pertencer ao espaço da riqueza *antes ocupado por eles*. Na verdade, o enunciado *excluído* causa um jogo de sentido ideológico que protege e ameniza as tensões sociais existentes nos *países ricos*, pois permite afirmar que quem no momento está *excluído*, em outro instante encontrava-se *incluído* no mundo da riqueza. A noção de *excluído* revela um discurso de que a *pobreza* nos *países ricos* não deve ter o mesmo sentido que nos *países pobres*, pois o problema dos *excluídos/pobres* dos *países ricos* está em *incluir* esses indivíduos no sistema capitalista. O *pobre* será pobre infinitamente, o *excluído* (ideologicamente) poderá retomar o lugar de *rico* a qualquer momento. Ideologicamente, a denominação de *excluído* nos países ricos ameniza e apazigua a situação de pobreza também presente e em crescimento nos países ricos. Acreditar que estou *excluído* num momento de crise

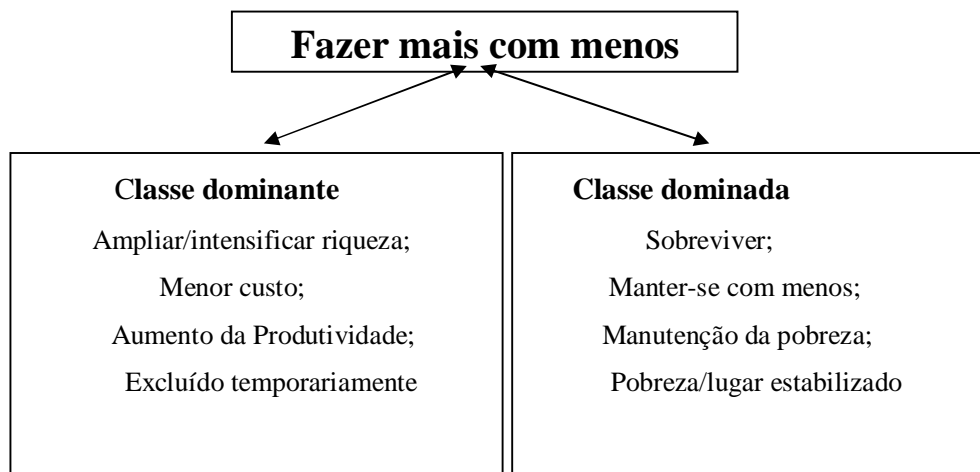
estrutural, endêmica e rastejante é deslocar as tensões sociais de uma miséria crescente e abrangente para a esperança de uma inclusão “futura”.

A sustentabilidade define o lugar dos *trabalhadores/pobres* como uma massa definitivamente fora do sistema produtivo, resultante do desemprego crônico. Por outro lado, diante de uma crise que teima em não cessar seus efeitos negativos por todos os lados, é rearticulado ideologicamente o sentido dos denominados *excluídos*.

Esta rearrumação conceitual/discursiva delimita o que pode e deve ser dito, pois os novos bolsões de pobreza existentes nos países avançados são silenciados, e o excluído, que também é pobre, se situa, mesmo que ideologicamente, num lugar superior ao *pobre existente nos países não-desenvolvidos*.

Mészáros (2002) explica que antes da crise estrutural do capital, o desenvolvimento da produção capitalista era apenas possível por meio da expansão do círculo de consumo dos bens produzidos na esfera da circulação. Explicando: ampliando a produção capitalista, aumentava-se o volume de bens produzidos, e em decorrência, conquistavam-se novos/outros consumidores na esfera da circulação. Na atualidade, o mesmo autor esclarece que com a taxa de utilização decrescente das mercadorias hoje produzidas, podem-se, e devem-se, produzir mais e mais produtos, devido ao tempo cada vez menor de uso dessas mercadorias pelos consumidores. Ou seja, a produção descartável, com a qual os produtos são consumidos rapidamente, e logo depois, substituídos por outros, possibilita a circulação e o consumo num volume crescente a um mesmo número de consumidores. Os que podem consumir, consomem num ritmo e num volume necessário à produção e à expansão do lucro do capital; os *pobres*, que não podem, ou que consomem pouco, serão relegados e esquecidos do círculo consumista de nossa época.

O movimento discursivo das reflexões acima pode ser descrito do seguinte modo:



3.3. Deslocamento, movimento e complexificação dos sentidos de sustentabilidade: da manutenção da natureza à naturalização da desigualdade

O desenvolvimento sustentável, em seu movimento discursivo, desloca-se, atualiza-se e ressignifica-se de acordo com as novas necessidades econômicas e políticas da nossa época. Pêcheux (1988, p. 161) explica que:

Uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva.

Desse modo, o discurso do desenvolvimento sustentável desloca-se do sentido da *preservação/continuidade/manutenção da natureza* para a *sustentabilidade/preservação/manutenção/continuidade da dívida, do estado, da vida* e da própria *governança* política do planeta. Esses sentidos mobilizados pela sustentabilidade, numa relação da língua com a história e com a ideologia, cumprem uma função essencial na *preservação do status quo*.

Podemos expor esse deslocamento de sentido contido nos textos em análise (2002):

(Sd16)

- Utilizar os recursos **naturais** de modo **sustentável** (p.18);
- Um **Brasil sustentável** poderia se apoiar na vantagem comparativa de seus recursos naturais, integrando-os a níveis mais altos de **capital humano** (p.19);
- A **sustentabilidade da qualidade de vida**, definida de modo mais amplo, implica o **equilíbrio das finanças públicas e melhor qualidade dos gastos do governo**, o que poderia abrir espaço para investimento e manutenção da infra-estrutura (p.19);
- Estamos também decididos a abordar de uma forma global e eficaz os problemas da dívida dos países em desenvolvimento com rendimentos baixos e médios, adotando diversas medidas de âmbito nacional e internacional, para que a sua **dívida seja sustentável a longo prazo** (DECLARAÇÃO DO MILÊNIO – NAÇÕES UNIDAS. Nova Iorque, 2000, p.3. grifo nosso).
- Mas muitos dos investimentos necessários para tornar o Brasil mais sustentável, do ponto de vista social e do meio ambiente, são instituições, e as instituições dependem de **pessoas que trabalham para elas. O capital humano está na essência dos avanços de longo prazo em produtividade e crescimento** (p.52).

- O **investimento em pessoas** é importante para a construção de um Brasil mais **igualitário** (p.52).

Constatamos que o discurso da sustentabilidade desloca-se através de efeitos de sentidos, e por intermédio desse movimento histórico-ideológico e político a questão ambiental e social relaciona-se, intercomunicando-se e complementando-se. O projeto de sustentabilidade propõe a manutenção da *natureza*, do *Brasil*, da *dívida*, dos *gastos públicos* e do *indivíduo*. A sustentabilidade e seus sentidos se movimentam e se esparramam por todas as brechas e rachaduras presentes nas relações sociais do capital. Tendo como objetivo rejuntar as diferenças/desigualdades provocadas pela força produtiva e reprodutiva de um sistema que tem por natureza dividir/separar, sem que a lógica expansiva e acumulativa do sistema do capital sofra nenhuma radical alteração, a força ideológica da sustentabilidade simula a igualdade na desigualdade do desenvolvimento econômico entre países, atribuindo um sentido positivo aos diferentes recursos econômicos presentes em cada nação. Explicando, segundo a sequência citada anteriormente, *as vantagens comparativas dos recursos naturais* do Brasil são diferentes das *vantagens comparativas* de qualquer outro país; a *desigualdade econômica* é, nesse discurso, silenciada/apagada/negada pelo sentido positivo da *diferença/diversidade*, ou melhor, pelas *vantagens econômicas diversas*, singulares a cada nação. Cada país colabora com o que pode no mercado global, desse modo, a *diversidade/diferença* soa como riqueza, pois a totalidade das diversas *vantagens comparativas* de cada nação origina uma riqueza de produtos/bens a serem consumidos/comprados pelo mundo capitalista.

Um outro aspecto agitado por esse sentido pode ser revelado na análise da afirmação de que *um Brasil sustentável poderia se apoiar na vantagem comparativa de seus recursos naturais*. Num movimento do interdiscurso - o dito/formulação atual -, o intradiscurso - apropria-se do já dito - sobre a formação econômica do Brasil - em outro lugar, noutra momento histórico. Há, nesse movimento, um processo de retorno e de ressignificação de um sentido historicamente conhecido. O Brasil, pela sequência discursiva em análise, vai *apoiar-se/sustentar-se* na vantagem comparativa de seus *recursos naturais*. Se realizarmos um processo de retorno/resgate à nossa formação histórica do Brasil, perceberemos que a extração/expropriação das riquezas naturais do Brasil pelos países ricos foi sempre um lugar-comum, uma *vantagem* para o enriquecimento de poucos brasileiros, e de alguns países avançados do mundo do capital. Essa *vantagem comparativa dos recursos naturais* se fez por intermédio do

latifúndio, do trabalho escravo/precarizado/desqualificado e por uma forma política politicista e autoritária.

Desse modo, o discurso da sustentabilidade reforça o lugar e a forma dependente como o Brasil participa da economia mundializada. Prado Junior (1999, p.31-32) demonstra de forma sintética a essência histórica da formação brasileira, e com isso a função da economia brasileira para o mundo do capital avançado:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O 'sentido' da evolução brasileira, que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização.

A essência do Brasil, na sua relação com o capital, apresenta-se através de um caráter de subordinação aos interesses e necessidades do capitalismo avançado. Constituímo-nos em um lugar receptivo aos ditames e interesses dos outros. Por esse modo, não conseguimos nos formar a partir de um desenvolvimento e fortalecimento da classe burguesa e da sua economia interna. Pelo contrário, a burguesia realizou e realiza sua riqueza por meio da dependência e da associação aos capitais estrangeiros.

“A memória [...] na análise de discurso - é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer” (ORLANDI, 2007, p.64). Sendo assim, a memória do colonialismo, no qual o Brasil tinha uma economia controlada por Portugal e voltada aos interesses da metrópole, é atualizada pelo discurso da sustentabilidade. A função econômica do Brasil é reassegurada, ou seja, servir aos interesses externos.

Como explica Orlandi (2008, p.128),

[...] memória e esquecimento são inseparáveis, ligando no processo discursivo o dizer e o não-dito e o já-dito, como efeitos materiais. Há uma negociação entre o choque de um acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória.

Nesse complexo movimento de sentidos contido no discurso da sustentabilidade, o sentido anteriormente negativo produzido historicamente pelo colonialismo e representado pela dependência/exploração/falta de liberdade comercial se apresenta na atualidade discursiva da sustentabilidade como *uma vantagem comparativa*, ou seja, o Brasil em relação aos países *ricos/industrializados* detém uma *vantagem* que outros não possuem. De acordo com os órgãos internacionais em análise, essa *vantagem comparativa* é representada por dois fatores: os *recursos naturais* e o *capital humano*³⁷. Se em relação à primeira “vantagem econômica”- os *recursos naturais* - o Brasil pode oferecer para a produção e reprodução do capital avançado uma grande quantidade de bens naturais por um valor *comparativamente vantajoso* em relação a outros países, no segundo ponto, *o capital humano*, o Brasil pode ofertar no mercado de trabalho internacional uma mão de obra trabalhadora com um dos salários mais baixos do mundo. Desse modo, por efeito desse discurso, a *vantagem econômica* dos *recursos naturais e do capital humano* presente no Brasil serve aos interesses econômicos dos países *ricos* e da *classe dominante*, tanto brasileira, como de outros países. O que parece ser inicialmente no discurso do desenvolvimento sustentável uma *vantagem econômica* para o Brasil, ou para “todos” que vivem neste país, é, na verdade, uma *vantagem econômica* para os países *ricos* e para a *classe dominante*. O novo e velho se conjugam, num conflito que não rompe, mas repõe, conservando o lugar e o sentido da dependência dos países *pobres* em relação aos *ricos*.

Na mesma sequência discursiva acima citada, encontramos um enunciado que complementa, e reforça o sentido da subordinação no discurso da sustentabilidade presente na ONU, Banco Mundial e UNESCO. Segundo tal discurso, os países *em desenvolvimento* precisam adotar medidas para que sua *dívida seja sustentável a longo prazo*.

(Sd17) Estamos também decididos a abordar de uma forma global e eficaz os problemas da dívida dos países em desenvolvimento com rendimentos baixos e médios, adotando diversas medidas de âmbito nacional e internacional, para

³⁷ Em 1949, T.H. Marshall identifica um outro aspecto em relação à função da educação. Num de seus ensaios, o referido autor defende que a natureza integradora da escola se encontraria na dimensão econômica. A percepção de que a educação poderia integrar os indivíduos e a sociedade à produção do capital, no intuito de ampliar a riqueza social de uma nação, possibilitou o surgimento da teoria do capital humano. Essa teoria encontrou um campo fértil no período entre 1950 e 1970, o chamado período de ouro do capitalismo, tanto econômico como político. A economia fundada na organização taylorista/fordista mostrava-se como ilimitada em seu poder de acumulação e expansão da riqueza material do capital.

que a sua **dívida seja sustentável a longo prazo** (DECLARAÇÃO DO MILÊNIO – NAÇÕES UNIDAS. Nova Iorque, 2000, p.3. grifo nosso).

Interessante observar que, primeiramente, não se deve *encerrar/liquidar a dívida*, pelo contrário, precisa-se torná-la *sustentável*, ou seja, construir condições econômicas e políticas em cada país que garantam o pagamento da *dívida ao infinito*. Ter dívidas se converte na atualidade e no discurso da sustentabilidade em um fator positivo. A preocupação e o esforço dos países *pobres e em desenvolvimento* centram-se no momento atual em tornarem-se “bons” pagadores. Conforme Florêncio Et alii. (2009, p.81):

Há, pois, um silêncio necessário que é presença, condição para que se realize o processo de constituição do sentido, do sujeito e da incompletude própria da linguagem.

[...] Ao falar, o sujeito tem necessariamente uma relação com o silêncio, pois não se pode dizer tudo; se assim o fizesse, estaria incorrendo, no excesso do dizer, na ausência de sentido. Desse modo, o silêncio é fundamento para que o sujeito produza sentido e o reinstaure em cada dizer.

Ao dizer que a *dívida* deve ser *sustentável*, nega-se/silencia-se a vantagem de mantê-la indefinidamente para o lucro dos credores. Pois, conforme Orlandi (2008, p.129):

Em princípio o silêncio não fala, ele significa. Se traduzirmos o silêncio em palavras há transferência, logo, deslizamento de sentidos, o que produz outros efeitos. Isto se deve ao fato de que mesmo se o silêncio não fala, enquanto forma significativa, ele tem sua materialidade, sua forma material específica.

A forma material é a forma (não empírica nem abstrata) constituída pela/na discursividade, forma em que se inscrevem os efeitos da articulação língua/história, acontecimento do significativo no sujeito. Sendo discurso definido como efeito de sentidos entre locutores (M. Pêcheux, 1969), a materialidade da forma discursiva implica o funcionamento ideológico da palavra.

A *sustentabilidade da dívida* silencia o sentido de *dívida* como uma condição temporária, naturalizando-a e transformando-a em permanente condição dos países devedores. Fala-se no enunciado para os países *pobres* sobre as benesses de tornarem-se *sustentáveis* no pagamento eterno da *dívida*, porém é pelo silêncio que se significa o sentido de quem realmente irá ganhar com esse processo. O sentido instaurado pela inquietude do silêncio denuncia que os países *ricos* em crise estrutural, principalmente os grandes credores do mundo do capital (FMI, BIRD, BID), são os grandes e únicos vencedores desse processo, pois é da continuidade/permanência do *endividamento* dos países *pobres e em desenvolvimento* que se precisa para manter *a longo prazo*. No entanto, há no mesmo silêncio um deslize de sentido que demonstra a também

dependência econômica da riqueza econômica dos países *ricos*, pois *insustentável* na verdade se tornará a economia dos países credores se os devedores *não pagarem*, ou *pagarem de uma só vez suas dívidas*. Netto (2007, p.234) elucida tal fenômeno:

Nessas condições, a dívida cresceu astronômicamente e aos credores não interessa senão o pagamento dos juros – seu total acumulado ultrapassa de longe o principal da dívida – que, de tão significativos, muitas vezes implicaram novos empréstimos para saldá-los. O caso latino-americano é emblemático: se, em 1975, a dívida externa de nossos países era estimada em 300 bilhões de dólares, em 2005 ela chegava a 730 bilhões – apesar de, nos mesmos trinta anos, nossos países terem pago um total de 1 trilhão de dólares.

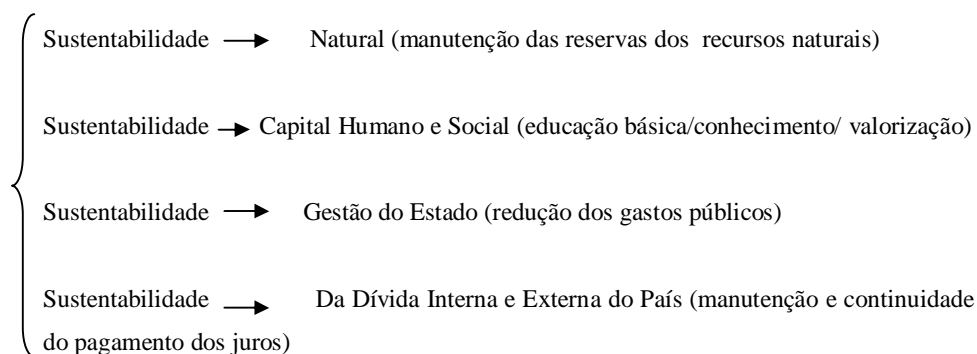
[...] Os gastos estatais, quando não cobertos pelas receitas, resultam no chamado *déficit público* – em face do qual o Estado pode emitir sem lastro, desencadeando diretamente processos inflacionários, ou pode lançar papéis (títulos da dívida pública) no mercado, oferecendo juros atraentes aos investidores. A oligarquia financeira é a principal detentora desses títulos e, naturalmente, utiliza todo o seu poder para, primeiro, manter elevados aqueles juros e, segundo, recebê-los pontualmente. Quando Estados periféricos e dependentes, por uma razão ou outra, encontram dificuldades para manter o fluxo de recursos para detentores dos títulos, estes pressionam no sentido de reduzir os gastos estatais, de forma a contribuir com um *superávit* que lhes permita continuar succionando valores sob a forma monetária. Não é preciso observar que esse *superávit* se obtém mediante diminuição de investimentos (em infra-estrutura, saúde, educação etc.), o que reduz as possibilidades de crescimento econômico.

A sustentabilidade da dívida dos países dependentes, segundo a ONU, Banco Mundial e UNESCO, se conjuga na continuidade do pagamento dos juros, e, desse modo, na perpetuação de um quadro de subordinação da economia e do sistema político ideológico dos países *pobres* aos interesses dos países *ricos*. Como um dos requisitos na permanência desse ciclo de endividamento, há, na mesma sequência discursiva, um caminho a ser seguido pelos países dependentes: *o equilíbrio das finanças públicas e melhor qualidade dos gastos do governo*. Ao transformar a *sustentabilidade da dívida* em um dos fins maiores dos países *pobres e em desenvolvimento*, o discurso em questão direciona os efeitos destrutivos desse endividamento para os *pobres/classe dominada/trabalhadores* dos países endividados. Sendo assim, os países endividados precisam ajustar seus “gastos” públicos ao que é essencialmente importante, ou melhor, ao que é importante sob a ótica e interesse dos *países ricos*. Como efeito desse processo tem-se de manter o pagamento dos juros da *dívida*, ao custo do não pagamento/investimento em setores sociais como a saúde pública, educação pública³⁸, moradia etc. Costa (2008, p.172) esclarece essa questão:

³⁸ Segundo dados oficiais do Senado Federal do Brasil, no orçamento de 2010 é garantido o valor de R\$ 596,2 bilhões de reais para a rolagem da dívida pública do país (50% do total do orçamento), enquanto

A globalização financeira tem produzido um conjunto de fenômenos profundamente nocivos para a população em geral e, especialmente, para as nações da periferia e para seus povos. Em todos os países em que a globalização financeira passou a hegemonizar as relações econômicas, o Estado ampliou aceleradamente o seu endividamento para bancar os custos da especulação (juros e amortização da dívida pública), resultando numa enorme transferência de recursos públicos para o setor financeiro. Também em praticamente todos os países do sistema capitalista ocorreu um aumento da concentração de renda, que beneficiou sobremaneira a riqueza da esfera financeira; observou-se também, ao contrário do contrato social fordista, uma redução acentuada no poder de compra dos salários, bem como verificou-se restrição aos direitos e garantias dos trabalhadores, muitos deles conquistados há cerca de um século ou mais. A crise do Estado teve como consequência a imposição de severos cortes nos gastos sociais, gerando aumento da pobreza e da miséria no mundo, inclusive nos próprios países centrais.

O eixo central desse discurso recai sobre os *países pobres/indivíduos pobres/classe dominada em direção à manutenção da natureza*, como recurso necessário ao mundo do capital, na manutenção da circularidade da *subordinação e dependência* desses países em relação aos países avançados, na preservação do *endividamento*, e na valorização do *capital humano* como uma das únicas saídas para os indivíduos. Dessa maneira, podemos ilustrar o funcionamento desse discurso no quadro abaixo:



Desse modo, percebemos que o projeto de desenvolvimento sustentável tem um vínculo essencialmente necessário com o ideal de globalização. A globalização apresenta-se para a ONU como a existência de um mercado global e harmonioso, no qual todos poderão desfrutar das riquezas pluralmente produzidas. Nessa “aldeia global,” cada um contribui com quanto e com o que pode. Cada país participa do sistema produtivo mundial colaborando de acordo com suas potencialidades e beneficiando-se harmoniosamente desse sistema. O problema do desenvolvimento

econômico e da diminuição da pobreza no mundo não desenvolvido se configura num problema de gestão, ou seja, deve-se investir nos nichos de mercado que cada nação tem, potencializando esses recursos, integrando-os à rede mundial de mercado. Da mesma forma que nesse sistema global cada país participa de um modo economicamente específico. Identificamos nesse discurso um silenciamento, pois na medida em que o mercado global é concebido como um imenso supermercado em que cada país representa um setor de oferta de mercadorias das mais diversas e necessárias, à demanda dos mais variados clientes, apagam-se com isso os lugares ocupados de modo qualitativamente distinto pelos países subordinados e dependentes em relação às nações mais ricas do mundo. Do mesmo modo, emudece-se o poder hierárquico e explorativo das nações subordinadoras presentes na totalidade desse sistema social. Relações entre países que se dão de maneira conflitiva, e, não raras vezes, belicosamente, transmutam-se no projeto de sustentabilidade para a possibilidade da construção de um mundo pacífico e harmonioso.

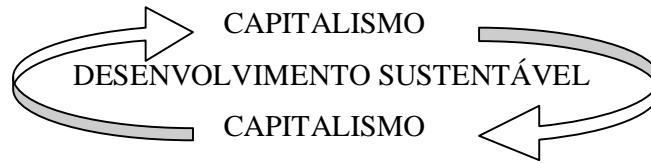
Mészáros (2007, p. 86) esclarece a contradição existente no ideal de globalização exposto por tal documento em análise:

Independente das alegações da atual “globalização”, é impossível existir universalidade no mundo social sem *igualdade substantiva*. Evidentemente, portanto, o sistema do capital, em todas as suas formas concebíveis ou historicamente conhecidas, é totalmente incompatível com suas próprias projeções – ainda que distorcidas e estropiadas – de universalidade globalizante. (...) A potencialidade da tendência universalizante do capital, por sua vez, se transforma na *realidade* da *alienação desumanizante* e na *reificação*.

Ou seja, o que se universaliza é a alienação dos indivíduos quanto a sua generidade humana. A desigualdade na produção entre capital x trabalho estende-se por complexas mediações a todas as esferas sociais. As relações antagônicas na busca pelo enriquecimento atingem os indivíduos em seu cotidiano e os países em suas relações políticas e econômicas internacionais. O discurso da sustentabilidade defendido pelos órgãos internacionais em análise naturaliza as relações entre pessoas, classes e países, orientando ideologicamente e politicamente os lugares das diversas economias nacionais no sistema mundial do capital.

Explicando melhor, poderíamos afirmar que o discurso da sustentabilidade se constitui num projeto político-ideológico que tem como uma de suas funções sustentar esse sistema produtivo e reprodutivo, habilitando desde as esferas individuais do sistema, do espaço político público, setor privado e governo, para a manutenção dessa

forma de sociabilidade. Com isso, mantém-se, pelo menos de maneira ideológica, a circularidade necessária à segurança e ao equilíbrio da exploração do capital sobre a humanidade e a natureza.



Fernandes (2003, p.250) menciona que a proposta da sustentabilidade é, na “verdade, a de uma política ambiental global – elaborada e implementada por instituições tradicionalmente responsáveis por assegurar os processos de expansão do capital – de controle, gestão e monitoramento de recursos naturais”.

O estoque de capital natural imprescindível à produção capitalista precisa ser conservado em prol dos interesses dos países desenvolvidos, e, para que isso ocorra, necessita-se manter a subordinação e a dependência econômica e política dos países periféricos em relação ao centro enriquecido. A partir dessa mesma perspectiva, Marcionila (2002, p. 50) explica que:

A transformação dos problemas ambientais locais com suas diversidades e complexidades em problemas globais homogeneizados foi elevada, no plano do discurso, ao *status* de uma nova proposta de sociedade global, a partir da valorização do meio ambiente global, como expresso no conceito de desenvolvimento sustentável. Isso não significa dizer que o referido conceito, tal como fora proposto pelas Organizações das Nações Unidas, em suas várias instâncias, representasse, efetivamente, um modelo social novo. As deficiências teórico-metodológicas e das experiências práticas não deixam dúvidas quanto às dificuldades desse modelo de desenvolvimento, que tem de se constituir numa nova perspectiva societária do ponto de vista da organização social. Entretanto, não podemos deixar de compreender a construção do Desenvolvimento Sustentável como um mecanismo eficaz no processo de construção de uma ordem econômica mundial. Os dois Objetivos centrais desse projeto são, portanto: a) a legitimação da ordem ecológica mundial, que implica uma divisão internacional ecológica e b) o estabelecimento de políticas de gestão e controle dos recursos naturais planetários por parte do centro do Capitalismo mundial.

Os países avançados, portanto, necessitam, para continuar seu processo produtivo em grande escala, de ter o domínio das reservas naturais, que serão transformadas em bens comercializados por todo o planeta. Nesse sentido, achamos importante lembrar a recusa, por parte dos Estados Unidos, em diminuir e/ou controlar a emissão de gases CO₂ na atmosfera quando da ECO92. Podemos também referir que o processo destrutivo da produção capitalista não pode, nem deve, ser alterado para outro

fim que não seja o da acumulação e expansão da riqueza, destruindo a natureza e o próprio homem. Mészáros (2007, p. 58) ilustra a referida tese:

Esse sistema em todas as suas formas capitalistas ou pós-capitalistas é (e tem de permanecer) orientado à expansão e dirigido pela acumulação. Naturalmente, o que está em questão a esse respeito não é um processo designado à crescente satisfação da necessidade humana. Antes, é a expansão do capital como um fim em si mesmo, servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem afirmar constantemente seu poder como um modo ampliado de reprodução. O sistema do capital é *antagônico* até o mais fundo de seu âmago, por conta da subordinação estrutural hierárquica do trabalho ao capital, que usurpa totalmente – e deve sempre usurpar – o poder de decisão. Esse antagonismo estrutural predomina em todos os lugares, desde os menores “microcosmos” constitutivos até o “macrocosmo” que abarca as mais abrangentes estruturas e relações reprodutivas. E, precisamente porque o antagonismo é estrutural, o sistema do capital é – e deve sempre permanecer – *irreformável e incontrolável*.

Através do discurso da sustentabilidade defendido pela ONU, Banco Mundial e UNESCO, os países pobres devem adaptar-se ao projeto político, econômico e ideológico elaborado por estes órgãos. Se na atualidade é refreada a possibilidade de os países pobres crescerem, o que pode ser feito para desenvolver sustentavelmente esses países? A resposta a esta questão está contida no próprio discurso da sustentabilidade.

(Sd18) Apenas recentemente os economistas começaram a admitir que o meio de produção mais essencial é a destreza que os homens e as mulheres adquirem por meio da educação, da experiência e da capacitação (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO – Brasília: Ed.IBAMA, 1999, p.27).

(Sd19) Há ampla concordância em reconhecer que a educação é o meio mais eficaz que a sociedade possui para enfrentar as provas do futuro e, de fato, a educação moldará o mundo de amanhã (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO – Brasília: Ed.IBAMA, 1999, p.34).

De acordo com as sequências em análise, a educação se transforma num veículo de investimento individual, o capital humano transforma-se em meio de produção, que não polui, não destrói, e possibilita cada indivíduo tornar-se um empreendedor, um produtor de riquezas.

3.4. Sustentabilidade e educação: o rebaixamento da educação dos *pobres* à submissão dos imperativos do capital

Ao lançarem as bases para a construção de um mundo sustentável, a ONU e a UNESCO definem o corpo de ideias e ações que deverão nortear as políticas

econômicas, sociais e ambientais, que preliminarmente servirá tanto às nações *ricas* como as *pobres*.

O conceito de sustentabilidade para a UNESCO (2005, p. 30) pode ser traduzido nos seguintes termos:

(Sd20) Sustentabilidade refere-se às maneiras de se pensar o mundo e as formas de prática pessoal e social que levam a:

- Indivíduos com valores éticos, autônomos e realizados;
- Comunidades construídas em torno de compromissos coletivos, tolerância e igualdade;
- Sistemas sociais e instituições participativas, transparentes e justas, e práticas ambientais que valorizem e sustentam a biodiversidade e os processos ecológicos de apoio à vida.

Na visão desse órgão internacional, deve-se *pensar e agir* diferentemente, para que o processo de sustentabilidade do homem e do planeta se inicie. Se observarmos a sequência discursiva acima, perceberemos que a mudança se dá de maneira ascendente, ou seja, deve-se primeiramente transformar o *indivíduo*; em seguida, a *comunidade*; posteriormente, *os sistemas e instituições sociais*; e por último, o *meio ambiente*. O *indivíduo* dessa maneira converte-se no principal agente de mudança. Sem a sua inserção, os outros lugares sociais e o próprio meio ambiente não poderão ser alterados para a dinâmica da sustentabilidade. Por esse motivo, a educação torna-se, nesse momento, o principal lugar de propagação ideológica desse projeto de desenvolvimento. Para demonstrar tal questão, recorreremos ao documento da UNESCO (2005, p.43):

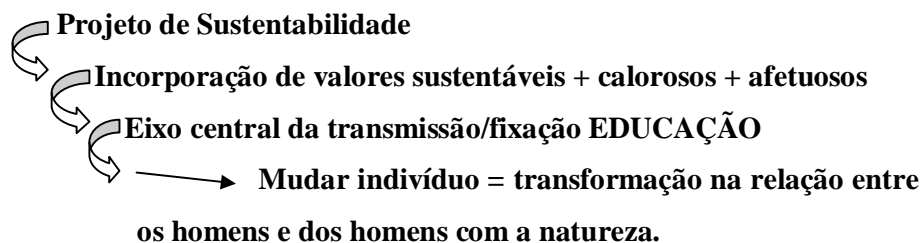
(Sd21) A educação constitui o pilar central das estratégias para promover e enraizar os valores e comportamentos que o desenvolvimento sustentável exige. Como alguns pensadores assinalaram: “necessita-se de uma educação transformadora: uma educação que contribua a tornar realidade às mudanças fundamentais exigidas pelos desafios da sustentabilidade. Para acelerar o progresso em direção à sustentabilidade é necessário tornar as relações entre os seres humanos e o mundo natural mais calorosas e afetuosas, e buscar formas de desenvolvimento ambientais e sociais mais responsáveis”. A educação nos habilita como indivíduos e como comunidades a compreendermos a nós mesmos e aos outros e as nossas ligações com um meio ambiente social e natural de modo mais amplo.

A educação nessa proposição configura-se no “*pilar*” para tal projeto. Dessa maneira, o termo exposto atribui como sentido para a atividade educativa o lugar de alicerce, a qual tem função central no *enraizamento dos valores e comportamentos*

imprescindíveis para tal tarefa. De acordo com o discurso da sustentabilidade, a educação precisa *promover/estimular/fomentar* e *enraizar/fixar valores e comportamentos* entre os homens e dos homens com a natureza, fundada em sentimentos calorosos e afetuosos. A essência da educação nesse ínterim deixa de ser a transmissão de conhecimentos decantados pela humanidade aos indivíduos, para ser a transmissão de sentimentos *calorosos e afetivos*.

Continuando, conforme a UNESCO (2005, p.43), a educação detém um papel-chave ao “*inspirar a crença que cada um de nós tem o poder e a responsabilidade de introduzir mudanças positivas em escala global*”. Confirma-se a recorrência atribuída ao indivíduo quanto a sua capacidade e *responsabilidade* em operar as mudanças necessárias no mundo atual. Cada indivíduo, ao introduzir os valores da sustentabilidade, poderá transformar positivamente e globalmente a negatividade da relação entre os homens e o meio ambiente. E a educação, como já explicitado, carrega em sua essencialidade a missão de embutir “*valores, comportamentos e estilos de vida necessários para um futuro sustentável*” (UNESCO, 2005, p.44).

Podemos explicitar tal discurso da seguinte maneira:



Segundo o projeto em análise, os valores se constituíram no conteúdo fundamental para a mudança social. Resta-nos saber quais são os “novos” valores sustentáveis que se oporão ao modo de ser da atualidade.

(Sd22) O elemento humano é agora amplamente reconhecido como a variante fundamental no desenvolvimento sustentável, tanto no que se refere ao desenvolvimento não-sustentável quanto em termos de esperança para um desenvolvimento sustentável. As relações humanas fundamentadas no próprio interesse (ganância, inveja e ambição pelo poder, por exemplo) mantêm uma distribuição de riqueza injusta, que gera conflito e leva a menosprezar a disponibilidade futura dos recursos naturais. Ao contrário, as relações caracterizadas pela justiça, paz e negociação de interesses mútuos geram mais igualdade, respeito e compreensão. São estas qualidades que irão fundamentar o desenvolvimento sustentável (DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2005, p.42)

Observando a citação, constatamos a presença do dêitico temporal – *agora* –, que possibilita, de modo implícito, a identificação de um diálogo entre duas formas de conceber o desenvolvimento. A primeira (implícita) – *antiga, ultrapassada* – que, na perspectiva do discurso da sustentabilidade, desvaloriza a humanidade, ou seja, desconsidera os valores humanos essenciais ao “*novo*” modelo desenvolvimentista. Contrapondo-se a essa concepção antiga, “*agora*” temos uma nova, denominada de *sustentável*, que considera o elemento humano “*como a variante fundamental no desenvolvimento sustentável*”, tanto no que se refere ao desenvolvimento *não-sustentável* quanto em termos de esperança para um *desenvolvimento sustentável*”.

Assim, por meio do movimento produzido pelo interdiscurso, o sujeito/enunciante apropria-se de elementos contidos na memória discursiva – dos modelos desenvolvimentistas presentes na história do capitalismo – produz e mobiliza efeitos de sentidos de modo contraditório, negando e se opondo ao modelo de desenvolvimento fundado em valores da *ganância, da inveja e do desejo pelo poder*. Deve-se “*agora*”, de acordo com o discurso em análise, valorizar “*as relações caracterizadas pela justiça, paz e negociação de interesses mútuos geram mais igualdade, respeito e compreensão*”. São essas qualidades que irão fundamentar o *desenvolvimento sustentável*” como possibilidade na construção de uma sociedade *mais igualitária, respeitosa e compreensiva*.

Segundo o discurso em análise, o modelo de desenvolvimento capitalista anterior ao desenvolvimento sustentável valorizava a produção de riqueza e de um consumo *não-sustentável*. Como efeito, as relações sociais se desenvolviam por meio de valores *humanos interesseiros e egoístas*. Contudo, sob a égide de um modelo fundado na sustentabilidade, “*novos*” valores entre os indivíduos poderão estar voltadas para a sustentabilidade do planeta.

Podemos perceber então que a problemática, de acordo com o ideal da sustentabilidade, centra-se na construção de um “outro” modelo de desenvolvimento fundado numa “outra” ética: a sustentabilidade. Assim, como efeito, a totalidade social capitalista que tem como base fundante o trabalho abstrato, produtor de riqueza por meio da exploração do homem pelo homem, mantém-se intocada. O que se pode mudar, e se deve transformar por intermédio desse modelo de desenvolvimento, são os indivíduos, internamente, seu modo de ser, de fazer e de pensar. Pois mesmo assim, de acordo com o discurso da ONU, Banco Mundial e UNESCO, poderão construir uma sociedade “*mais igualitária*”, mais respeitosa e mais compreensiva, porém, desistimos

nesse projeto de uma humanidade igualitária, respeitosa e compreensiva. A modalização por meio do advérbio “*mais*” demonstra discursivamente a impossibilidade nesta sociedade antagonista regida pelo capital da *igualdade efetiva* entre os homens.

A educação, conforme os documentos em análise, para acelerar o

(Sd23) progresso em direção à sustentabilidade é necessário tornar as relações entre os seres humanos e o mundo natural mais calorosas e afetuosas, e buscar formas de desenvolvimento ambientais e sociais mais responsáveis (DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2005, p.42).

As relações entre os homens e dos homens com a natureza, conforme o discurso acima, se encontra *fria e sem afeto*, por isso se propõe é torná-las *calorosas e afetuosas*. Sendo assim, vivemos num modelo relacional *frio e distanciado*, e a ética da sustentabilidade poderá *amenizar, ampliar e intensificar* essa aproximação do homem consigo mesmo e com a natureza. Ao internalizar, por meio desse projeto social e cultural da sustentabilidade, valores que edifiquem relações mais humanas, produziremos riqueza, respeitando a natureza e o homem.

Importante percebermos que a educação defendida pelos órgãos internacionais se dá não apenas na e pela escola, mas em diversos lugares sociais.

(Sd24) A busca pelo desenvolvimento sustentável é multifacetada – não pode depender unicamente da educação. Muitos outros parâmetros sociais afetam o desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, a governança, relações de gênero, formas de organização econômica e de participação dos cidadãos. Na realidade, seria preferível falar em aprendizagem para o desenvolvimento sustentável, já que aprender não está restrito à educação como tal. Aprender inclui o que acontece nos sistemas educacionais, mas se estende na vida cotidiana – de modo que importantes aspectos da aprendizagem acontecem em casa, em contextos sociais, em instituições comunitárias e no local de trabalho (DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2005, p.42).

A formação para a ética da sustentabilidade, conforme os textos em análise, dá-se inicialmente na esfera *individual*, se estende para a *família*, afetando outros contextos sociais mais amplos e *institucionais*, e por fim, o *local de trabalho*. Interessante observar o trajeto de introjeção do ideal de sustentabilidade, pois ele exprime uma compreensão de como e do que é possível mudar na sociedade.

Assim, de acordo com o discurso da sustentabilidade, ao mudar os indivíduos, muda-se o mundo, ou melhor, só é possível mudar a esfera pessoal, interna e individual de cada ser humano. Há no discurso da sustentabilidade uma inversão entre determinante e determinado, entre fundante e fundado, pois a totalidade social que tem

como base fundante a produção se constitui no campo real de possibilidade da movimentação dos indivíduos e da efetivação e construção do seu ser. Exemplificando, transmitir valores do respeito à natureza, aos seres vivos e à sociedade por meio da educação aos indivíduos não rompe a dinâmica destrutiva operada na base produtiva do capital, que visa e estimula ações de exploração do homem e da natureza de modo ilimitado.

A política da sustentabilidade defendida pelas agências internacionais em análise propõe uma “renovação cultural” dos indivíduos. Na realidade,

(Sd25) o potencial da educação é enorme. Não apenas permite informar a pessoa, mas também pode mudá-la. Não só é um instrumento de ilustração pessoal, mas também um instrumento de renovação cultural (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO, 1999, p.73).

O plano do desenvolvimento sustentável tem como premissa o ideal de que a cultura destrutiva de épocas anteriores deve cessar, e isso só é possível renovando os aspectos culturais dos indivíduos. O papel fundamental dessa empreitada centra-se na educação. Contudo, percebemos que a educação para a sustentabilidade não é a mesma para os países *ricos* e *pobres*, pois tanto o sentido de qualidade quanto a finalidade social da educação diferem para essas duas realidades sociais.

(Sd26) Atualmente as pessoas estão, mais do que nunca, conscientes das realidades mundiais. Estamos começando a compreender os efeitos de nossas ações individuais e coletivas para nós mesmos e para a biosfera, em seu conjunto. O conceito de sustentabilidade é, em si, reflexo dessa nova consciência. Talvez estejamos avançando para a nova ética mundial que transcende todos os demais sistemas de lealdade e crenças, uma ética que tem suas raízes na consciência do caráter inter-relacionado e sagrado da vida. Terá essa ética comum o poder de motivar-nos para mudar o perigoso rumo atual? Sem dúvida, não há resposta simples para essa pergunta; o que podemos dizer é que sem um fundamento moral e ético, dificilmente a sustentabilidade se tornará realidade (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO, 1999, p.72)

O discurso da sustentabilidade proposto pela ONU/Banco Mundial e UNESCO se estrutura na crença de que é possível uma “nova ética”, com valores que tornem a vida humana e sua relação com a natureza sustentáveis.

As relações entre os indivíduos em todos os setores sociais, políticos e culturais devem, por esse cabedal de ideias, ser modificadas e ressignificadas em prol da *paz, da justiça, da negociação, da igualdade, do respeito e da compreensão*. Outros valores e comportamentos, de acordo com a ONU, fundados nos direitos humanos e no respeito à natureza, influirão diretamente numa transformação de um modelo *não-sustentável* atual

para um outro que garanta a existência presente e futura, sustentavelmente, da “humanidade”.

Por esse intermédio, podemos inferir que o problema, de acordo com o projeto político em análise, encontra-se na ausência de uma consciência sustentável. E que por meio da educação poderemos reverter esse quadro destrutivo.

Todavia, sabemos que os valores da sustentabilidade propostos pelos projetos em questão têm seu fundamento e sentido na sociabilidade capitalista. Os valores, ou seja, o que útil e inútil, bom e ruim, sustentável e insustentável, são definidos pela forma de produção e reprodução da existência dos homens. Lukács (1981, p. 50) define a gênese ontológica de tal processo social:

Portanto, no que se refere à gênese ontológica do valor, devemos partir do fato de que, no trabalho como produção de valores de uso (bens), a alternativa do que é útil ou inútil para a satisfação das necessidades entra como um elemento ativo do ser social. Por isso, quando abordamos o problema da objetividade do valor, percebemos imediatamente que nele está contida uma aprovação da posição teleológica correta, ou, melhor dizendo: a correção da posição teleológica – tendo como pressuposto sua atuação correta – significa que o respectivo valor foi realizado concretamente.

Assim, ontologicamente, e sob a égide de uma atividade produtiva do homem sobre a natureza fundada nos valores de uso, o valor tem sua origem na possibilidade concreta de o resultado dessa prática ser útil ou não às necessidades históricas desse indivíduo e/ou grupo humano. Mais adiante, o mesmo autor complementa:

Neste sentido, o valor que aparece no trabalho enquanto processo que reproduz valor de uso, é sem nenhuma dúvida objetivo. Não só porque o produto pode ser medido a partir da posição teleológica, mas também porque esta mesma posição teleológica pode ter a sua existência objetiva e válida demonstrada e comprovada, na sua relação de « se... então », com a satisfação da necessidade (LUKÁCS, 1988, 50).

Lukács, no entanto, nos adverte que a existência dos indivíduos não se resume à produção de suas vidas pelo e no trabalho. Os valores surgem dessa base material, e, por meio de muitas outras mediações sociais, políticas, ideológicas e culturais de cada momento histórico, tornarão e darão o sentido histórico do que é útil ou não saber, praticar, ter e ser.

Contudo, no capitalismo, na base produtiva, o eixo norteador do sentido da vida, a satisfação das necessidades humanas é subordinada aos imperativos dos valores de troca, ou melhor, do lucro de uns sobre o trabalho de muitos.

Desse modo, será possível desenvolver uma educação no capitalismo voltada à sustentabilidade entre os seres humanos e o mundo natural?

Tonet (2005, p.129) atinge certamente tal problemática ao afirmar que:

Consideremos: qual é o valor supremo que rege esta forma de sociabilidade? Parece-nos que não há dúvida de que a produção de mercadorias e, portanto, a reprodução do próprio capital. Qual é o valor supremo proclamado pela ética dominante? A vida humana, na sua forma mais digna possível. É evidente que entre esses dois valores há uma incompatibilidade radical. A produção de mercadorias implica, necessariamente, a transformação do próprio homem em mercadoria e, portanto, a manutenção da exploração do homem pelo homem. A consequência disto é a completa destituição do sentido mais genuíno da vida humana.

Com isso, percebemos que há uma fratura, e um distanciamento, entre o ser dos homens, e o dever ser. Constatamos, de maneira concreta, o ser dos homens se dirigir para a sua desumanização, numa produção que os transforma em mercadoria. Por outro lado, o dever ser dos valores desejados e propostos pela ONU, Banco Mundial e UNESCO se direciona, pelo menos como discurso, para a solidariedade, justiça e preservação da vida e da natureza. Essa fratura tem uma intenção e uma funcionalidade na continuidade do sistema capitalista. É por intermédio de um falseamento socialmente necessário que o discurso da sustentabilidade faz sentido. No capital, os valores éticos propostos pelos documentos em análise apenas existem como um desejo a ser constantemente, e parcialmente, conquistado. Tonet (2005, p.129) esclarece essa questão do seguinte modo:

A um ser que se move no sentido cada vez mais individualista, opõe-se o dever de ser solidário. A uma realidade objetiva que está nucleada, cada vez mais, pelo interesse privado, se opõe o dever de preocupar-se com o interesse público, com o bem comum. A uma lógica que, por exigência da reprodução do capital, caminha sempre mais no sentido da degradação da natureza, opõe-se o dever de ter maior respeito pela natureza. E assim por diante. Estamos diante de uma clara visão idealista da problemática dos valores. O que leva a pensar, por exemplo, que se nos conscientizarmos de que temos de ser solidários, justos, e pacíficos, o mundo se tornará *ipso facto* solidário, justo e harmônico.

O discurso da sustentabilidade ancorado em valores da justiça, igualdade, respeito ao homem e à natureza cumpre uma função ideológica imprescindível na manutenção desse sistema social em crise. Tal discurso detém um caráter regulador das práticas e dos conflitos sociais, direcionando-os a horizontes que não ultrapassem a lógica do sistema do capital. O discurso da sustentabilidade, com sua qualidade de convencimento político, social e ideológico, pavimenta, mesmo que contraditoriamente, e nunca de maneira homogênea, os passos dos homens a caminhos estranhos a sua humanização.

Nesse processo, afirma-se o mundo das coisas e das mercadorias, negando-se a força social e humana, a qual transforma e constrói seu mundo, por meio de sua atividade.

A totalidade social, que é um complexo de complexos, e processualmente construída, se apresenta como um campo de possibilidades nas quais as individualidades humanas podem, por sua atividade, satisfazer suas necessidades sociais e históricas. Não temos a menor dúvida de que há na atualidade, a necessidade imperiosa de valores éticos verdadeiramente universais e humanos, no entanto, devemos relacionar ontologicamente as esferas da necessidade e da possibilidade. Pois é impossível aliar a existência desses valores numa sociedade fundada na desigualdade e na exploração. É no campo da possibilidade econômica, social e historicamente determinada, que as necessidades podem efetivar-se, tornando-se reais. Com isso, no movimento da totalidade capitalista fundada em relações conflitantes/adversas/explorativas, é interdita, como possibilidade efetiva, a existência de valores substantivamente humanos e universalmente igualitários. Apenas numa outra forma e num outro modo de se produzir, nos quais as relações entre os homens e os países sejam desenvolvidas de maneira livre, associada e consciente, é que teremos em construção a formação de um outro ser culturalmente sustentável.

O segundo sentido/aspecto que podemos suscitar através da análise sobre o papel da educação para o projeto de sustentabilidade dá-se no possível rebaixamento da função essencial da educação no processo de humanização dos indivíduos. Conforme o projeto em análise:

(Sd27) A visão de um mundo mais equitativo é inerente ao conceito de desenvolvimento sustentável. Essa meta apenas pode ser alcançada proporcionando-se aos menos favorecidos e às suas famílias meios de progredirem. E, entre esses meios, o mais essencial é a educação, especialmente, a educação básica (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO, 1999, p.47).

Através do enunciado acima, a formação educacional se diferencia segundo a classe social da qual os indivíduos façam parte. Desse modo, é definido pelo projeto de sustentabilidade que os “*menos favorecidos*” devem ter uma formação voltada para a *educação básica*. Inicialmente, entendemos que ser “*menos favorecido*” é situar-se num sistema social em que, por algum motivo, o indivíduo encontra-se desprotegido. A primeira indagação que suscita tal problemática é compreender do que o indivíduo necessita proteger-se, ou ser ajudado/auxiliado, para poder existir nessa sociedade. Há, de modo oculto nesse discurso, a naturalização da desigualdade social, econômica e

cultural, pois se existem os “*menos favorecidos*”, do mesmo modo, há na realidade os “*mais favorecidos*”. Dessa maneira, alguns, pela própria natureza, nasceram com a capacidade maior de proteger-se e de enriquecer-se que outros. Sendo assim, *os mais favorecidos* podem e devem tanto cuidar de suas vidas, como também proteger a vida dos *menos favorecidos*. Continuando, sobre este mesmo ponto, naturaliza-se nesse projeto de sustentabilidade um duplo aspecto: primeiramente, o lugar social das classes dominantes e dominadas, como também torna o sistema capitalista uma força estranha/fetichizada, em que sua existência e movimento são fruto de forças incapazes de ser radicalmente modificadas. Mészáros (2007, p.295) acrescenta:

A sociedade capitalista resguarda com vigor não apenas seu sistema de educação contínua, mas simultaneamente também de doutrinação permanente, mesmo quando a doutrinação que impregna tudo não parece ser o que é, por ser tratada pela ideologia vigente “consensualmente internalizada” como o sistema de crença positivo compartilhado de maneira legítima pela “sociedade livre” estabelecida e totalmente não-objetável. Ademais, o que torna as coisas ainda piores é que a educação contínua do sistema do capital tem como cerne a asserção de que a própria ordem social estabelecida não precisa de nenhuma mudança significativa. Precisa apenas de uma regulação mais exata em suas margens, que se deve alcançar pela metodologia idealizada do “pouco a pouco”. Por conseguinte, o significado mais profundo da educação contínua da ordem estabelecida é a imposição arbitrária da crença na absoluta inalterabilidade de suas determinações estruturais fundamentais.

Outro aspecto a ser analisado na sequência discursiva 27 é que não é qualquer educação que deverá ser transmitida para os “*menos favorecidos*”, mas uma educação “*básica*”. A terminologia “*básica*” tem uma rede de memória bastante significativa para a nossa análise: quando queremos atribuir a realização de uma satisfação mínima para algum fator, dzemo-la “*básica*”. Exemplificando: cesta básica, roupa básica, educação básica, educação fundamental... Desse modo, se a cesta básica é definida como os produtos mínimos necessários à sobrevivência de uma família *pobre/menos favorecida*, a roupa *básica* cumpre a função mínima de vestir-se para ocasiões discretas; a educação *básica/fundamental* exerce a função em relação ao conhecimento mínimo necessário para o *pobre* existir sustentavelmente.

Complementando:

(Sd28) É preciso considerar a necessidade de educar “tanto o coração quanto a razão” e que os assuntos em questão estão relacionados mais com a ética e a justiça social do que com as considerações baseadas no conhecimento científico. Para tanto, é importante nos direcionarmos para uma progressiva internalização de novos princípios dentro de nossa cultura educacional (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO, 1999, p.95).

Há um jogo de sentidos neste parágrafo que define a “qualidade” e o objetivo da educação sustentável para os *países/indivíduos pobres*. Segundo o trecho acima, é necessário *educar o coração e a razão*, pois a ética e a justiça social devem ser à base dessa ação. Contudo, já que a sustentabilidade é o resultado de valores éticos mais *igualitários, justos e respeitosos*, entende-se que a educação do *coração*, ou melhor, dos *sentimentos/valores/comportamentos* é superior e essencial na aplicação da sustentabilidade. Diferentemente, a *razão*, fruto do *conhecimento científico/estético/filosófico*, detém um valor de menor grandeza neste projeto. Assim, *educar o coração* com as qualidades de *respeito e amor* pela natureza poderá reverter o processo *não-sustentável*, que apenas a ciência, a pura razão da cientificidade moderna, não conseguiu. Torna-se claro neste momento o diálogo do discurso da sustentabilidade com a ciência da modernidade, no qual a última pregava o progresso científico/industrial como produtor de riqueza que colocou a humanidade na possibilidade da extinção. Do contrário, educar/desenvolver o coração/sentimento poderá garantir a continuidade sustentável da vida humana e do planeta. Seguindo na análise:

(Sd29) A Conferência Mundial sobre a educação para todos usou a expressão “educação fundamental” para se referir a todas as formas de educação e de capacitação organizadas que satisfaçam as necessidades básicas das pessoas, incluídas as de alfabetização e aritmética básica, assim como as de conhecimento gerais, atitudes, valores e comportamentos que necessitam para sobreviver, desenvolver sua capacidade, viver e trabalhar dignamente, melhorar seu nível de vida a partir do ponto de vista qualitativo, adotar decisões fundamentadas e seguir aprendendo (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO, 1999, p.47).

Educação “*fundamental*” é o limite permitido e defendido por tal projeto em relação aos pobres. Educação “*fundamental*” restringe o ensino ao processo de alfabetização, de domínio da aritmética básica e absorção de conhecimento/valores/comportamentos imprescindíveis para a sobrevivência dos *indivíduos pobres*. O ensino para a sustentabilidade deve desenvolver capacidades nos *pobres* para continuarem *pobres*, sem que interfiram e ameacem a ordem vigente. O conhecimento *mínimo, básico e fundamental*, instrumentalizado e medido pelo *coração*, e não pela *razão*, rebaixa a função da educação à internalização de um agir, de um pensar, de um ser e de um conviver voltado à manutenção do *status quo*. Devo, segundo o discurso da sustentabilidade, conhecer apenas e tão somente o necessário para sustentar-me neste mundo. De maneira pragmática, a utilidade do conhecimento é

limitada à resolução das questões mais imediatas na manutenção da existência; *sobreviver é o limite do conhecimento.*

A educação para a sustentabilidade é a

(Sd30) chave para estabelecer e reforçar o regime democrático, para um desenvolvimento, ao mesmo tempo, sustentável, humano, e para uma paz fundada no respeito mútuo e na justiça social. De fato, em um mundo em que a criatividade e o saber cumprem um papel cada vez mais importante, o direito à educação não é nada mais do que o direito de participar da vida do mundo moderno (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO, 1999, p.48).

Na sequência supracitada, é estabelecido que a educação para os *pobres* deve garantir e promover *a democracia, a sustentabilidade e a paz*. Com isso, o projeto de sustentabilidade produz um efeito ideológico de *circularidade/manutenção da pobreza* a níveis seguros em relação à *classe dominante*. Por fim, é a *criatividade*, ou melhor, a capacidade individual de criar e perceber as oportunidades presentes no seu cotidiano que fará com que cada um participe, ou não, do mundo moderno. O ideal de sustentabilidade neste momento aproxima-se do ideal da empregabilidade, pois a empregabilidade como também a sustentabilidade, deslocará os problemas sociais para o campo da individualidade burguesa, em que cada um, por si só, deve sustentar-se, ou melhor, autossustentar-se.

O projeto de sustentabilidade implantado pelos órgãos internacionais em análise propõe a necessidade de uma modificação na forma das relações entre os homens e o meio ambiente. Para esse propósito, a educação escolar deve priorizar a inculcação de valores nos indivíduos que propiciem essa transformação. Vejamos o recorte extraído do documento:

(Sd31) O elemento humano é agora amplamente reconhecido como a variante fundamental no desenvolvimento sustentável, tanto no que se refere ao desenvolvimento não-sustentável, quanto em termos de esperança para um desenvolvimento sustentável. As relações humanas fundamentadas no próprio interesse (ganância, inveja e ambição pelo poder, por exemplo) mantêm uma distribuição de riqueza injusta, que gera conflito e leva a menosprezar a disponibilidade futura dos recursos naturais. Ao contrário, as relações caracterizadas pela justiça, paz e negociação de interesses mútuos geram mais igualdade, respeito e compreensão (DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2005, p.42).

Na defesa de uma “nova” relação sociocultural para a sustentabilidade, a educação se configura num instrumento essencial para a formação desse “novo” ser. O fim do processo educativo na atualidade centra-se na transmissão de *valores da justiça*,

da paz e da negociação, com o objetivo, segundo a ONU, de inverter um progresso que, anterior ao projeto de sustentabilidade, priorizava interesses individualistas, e como efeito disso, teríamos a *má distribuição da riqueza*. Com isso, podemos refletir inicialmente que a produção de riqueza sob a regência do capitalismo não se configura no problema da insustentabilidade atual, mas na produção de riqueza sob a regência de *valores egoístas*. A insustentabilidade é fruto da *ganância, do poder, da inveja e ambição* entre os homens, e desses com a natureza; o que provoca a *não-sustentabilidade* são os *valores deturpados e desmedidos* dos indivíduos que tentam acumular sem preocupar-se com o futuro das gerações e do planeta. Seguindo essa lógica argumentativa, a educação se transforma no eixo central da mudança, pois com a práxis educativa é possível reverter esse processo. A educação, portanto, deverá desenvolver nos indivíduos:

(Sd32) Respeito pela dignidade e pelos direitos humanos de todos os povos em todo o mundo e compromisso com a justiça social e econômica para todos;

Respeito pelos direitos humanos das gerações futuras e o compromisso em relação à responsabilidade intergeracional;

Respeito e cuidado pela grande comunidade da vida em toda a sua diversidade, que inclui proteção e restauração dos ecossistemas da Terra;

Respeito pela diversidade cultural e o compromisso de criar local e globalmente uma cultura de tolerância, de não violência e de paz (DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2005 p.43).

Há, no enunciado acima citado, um sentido recorrente que é o de *respeito*. Deve-se, segundo o discurso da ONU, por intermédio da educação, formar indivíduos que respeitem *a dignidade, os direitos humanos, os povos, a justiça social e econômica, as futuras gerações, a comunidade da vida, a diversidade e o ecossistema*. Se realizarmos um gesto de leitura sobre este movimento de sentidos, poderemos primeiramente afirmar que a ausência de *respeito*, a falta da *obediência* em relação às normas sociais e humanas leva a um desacato dos indivíduos em relação aos *direitos* dos demais seres humanos e ao meio ambiente. A internalização do *respeito* por meio de valores sustentáveis produzirá uma *cultura de paz, não violência e tolerância*. Continuando a análise, observaremos que o *respeito* terá como efeito a construção da *paz, da tolerância e da não violência*. Os sentidos das palavras citadas nos provocam um questionamento. O que poderá ameaçar a tranquilidade, a ordem das coisas e provocar violência? Quem ou o que deve tornar-se inofensivo? A quem interessa a

formação de indivíduos passivos? Essa e outras questões nos incomodam em face dos sentidos remexidos por esses enunciados. O que fica claro é que os limites da lei, da ordem, da propriedade privada, dos direitos e deveres da cidadania e a democracia não podem ser desrespeitados pelos *pobres*, e tampouco ultrapassados dado que sem esse cumprimento, a “vida” e o “planeta”, segundo os órgãos internacionais, estarão em “perigo”. De acordo com Orlandi (2008, p.127):

Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o não-lá, com o não-mais-lá, com o jamais lá da percepção imediata. Na língua “se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como incontornável tendência em representar as origens e os fins últimos, o que está além, o para lá e o invisível” (M. Pêcheux, 1980, p.54).

Indo além do sentido imediato, rastreando o espaço de significação do silêncio, percebemos os sentidos que se quer/precisa silenciar no discurso da sustentabilidade. Vivemos numa época em que a insustentabilidade não se resume à destruição do meioambiente, mas também, e principalmente, da vida humana. O desemprego³⁹, a pobreza, o processo de favelização mundializada, as drogas, a fome⁴⁰, o crime e demais problemas sociais se amplificam por todos os lugares do mundo.

Necessário explicar que o crime maior e fundamental, presente e constitutivo do sistema do capital, é silenciado pela própria necessidade reprodutiva do sistema. Explicando, a propriedade privada é fruto do roubo da expropriação do sobre trabalho do trabalhador explorado. O processo de constituição do trabalhador “livre e assalariado” do capitalismo ocorreu na sua forma de acumulação primitiva de modo violento, como o fruto da usurpação das terras dos servos e dos camponeses pelos grandes proprietários.

³⁹ Genebra, 28 jan (EFE).- A crise econômica mundial poderia deixar mais de 50 milhões de pessoas desempregadas em 2009, o que levaria a um total de 230 milhões, alertou hoje a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Este é o pior cenário que prevê a OIT em seu relatório "Tendências Mundiais do Emprego", apresentado hoje em Genebra, no qual indica que o índice de desemprego no mundo poderia ficar em 7,1%, o que provocaria um aumento de 50 milhões de desempregados. (<http://noticias.uol.com.br> – acesso em: 23 de novembro de 2009).

⁴⁰ Segundo estimativas das Nações Unidas e de organizações de ajuda humanitária, o mundo está diante da ameaça de o século 21 tornar-se o século da fome. Principalmente os efeitos da crise econômica mundial teriam contribuído para o agravamento do problema, adverte o relatório de 2009 sobre a fome no mundo, divulgado nesta quarta-feira (14/10) em Roma pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Segundo o relatório, a quantidade de famintos em todo o planeta aumentou para 1,02 bilhão de pessoas. Este é o maior número desde 1970, informou a FAO. Em termos estatísticos, uma em cada seis pessoas no planeta não dispõe de alimentação suficiente. Em relação ao ano passado, aumentou em 100 milhões o número de pessoas que não têm o suficiente para comer. A maioria dos subnutridos e famintos vivem em países em desenvolvimento, explicou o relatório (<http://www.dw-world.de/dw/article> - acesso em 23 de novembro de 2009).

Pinassi (2009) explica que a partir da década de 70 do século passado, com a crise estrutural do capital, a criminalidade generaliza-se, adotando a racionalidade do capital, mais adequada à ampliação das oportunidades que lhe foram abertas pela dinâmica imperialista. Outro ponto importante a ser esclarecido por nós, a partir da mesma autora e obra, é que há uma pequena parcela da criminalidade que dirige e domina suas operações criminosas de forma mundializada, contudo, estes são invisíveis aos olhos da Justiça; no entanto, uma maioria vive na bandidagem, reproduzindo sua existência: são *pobres, analfabetos, subnutridos*, aplacam a fome com cola ou *crack*, apanham, empunham armas desde cedo, e o único meio de afirmação da sua existência e da sua reduzida auto-estima é a violência e a bandidagem. A violência é a mediação mais familiar que os liga à vida, e no seu mundo não há lugar para a fantasia, para o *glamour*, nem para o romance; toda perspectiva é imediata, sem rodeios, inclusive a necessidade de recorrer ao crime.

As tensões sociais provocadas pelo processo destrutivo e desigual da produção e reprodução desumana do capital encontram-se, neste momento de crise estrutural e do desemprego crônico, num grau elevadíssimo, e as antigas saídas utilizadas pelo capital no intuito de deslocar os conflitos sociais tornam-se, neste momento, impossíveis de ser operadas⁴¹. O sistema econômico do capital, dada a sua própria lógica lucrativa, funciona produzindo riqueza por meio da exploração. Dessa maneira, *riqueza e pobreza* caminham de modo necessário e natural nas relações produtivas deste sistema. Acúmulo e enriquecimento são produzidos ao preço da desumanidade e da *pobreza* de muitos, essa é a lógica. No momento em que o sistema opera em crise, e mesmo numa melhora econômica cada vez mais curta temporalmente, o sistema capitalista não consegue, devido a sua própria lógica, resolver os conflitos sociais produzidos no seu caminho reprodutivo. Ao contrário disso, as desigualdades sociais e econômicas se acumulam e se concentram em todo o mundo, necessitando para sua reprodução social de um controle ideológico cada vez mais refinado. O projeto da sustentabilidade é, no limite, a essencialidade de sua razão de ser e de existir, uma nova força ideológica e política redefinidora e adequadora dos trabalhadores empregados, desempregados e marginalizados à lógica reprodutiva de um sistema em decadência.

⁴¹ No segundo capítulo, no qual abordamos a crise estrutural do capital, exemplificamos as antigas saídas utilizadas pelo sistema nas crises cíclicas e demonstramos a impossibilidade de o mesmo sistema utilizar-se dos mesmos recursos a fim de deslocar os reflexos a sua dinâmica expansiva e acumulativa do processo econômico capitalista.

A contínua repetição do enunciado *respeito* em busca da *tolerância, paz e não violência* é direcionada aos que ameaçam a *ordem, a aplicabilidade do projeto de sustentabilidade, a permanência e continuidade da subordinação dos países/indivíduos pobres em relação aos países/indivíduos ricos, da dominação da classe dominante em relação à dominada*. Pois,

incapaz de controlar as contradições cada vez mais agudas do seu sistema de funcionamento sociometabólico, o capital atinge, enfim, os limites dos seus defeitos mais estruturais, fato que dá origem a uma crise de proporções jamais vistas antes e, o que é mais grave, insolventes no interior dessa (des)ordem social.

Prova disso é que diante da impotência das políticas que até então garantiam a reprodução ampliada do capital, bem como a imperativa necessidade de manter a sua marcha incansável, o cenário vem apontando, pelo menos desde a década de 1970, para mudanças que parecem ativar o seu expansivo potencial de destruição (e só destruição), uma desmistificação da noção shumpeteriana de que o capitalismo é um sistema que funciona mediante a destruição produtiva. Os efeitos mais nefastos das medidas tomadas serão sentidos principalmente pelos trabalhadores, progressivamente golpeados em seus mais elementares direitos conquistados através de duros enfrentamentos sindicais e políticos. A degradação se completa com o desemprego estrutural e a precarização sem limites do trabalho, condições necessárias ao novo padrão de acumulação exigido (PINASSI, 2009, p.91).

Diante de tal situação econômica e social, a educação se configura num importante instrumento de amenização e cooptação dos indivíduos para a reprodução desse sistema em crise. O processo educativo tem como essencialidade o poder e função de tornar os indivíduos aptos a reagir de modo adequado a cada situação social e histórica de sua época. A educação forma o tipo de homem necessário a cada momento histórico, o que se deve aprender, e não ser definido pelo indivíduo, ou seja, a autoconstrução de cada indivíduo numa sociedade de classe é determinada de modo mediato, contraditório, e em conflito, pela forma das relações econômicas e sociais que estruturam a totalidade social. Tonet (2005, p.215) elucida tal movimento:

A autoconstrução do indivíduo como membro do gênero humano é um processo subordinado à reprodução mais ampla da totalidade social. Vale dizer, o processo de autoconstrução do indivíduo como indivíduo humano, bem como as suas reações diante de novos problemas e acontecimentos, novas e imprevisíveis situações, não terá como pólo norteador o próprio indivíduo nem aqueles que atuam diretamente na dimensão educativa, mas a concreta totalidade social, cuja matriz é a economia.

Necessário esclarecer que a determinação ontológica da economia não se dá de modo mecânico e absoluto; há nas outras esferas sociais, e no caso específico da educação, uma autonomia relativa quanto à esfera da economia, e a liberdade de escolha

diante das alternativas abertas pela objetividade possibilita ao educador atuar de modo a contribuir na conservação ou no impulso para a mudança social⁴².

O modelo de educação atual corresponde ao tipo de homem hegemonicamente necessário ao sistema do capital em crise. A necessidade de um indivíduo que torne sustentável sua vida diante das tensões sociais e econômicas de nossa época, sem que essas tensões se tornem uma ameaça ao sistema, converte-se numa das finalidades essenciais da educação para a sustentabilidade. Desse modo, a formação do indivíduo deve ser centrada na introspecção de valores sustentáveis do *respeito*, em vez da transmissão de conteúdos científicos.

(Sd33) É preciso considerar a necessidade de educar “tanto o coração quanto a razão” e que os assuntos em questão estão relacionados mais com a ética e a justiça social do que com as considerações baseadas no conhecimento científico. Para tanto, é importante nos direcionarmos para uma progressiva internalização de novos princípios dentro de nossa cultura educacional (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO – Brasília: Ed.IBAMA, 1999, p.95).

O “*coração*”, que no caso em análise significa os valores da *justiça e do respeito*, se apresenta como o objetivo maior da atividade educativa da sustentabilidade; a aquisição dos saberes científicos pelo contrário, não é prioridade nessa formação. De acordo com o projeto da ONU, a ciência, o conhecimento, trouxe o progresso destrutivo e poluidor, e a aquisição de valores dos bons sentimentos e comportamentos trará a construção de um mundo “mais humano”. A natureza essencial da atividade educativa se resume, conforme Tonet (2005, p.222), nos seguintes termos:

Propiciar ao indivíduo a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, etc., que se constituem em patrimônio acumulado e decantado ao longo da História da humanidade. Nesse sentido, contribui para que o indivíduo se construa como membro do gênero humano e se torne apto a reagir diante do novo de um modo que seja favorável à reprodução do ser social na forma em que ele se apresenta num determinado momento histórico.

A atividade educativa se constitui, desse modo, numa mediação entre a produção do conhecimento acumulado historicamente pelo gênero humano e a individualidade carente dessa universalidade. Contudo, o processo de transmissão desse cabedal cultural do gênero humano universalmente produzido é repassado/transferido

⁴² Lembrando Tonet (2005), em uma sociedade de classes o interesse das classes dominantes será sempre o polo norteador da estruturação da educação de modo sistemático e hegemônico. A proposta de uma educação radicalmente contrária à ordem do capital, ou seja, emancipadora, só poderá ser explicitada em seus elementos gerais, sendo apenas efetivamente uma realidade educativa sistematizada e hegemônica num outro modo de produção.

por meio de uma relação social e histórica, ou seja, o modo como se relacionam os indivíduos com a totalidade social permitirá o maior ou menor enriquecimento cultural desse ser social. Dessa maneira, as determinações econômicas, políticas e ideológicas de uma sociedade de classe refletirão na seleção dos conteúdos que devem ser aprendidos, nos valores que precisam ser assimilados, e no objetivo da atividade educativa⁴³. A qualidade das relações sociais suscitadas na produção de suas vidas pelo trabalho refletirá na reprodução de um tipo de sociedade e de homem. O ser social é constituído ativamente, portanto, o modo como os homens produzem e reproduzem sua existência refletirá no modo e na formação escolar de cada momento histórico. Na sociedade desigual do capital, as relações entre os indivíduos e o gênero humano são perpassadas pelos interesses antagônicos de classe, e o acesso aos bens espirituais e materiais sofre um rebaixamento por meio dessa relação alienante.

Há na atualidade, no projeto de sustentabilidade, um duplo rebaixamento da função educativa. Primeiro, o conhecimento é subsumido à transmissão de valores da *justiça, do respeito e da paz*, relegando a transmissão da cultura decantada pela humanidade aos indivíduos *pobres*. Ou seja, deve-se formar um indivíduo *passivo*, que *respeite a realidade caótica ao seu redor*, adaptando-se e criando saídas para a sua *sobrevivência* cotidiana, sem que se coloque em risco a ordem estabelecida do capital. O segundo ponto reforça a desqualificação e o rebaixamento do nível de educação defendido por este projeto, pois o que se deve aprender são conhecimentos *básicos*, focalizados apenas e tão somente na sobrevivência dos *indivíduos* como *pobres*. Assim, nesse processo educativo, *o pobre* aprende/reforça e reproduz sua *pobreza* material e espiritual, e o mais importante, *conserva* a relação de produção que produz a *pobreza e a exploração*.

Sobre o primeiro aspecto da educação como transmissão de valores do *respeito*, Mézáros (2007, p.300) assevera que:

A agenda do respeito consiste na ilusória projeção de resolver a crise de valores cada vez mais aprofundada – manifesta na forma de crescente criminalidade e delinquência, ao lado da alienação cada vez pior do jovem em relação à sua sociedade – por um apelo direto e retórico à consciência dos indivíduos, postulando, em vão, o adequado “respeito” pelos valores da cidadania democrática. E quando toda essa pregação vazia fracassa, como

⁴³ Importante frisar que essa hegemonia da educação dominante não será realizada sem conflito, sem falhas, nem possibilidades de sua superação radical por meio de outra ordem social.

tem de fracassar, uma vez que evita, como uma praga, as causas sociais dos sintomas negativos denunciados, as personificações políticas do alto escalão do capital, inclusive o mais alto deles, começam a falar de como podem identificar a futura criminalidade delinqüência já no “útero da mãe”, indicando as medidas legislativas estatais autoritárias necessárias para lidar com a futura criminalidade potencial no estágio mais inicial possível. Essa linha de abordagem não é mais racional ou menos autoritária do que a defesa do Estado capitalista de adotar implacavelmente a luta ideológica com o intuito de vencer a já mencionada “guerra contra o terror”. Ao mesmo tempo, o que se exclui absolutamente é a possibilidade de mudar as determinações estruturais da ordem social estabelecida que produzem e reproduzem os efeitos e consequências destrutivos. Cumprir negar de maneira categórica que possa haver alguma coisa seriamente errada com a sociedade tal como existe. Apenas os indivíduos tendenciosamente selecionados para serem repreendidos podem precisar de uma ação reparadora. E espera-se que essa ação corretiva seja proporcionada por um grupo privilegiado de indivíduos autodesignados – as personificações e os guardiões complacentes da ordem política e socioeconômica do capital – que alegam conhecer tudo melhor *ex officio*.

O rebaixamento da razão/conhecimento aos limites da manutenção da ordem do capital em crise revela o poder e a função que a educação cumpre neste projeto em relação aos *pobres e explorados*. Os indivíduos tomados como seres isolados/mônadas desprovidos de sua porção concreta/sócio-histórica/genérica, a qual o constitui como ser social, podem ser realinhados aos *valores e conhecimentos do respeito* ao sistema vigente. As personificações do capital, materializadas e representadas por este discurso político da sustentabilidade dos órgãos internacionais, devem guardar e assegurar a continuidade da desigualdade, pois sem ela não há produção de riqueza, de mercadoria, enfim, de capital. Rebaixar para submeter configura-se num dos pilares dessa proposta educadora.

Importante observar que a necessidade do *respeito*, de ser *democrático* e *pacífico* não se limita apenas à submissão dos *pobres/classe dominante* para a manutenção do *status quo*. Corresponde também à manutenção de um poder político “harmônico” entre os países capitalistas. Os Estados Unidos, desde o pós-Segunda Guerra Mundial, assumiram o papel de “Estado político do capitalismo global”, dado seu poder econômico, e na mesma medida, de sua força militar. Em nome de uma falsa retórica da luta pela “democracia” entre os povos, o poder político dos Estados Unidos vem há anos utilizando-se da força destrutiva de suas armas para impor a outros povos e países suas necessidades imperialistas. Conforme Mészáros (2007, p.100):

O pluralismo no mundo do capital nada significa senão a *pluralidade de capitais* que não admite nenhuma consideração de igualdade. Pelo contrário, ele sempre se caracterizou pela mais pífida ordem de hierarquias estruturais e relações de forças correspondentes, que sempre favorecem o mais forte no seu impulso para engolir o mais fraco. Assim, dada a inexorabilidade da

lógica do capital, era apenas uma questão de tempo até que o dinamismo do sistema atingisse, também no nível das relações entre Estados, o estágio em que uma única potência hegemônica submetesse todas as menos poderosas, independentemente do tamanho, e afirmasse seu direito exclusivo – em última análise insustentável e extremamente perigoso para o conjunto da humanidade – de ser o Estado do sistema do capital por excelência.

Por mais internacional que seja, o capitalismo (e os capitalistas com suas empresas transnacionais de hoje) não rompe com os interesses conflitantes, restritos ao enriquecimento particular de cada empresa/grupo/conglomerado individualizado. Portanto, os capitalistas se chocam entre si pela concorrência que leva ao monopólio. Os Estados nacionais não podem representar por sua própria natureza de poder político, limitado às necessidades das classes dominantes de cada país, um poder político de interesses globais, mundiais e igualitários. Sendo assim, as tensões sociais não se limitam às esferas individuais em competição na luta por sobreviver, mas também, e num volume e risco maior, resultam na “guerra” entre as diversas empresas transnacionais gigantescas em fazer crescer, expandir e manter seus lucros, com a ajuda e o apoio dos seus Estados nacionais em conflito.

Hoje, a competição entre grupos de empresas gigantescas e seus governos tem um importante elemento limitante: o enorme poder dos Estados Unidos, que tendem perigosamente a assumir o papel do Estado do sistema do capital em si, submetendo, por todos os meios ao seu alcance, todas as potências rivais (MÉSZÁROS, 2007, p.98).

O discurso do *respeito, da paz, da justiça* entre os povos não revela, em sua superfície, os conflitos e riscos crescentes entre os interesses antagônicos dos diversos capitalistas, com seus limitados poderes políticos nacionais. Desse modo, o discurso dos valores sobre o *respeito* silencia também o poder político dos Estados Unidos restrito aos seus interesses localizados, como se fossem os interesses da globalidade do sistema do capital. No entanto, os conflitos se aguçam mais ainda na crise do sistema, e por isso, abre-se como possibilidade histórica a fragilidade cada vez maior de os Estados Unidos manterem este domínio com a “concordância” de muitos dos países avançados ou em desenvolvimento.

3.5. A (in)sustentabilidade do controle do capital no discurso da sustentabilidade

O projeto para o desenvolvimento sustentável elaborado pela ONU/Banco Mundial e UNESCO coloca-se como um plano global para a humanidade, pois diz ter como meta a mudança cultural de cada indivíduo através da internalização de valores

sustentáveis. Contudo, seus defensores enunciam que seus princípios de respeito e manutenção da vida e da natureza apenas poderão ter sentido e praticidade caso sua abrangência se torne globalizada. Dizem os documentos em análise:

(Sd34) O sistema das Nações Unidas reconhece, cada vez mais, que é na esfera nacional que as medidas de apoio ao desenvolvimento sustentável são mais eficazes. O sistema das Nações Unidas também reconhece que, para ser eficaz nesse tipo de ação, é preciso trabalhar em equipe e não como um conjunto de organizações ou de entidades individuais, e em estreita cooperação com parceiros nacionais. (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO – Brasília: Ed.IBAMA, 1999, p.79)

Há, no enunciado acima, um jogo de efeito de sentidos que coloca em movimento um processo de identificação ideológica dos países e indivíduos em relação ao projeto de sustentabilidade da ONU, Banco Mundial e UNESCO. Conforme a sequência discursiva citada, *para ser eficaz nesse tipo de ação, é preciso trabalhar em equipe, em estreita cooperação e com parceria nacional*. Dessa maneira, segundo o discurso da sustentabilidade, seu projeto apenas terá êxito com a existência do *trabalho em equipe, da cooperação e da parceria* entre as nações. Inicialmente percebemos que o primeiro efeito de sentido suscitado por esse corpo discursivo é o de nos levar a crer que o projeto da sustentabilidade representa a vontade, o desejo e os anseios de toda a humanidade. Pêcheux (1990, p.10) nos alerta que numa sociedade de classes, ou melhor dizendo, numa sociedade capitalista, a linguagem se configura num

espaço da artimanha, e da linguagem dupla, linguagem de classe secreta onde o bom entendedor encontra sempre sua salvação, a língua da ideologia jurídica permite conduzir a luta de classes sob a aparência da paz social.

E na mesma obra, Pêcheux (1990, p.12) acrescenta: “a burguesia dissimula seu poder ditatorial por detrás das aparências democráticas, jogando com as palavras, e quando necessário, conspira a portas fechadas”. Dito isso, podemos afirmar que o discurso da sustentabilidade simula na igualdade uma desigualdade de poderes políticos e econômicos em jogo no processo de elaboração desse plano global⁴⁴. Netto (2007, p.225) elucida tal questão ao afirmar que:

A política conduzida por essas “elites orgânicas”, notadamente a partir dos anos setenta do último século, passou a operar-se também através de

⁴⁴ Segundo Costa (2008, p.198), “O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), mais conhecido como Banco Mundial, e as Organização Mundial do Comércio (OMC) possuem na estratégia da macro-organização do capital. Estas três entidades têm se comportado, desde sua fundação, como operadores institucionais dos interesses do capital, em particular dos estadunidenses, no plano internacional.”

instituições, agências e entidades de caráter supranacional – como o *Fundo Monetário Internacional*, *Banco Mundial*, e organismos vinculados à *Organização das Nações Unidas*. Assim, além dos seus dispositivos próprios, o grande capital vem instrumentalizando diretamente a ação desses órgãos para implementar as estratégias que lhe são adequadas. O poder de pressão dessas instituições sobre os Estados capitalistas mais débeis é enorme e lhes permite impor desde a orientação macroeconômica, frequentemente direcionada aos chamados “ajustes estruturais”, até providências e medidas de menor abrangência.

O projeto de sustentabilidade, como já pudemos perceber nas análises anteriores, reforça o poder do capital *avançado* sobre os países *pobres e em desenvolvimento*, e dos *ricos* em relação aos *pobres* em todo o planeta. Sendo assim, seu plano global representa a vontade e interesse de poucos *ricos* sobre a continuidade e sustentabilidade de um sistema social que se produz e reproduz na desigualdade.

Complexificando um pouco mais a análise, ao não se dirigir especificamente o enunciado para os países *pobres* e indivíduos *pobres* do planeta, deixa-se também uma outra e complementar interpretação possível de ser exposta, e com isso, torna esse discurso o mais abrangente possível. Desse modo, a *parceria* e o *trabalho em equipe* para o funcionamento desse modelo desenvolvimentista sustentável reclamam/evocam a participação dos *ricos/classe dominante*, *de alguns líderes políticos de países ricos*, *em desenvolvimento e pobres*, que por algum motivo/razão/opinião discordem/conflitem com tal projeto. O chamamento sem um sujeito identificado, explicitamente conhecido, possibilita nesse discurso alcançar/dialogar com “todos”. Sabemos que não há identificação totalmente realizada numa luta ideológica de classes, mas o sentido da sustentabilidade tenta evocar/tornar possível um sentido de unidade na desigualdade de classes.

Complementando o movimento discursivo em análise, exporemos um outro enunciado que possibilita outras indagações sobre o mesmo aspecto: de acordo com os órgãos internacionais aqui explicitados, devemos “*pensar globalmente e atuar localmente*” (Idem, 1999, p.79).

Como analisado anteriormente, vimos que o *pensar/elaborar/decidir* sobre o projeto de sustentabilidade coube aos países que dominam e determinam com seus poderes econômicos e políticos os projetos da ONU para os países *ricos e pobres*. Nesse sentido, cabe aos *ricos* pensar o caminho da “humanidade”, e aos *pobres* atuar/agir *localmente*. O poder de decisão dos ricos se torna abrangente/mundializado; a visão dos *pobres (países e indivíduos)* restringe-se ao espaço de sua convivência.

Podemos também inferir que *pensar e atuar*, encontrando-se no tempo verbal infinitivo, ou seja, numa forma em que é indeterminado o tempo para a conclusão de tal projeto, mobilizam efeitos de sentido que eternizam tal proposta. A proposta da sustentabilidade está em constante construção, e ao não ter fim, não poderá em nenhum momento histórico ser acusada de ultrapassada e ineficaz, pois segundo tal discurso o caminho é infinito. A humanidade em risco constante torna-se refém desse projeto, pois ou aplica tal plano ou será exterminada a vida no planeta Terra.

Podemos visualizar tal questão na citação abaixo:

(Sd35) A necessidade de melhorar o mundo, sem dúvida, não é algo novo. O que é novo é o risco de irreversibilidade, e tudo o que isso implica para o futuro da sociedade tal como a concebemos atualmente. O conceito de “ética do tempo” é o imperativo moral de atuar antes de chegar a uma situação irreversível (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO – Brasília: Ed.IBAMA, 1999, p.68).

A condição de nos tornarmos insustentáveis de forma *irreversível*, segundo tal discurso nos impõe discursivamente uma única saída: *pensar e atuar* no sentido da sustentabilidade defendida por esses órgãos internacionais. O sentido da *irreversibilidade* produz um efeito nos indivíduos de *insegurança/instabilidade/fim do mundo*, e com isso apaga/silencia as diferenças de classes, de opiniões, de projetos, já que, dada a *urgência*, não podemos *perder tempo* com problemas “menores”, pois o maior e único problema é o risco de o mundo ser destruído, e a saída é o projeto da ONU/Banco Mundial e UNESCO. A *ética do tempo* para o discurso da sustentabilidade aqui expresso se apresenta como um mundo *sem tempo/com pouco tempo* uma humanidade e indivíduos que podem e devem atuar/agir restritos *ao aqui e agora/ao presente/ao espaço restrito do cotidiano*. A sustentabilidade rebaixa o horizonte da humanidade a uma vida *sem futuro*, ou melhor, a uma vida com um curto espaço de tempo e de extensão, na qual o *presente* é onde podemos atuar, o *passado* desenvolveu destruindo, e o *futuro* é ameaçador/arriscado/perigoso. Sem passado e sem futuro, o presente nos domina; viver sob a ameaça se transformou no modo de vida atual – agarrarmo-nos ao bote-salva vidas do ideal de sustentabilidade do discurso em análise, pois como o caso é de *vida ou morte = sustentabilidade/ou morte*, optamos pela *sustentabilidade*.

Nestas circunstâncias, nenhuma previsão de longo prazo é possível. Pior do que isso, a situação é tão imediatamente desesperadora que não há espaço, nem tempo, para se pensar senão o instante presente: como sobreviver ao próximo vagalhão é tudo o que se pode e deve considerar. Sem que se sobreviva à próxima onda, qual o sentido de se pensar nas outras ondas que

virão? Considerar o futuro é mais do que uma futilidade, é uma ameaça, pois desvia a atenção do perigo imediato. Nessas circunstâncias desesperadas, o nosso herói termina adquirindo um certo tom Keynesiano, age como se “no longo prazo estivéssemos todos mortos” (LESSA, 2007, p.326).

Prosseguindo em nossa análise, exporemos outro fragmento que escancara a concepção do homem, e conseqüentemente, da história contida nesse discurso, permitindo-nos ampliar a discussão acima realizada.

(Sd36) Não devemos poupar esforços para libertar toda a humanidade, acima de tudo os nossos filhos e netos, da ameaça de viver num planeta irremediavelmente destruído pelas atividades do homem e cujos recursos não serão suficientes já para satisfazer as suas necessidades (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO – Brasília: Ed.IBAMA, 1999, p.10).

A sustentabilidade do planeta é resultado, segundo tal proposição, de uma luta contra o ímpeto destrutivo da atividade humana em relação à natureza. Há, nesse sentido, a concepção de uma natureza humana voltada para um desejo egoísta e acumulativo, que a tudo quer possuir. O desejo do ter em demasia causa a destruição do planeta. Com isso, a guerra do homem contra o homem deverá ser enfrentada com a arma da ética, de valores com os quais possa ser restituída a liberação desse mal que persegue a cada indivíduo e danifica a vida no planeta.

O discurso da sustentabilidade, ao naturalizar a atividade humana à forma histórica do trabalho abstrato do capital, eterniza a produção de mercadoria como a única maneira de relação entre o homem e a natureza. A destruição, fruto de uma forma de trabalho particular do capitalismo, se transforma em modo natural de o homem relacionar-se com a natureza. Este sentido de atividade humana desloca a problemática da destruição da natureza do modo de produção capitalista para o campo dos valores individuais. É no indivíduo egoísta que se encontra o problema, e não nas relações de produção do capital. Por meio desse deslocamento de sentido, o discurso da sustentabilidade induz/conduz as práticas sociais cotidianas às mais tresloucadas saídas individualizadas, que por sua natureza singular não provocam/ou pouco provocam alteração na destruição da natureza operada pela totalidade da produção do capital.

Na verdade, percebemos que de acordo com o discurso em questão, o problema é *viver num planeta irremediavelmente destruído pelas atividades do homem e cujos recursos não serão suficientes já para satisfazer as suas necessidades*. Com isso, conforme o enunciado, o problema não é a destruição da natureza, pois essa *destruição* fruto da *atividade do homem* se configura numa questão *irremediável*, ou seja, *sem*

cura/sem remédio/sem solução. Se a *destruição* conforme tal discurso é *irremediável*, a garantia dos *recursos naturais* é possível. A sustentabilidade se conjuga, portanto, num projeto imperialista no qual a satisfação do consumo dos bens naturais para a produção capitalista deve/tem de ser mantida. Segundo Mészáros (2003, p.53):

Entramos na fase mais perigosa do imperialismo em toda a história; pois o que está em jogo hoje não é o controle de uma região particular do planeta, não importando o seu tamanho, nem a sua condição desfavorável, por continuar tolerando as ações independentes de alguns adversários, mas o controle de sua totalidade por uma superpotência econômica e militar hegemônica, com todos os meios – incluindo os mais extremamente autoritários e violentos meios militares – à sua disposição. É essa a racionalidade última exigida pelo capital globalmente desenvolvido, na tentativa vã de assumir o controle de seus antagonismos inconciliáveis. A questão é que tal racionalidade – que se pode escrever sem aspas, pois ela corresponde genuinamente à lógica do capital no atual estágio histórico de desenvolvimento global.

A democracia burguesa se reveste de seu “novo” manto autoritário, conservador e produtor de desigualdade. O discurso da sustentabilidade nos moldes aqui descritos simula um governo *global* sob o imperativo de interesses particulares, de países, de classes dominantes em conflito, mas que precisa, a cada dia, encaminhar todos os *pobres/classe dominada/indivíduos violentos/insatisfeitos/revoltados/aborrecidos* a serem *guardados/protegidos/cuidados* por esse novo projeto da sustentabilidade. Recorrendo a Pêcheux (1990, p.13): “Face a seu adversário mortal, a burguesia põe certamente tudo na fogueira, mas não utiliza nunca qualquer coisa: ela aprendeu a tocar os pontos sensíveis... Hoje como nunca, o golpe continua certo”.

3.6. A (im)possibilidade do convencimento totalizante dos *pobres e dos capitalistas* à ordem do capital imperialista dos Estados Unidos: sentidos outros ameaçam o estabilizado

Entendemos que todo enunciado ecoa vozes da permanência, da conservação, da ressignificação, como também da ruptura. Dessa forma, a insustentabilidade da economia capitalista nos impõe, como seres sociais que somos, respostas aos conflitos e fardos históricos de nossa época. Assim, “as forças materiais e sociais geram situações revolucionárias, que só se efetivam em revoluções pela intervenção do fator subjetivo, que jamais perde seu caráter alternativo, ou seja, se trata de uma decisão humana.” (VAISMAN, 1989, p.428).

Segundo Pêcheux, não há dominação sem resistência. Assim, no mesmo discurso da sustentabilidade dos órgãos internacionais do capital, percebemos a necessidade de um controle por parte do projeto que apazigúe os “ânimos” dos “violentos”. Vejamos as citações abaixo do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2005 das Nações Unidas.

(Sd37)

- No nosso mundo interligado, um futuro construído sobre as bases de pobreza maciça no meio da abundância é economicamente ineficiente, politicamente insustentável e moralmente indefensável (p.37).
- Nalguns casos, profundas desigualdades horizontais entre regiões e grupos são um catalisador de violência (p.38);
- As pessoas pobres do Mundo devem ser ajudadas, senão elas ficarão zangadas. (C. Caufield, *Masters of illusion: the World Bank and the poverty of nations*, Nova York, Henry Holt, 1996, p. 64).

O projeto da sustentabilidade revela que um futuro construído sob as bases da *pobreza*, em que de um lado se produz (interligadamente) uma maciça *pobreza/miséria*, e do outro, *abundância/riqueza*, torna-se *economicamente ineficiente, politicamente insustentável e moralmente indefensável*. O discurso em questão reconhece que a *riqueza* é produzida ao custo da geração da *pobreza*. Interessante observar que não há como separar/negar/esconder tal questão, pois isso está ligado/relacionado entre as partes. *Riqueza e Pobreza*, segundo o discurso em análise, compõem o modo natural de se produzir. O problema para a aplicação e sucesso da sustentabilidade, segundo os órgãos internacionais, é como, diante desse fato, pode-se *economicamente ser eficaz, politicamente ser sustentável e moralmente ser defensável*.

A resposta encontra-se nas outras sequências discursivas citadas, pois, se a produção de *riqueza* gera *pobreza*, e conseqüentemente, produz nos *pobres* *violência/raiva/resistência/zanga*, necessita-se então, urgentemente, *controlar/amenizar/adequar* essas tensões aos valores necessários e imprescindíveis para a *manutenção/conservação* da ordem. No entanto, se há por parte dos órgãos internacionais o reconhecimento de que é preciso “*ajudar os pobres do mundo*” senão ficarão “*zangados*”, é sinal de que há resistência, de que há a quem temer. O convencimento do capital sobre os *explorados/dominados/pobres* não é homogêneo, sem conflitos e sem resistência.

Entendemos, como nos dizia Marx, que as ideias dominantes de uma época são as da classe dominante, mas, do mesmo modo, recorrendo a Pêcheux (1983, p.56-57), acreditamos que “não há identificação plenamente bem-sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade”.

No discurso em análise surge como oposto à riqueza a pobreza; faz-se necessário, portanto, definir melhor essa questão. Os ricos no capitalismo são os proprietários dos meios de produção, são as personificações do capital que vive da exploração da força de trabalho, do trabalhador que gera num processo sempre crescente mais valor/riqueza para os ricos. O enunciado *rico* que aparece no discurso é um outro nome para designar a velha relação social do capitalismo, que produz riqueza por meio de uma relação de exploração da classe trabalhadora pelos ricos, ou melhor, pela classe que domina os meios econômicos/políticos e ideológicos dessa exploração: a classe dominante.

Do mesmo modo, está contida na designação *pobre* a classe que não consegue/não pode e é impedida, no processo de produção de riqueza, de concentrar riqueza em suas mãos. A classe trabalhadora torna-se *pobre* quanto mais riqueza produz, pois sua atividade criadora se reduz a mero meio produtor de mercadoria para os ricos. As designações *rico* e *pobre* silenciam as lutas de classes, e principalmente, a radical historicidade do sistema do capital. Os termos *rico* e *pobre* fazem desaparecer discursivamente neste projeto a relação social capitalista que produz riqueza, e conseqüentemente, a figura do rico, como resultado/resultante da exploração da classe trabalhadora pela classe capitalista. No discurso em questão, ricos são os indivíduos que têm riqueza, pobres são os indivíduos sem riqueza. Como afirma Dias (2006, p.199), “a tentativa é de construir uma classe trabalhadora *do* capital e não apenas *para* o capital”. No entanto, desvelando tal silêncio, rico se configura na classe dominante, e o pobre na classe trabalhadora empregada/desempregada/precarizada/subempregada do nosso tempo. O silêncio naturaliza (discursivamente) a desigualdade entre *ricos* e *pobres*; o desvelamento desse silêncio recupera (discursivamente) e expõe a natureza social, histórica e econômica da construção dessa desigualdade que é feita/produzida não no discurso, mas na realidade concreta das relações de produção. Do mesmo modo, a transformação dessa desigualdade não será efetivamente realizada na esfera do discurso⁴⁵, mas na transformação radical das relações econômicas de produção.

Dito isso, resta-nos indagar qual desses sujeitos trabalhadores/desempregados zangados/revoltados poderá, devido a sua natureza de classe explorada, ser o sujeito fundamental que irá capitanear uma revolução na edificação de uma ordem econômica

⁴⁵ A esfera do discurso poderá contribuir no convencimento/direcionamento das práticas sociais dos indivíduos/classes sociais, incidindo sobre as consciências destes a tomarem esta ou aquela decisão, dentre as alternativas possíveis abertas pela objetividade historicamente determinada.

efetivamente sustentável. Lessa (2007, p.181) define essa problemática embasando-se no e resgatando o campo teórico de Marx:

O proletariado é a classe revolucionária por excelência: é a única classe que vive do “conteúdo material da riqueza” produzida pelo seu trabalho. Suas condições de vida e trabalho não decorrem, nem direta nem indiretamente, da exploração de uma outra classe social. Diferente de todas as outras classes sociais, o proletariado nada tem a perder com a extinção da propriedade privada. É a única que tem tudo a ganhar com a superação da exploração do homem pelo homem.

Sumariamente: o proletariado, por ser única classe rigorosamente não-parasitária da sociedade capitalista, é “a classe cuja missão histórica é a derrubada do modo de produção capitalista e a abolição final das classes”.

Pergunta-se: quem na diversidade/complexidade da classe trabalhadora dos dias atuais se constitui na figura do proletariado? Recorrerei outra vez ao mesmo autor, que diz:

O proletariado é a única classe da sociedade capitalista que produz o conteúdo material da riqueza, que produz o capital, pois é ela a única classe que exerce a função social de converter a natureza em meios de produção e de subsistência. Ela é, na sociedade capitalista, a única classe cujo trabalho produtivo produz não apenas mais-valia, mas também capital, que produz originariamente toda riqueza social, o capital social total.

[...] Por isso, todos os salários pagos em uma dada sociedade o são com a riqueza originariamente produzida pelo proletariado e, nessa medida e sentido, não apenas a burguesia, mas todas as outras classes não proletárias vivem da apropriação do excedente do trabalho proletário, seja indiretamente sob a forma de mais-valia, como faz a burguesia, seja indiretamente através de salários pagos pelo Estado ou pelos capitalistas ou, ainda, seja através da renda da terra (LESSA, 2007, p.179).

Esclarecida a questão, o proletariado é o sujeito revolucionário central na luta contra o capital e seus imperativos destrutivos para a humanidade e a natureza. No instante em que o confronto entre a burguesia e o proletariado se abra no horizonte como dois projetos sociais radicalmente distintos, os outros setores diversos da classe trabalhadora optarão e tomarão partido entre mudar a base do mundo ou conservar suas vidas na estrutura já conhecida. Isso tudo dependerá das condições históricas particulares, da amplitude da luta e do nível de consciência para-si da classe trabalhadora quanto ao seu papel na transformação desse sistema sociometabólico desumanizador.

Encontramos-nos neste momento, numa encruzilhada, pois a alternativa entre socialismo ou barbárie resume-se, nos dias de hoje, apenas à primeira, já que a segunda opção, a barbárie, encontramos-la em todos os cantos do planeta, bastando olharmos ao nosso redor.

CONCLUSÃO

O funcionamento do silêncio atesta o movimento do discurso que se faz na contradição entre o “um” e o “múltiplo”, o mesmo e o diferente, entre a paráfrase e a polissemia. Esse movimento, por sua vez, mostra o movimento contraditório, tanto do sujeito quanto do sentido, fazendo-se no entremeio entre a ilusão de um sentido só (efeito da relação com o interdiscurso) e o equívoco de todos os sentidos (efeito da relação com a *Lalangue*) (ORLANDI, 2007, p.17).

O discurso da sustentabilidade elaborado pela ONU, Banco Mundial e UNESCO, no final do século XX, se apresenta como a “saída” para a “humanidade” no século XXI. A sustentabilidade surge como resposta às demandas/conflitos históricos de uma época de crise econômica estrutural do sistema do capital, de uma crise ambiental.

O discurso da sustentabilidade na perspectiva dos órgãos internacionais se propõe a falar por “todos” e para “todos”, num mundo “sem conflitos de classes”, segundo os silêncios produzidos em tal discurso. As diferenças apresentam-se nesse projeto como um fator positivo para a produção e reprodução do capital mundializado, mesmo que seja ao custo da manutenção da exploração do homem pelo homem, e sob um tipo de produção econômica que destrói amplamente a natureza.

A sustentabilidade da riqueza, da pobreza, da dependência, da subordinação, da desigualdade, da violência, do desemprego, da dívida em níveis suportáveis para a reprodução deste sistema, mobiliza/agita sentidos, causando um efeito no qual, sob uma “nova” roupagem, mantém-se o “velho”: o capitalismo, simulando em “outros” e “novos” dizeres a “velha” e “conhecida” lutas de classes resultante desse ordenamento social, político e econômico desigual.

Observamos que no sistema capitalista livre é o capital, e, por isso, sua lógica produtiva e reprodutiva deve/tem de ser mantida a qualquer preço e custo. Assim, o projeto da sustentabilidade nessa perspectiva do capital precisa dizer/silenciar sentidos, num jogo de lutas e confronto entre países *avançados/ricos/classe dominante* e países *pobres/pobres/classe trabalhadora*. O projeto em questão precisa tratar com as relações de forças desiguais entre os *países/indivíduos e classes em luta*, a fim de apaziguar os conflitos e interesses distintos presentes neste sistema, direcionando-os a um só caminho: a sustentabilidade das *tensões sociais a níveis suportáveis e seguros à ordem atual*. Utilizando-se de um jogo no campo da discursividade e da emergencialidade de uma ação que “reverta” os danos causados à natureza pelo modelo produtivo anterior à

sustentabilidade, é mantida e assegurada, pelo menos temporariamente, a produção de riqueza e pobreza da atualidade.

A orientação teórica, prática e ideológica do projeto da sustentabilidade sob o viés do capital traz à tona a necessidade de pensarmos um mundo sustentável. No entanto, percebemos, a partir da análise exposta neste trabalho, a impossibilidade de reproduzir o sistema capitalista sem que a natureza e a humanidade sofram uma destruição permanente, e em escala sempre crescente. Por outro lado, a impossibilidade efetiva da sustentabilidade nesta sociedade regida pelos imperativos destrutivos do capital expõe os limites estruturais do sistema atual e nos impõe tomarmos outro rumo radicalmente distinto do projeto em questão. Pois, como nos diz Marx na *Contribuição à crítica da economia política* (1996, p.25):

Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer.

Segundo Lowy (2005, p.42), “a questão ecológica é, a meu ver, o grande desafio para uma renovação do pensamento marxista no início do século XXI”. O projeto de sustentabilidade da ONU defende a internalização de valores éticos sustentáveis, ou seja, uma renovação cultural do ser dos homens a fim de se garantir o futuro da humanidade. Contudo, dada a impossibilidade de um planejamento econômico e social abrangente e substantivamente igualitário no capitalismo, percebemos que no discurso referido a eliminação de práticas destrutivas da natureza só poderá ser eventualmente e/ou parcialmente realizada. A eventualidade de ações sustentáveis não repele por completo a destruição da natureza, e mais, não anula nem constrói uma alternativa real, universal e humanizadora, na proporção requerida pela atualidade.

O projeto em análise propõe uma “mudança global” no modo de funcionamento da sociedade, porém seu campo de transformação é limitado ao espaço da singularidade e da individualidade burguesa.

O capital é uma potência impossível de ser alterada na sua essência pela ação isolada dos indivíduos. Por isso as necessidades da reprodução do capital se impõem aos indivíduos, na cotidianidade, com uma (aparente) inexorabilidade que lembra a das forças da natureza. A força desumana que submete os homens ao capital é assumida, na cotidianidade, como uma

imposição tão intocável quanto a lei da gravidade, isto é, como uma determinação não-humana. A criação humana se eleva a uma força social que submete os próprios indivíduos com tal potência que é capaz de fazer predominar as suas necessidades contra as autênticas necessidades dos indivíduos – os quais, por sua vez, com seus atos cotidianos, são os responsáveis últimos pela reprodução desta mesma potência que os massacra. É o próprio trabalho do operário que “produz” o capital que o oprime; é o próprio ser humano que, tendo criado a mercadoria, se amolda à sua imagem e semelhança: essa é a essência da alienação sob o capital (LESSA, 2007, p.78).

Sem a alteração/transição radical da base produtiva do capital, que produz e reproduz, na totalidade social, a alienação dos indivíduos, resta-nos, portanto, apenas atuar localmente, operando pequenas ações singulares “sustentáveis”, que na verdade se incorporam à lógica produtiva/destrutiva do sistema capitalista, dando continuidade ao rolo compressor desse sistema.

Acreditamos que, diante da gravidade da situação de crise da sociedade e do meio ambiente, essas mudanças idealistas e parciais se transformam num jogo perigoso de esconde-esconde das reais causas e soluções necessárias para os problemas que a humanidade terá de enfrentar na atualidade, pois, como explica Mészáros (2002, p. 179):

O impulso expansionista cego do sistema capitalista é incorrigível, porque este não pode renunciar à sua própria natureza e adotar práticas produtivas compatíveis com a necessidade de restrição racional em escala global. Praticando uma restrição racional abrangente, o capital de fato reprimiria o aspecto mais dinâmico de seu modo de funcionamento, cometendo suicídio como sistema de controle sociometabólico historicamente único. Esta é uma das principais razões por que a idéia de um governo mundial globalmente racional e consensualmente limitador baseado no sistema do capital – necessariamente parcial em sua única forma viável de racionalidade – é uma contradição gritante.

A incontabilidade do sistema do capital não permite outra direção a não ser a orientação para a expansão e o direcionamento social e econômico voltado para o acúmulo na forma de lucro. Essa dinâmica social avassaladora torna-se, em tempos de crise estrutural do capital, um processo expansivo e acumulativo que revela seu lado mais obscuro, pois só é possível desenvolver-se na atualidade através da destruição de bens, dos trabalhadores e da natureza. Mészáros (2007, p.58) elucida tal problemática ao dizer que:

Esse sistema em todas as suas formas capitalistas ou pós-capitalistas é (e tem de permanecer) orientado à expansão e dirigido pela acumulação.

Naturalmente, o que está em questão a esse respeito não é um processo designado à crescente satisfação da necessidade humana. Antes, é a expansão do capital como um fim em si mesmo, servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem afirmar constantemente seu poder como um modo ampliado de reprodução. O sistema do capital é antagônico até o mais fundo de seu âmago, por conta da subordinação estrutural hierárquica do trabalho ao capital, que usurpa totalmente – e deve usurpar – o poder de decisão. Esse antagonismo estrutural predomina em todos os lugares, desde os menores “microcosmos” constitutivos até o “macrocosmo” que abarca as mais abrangentes estruturas e relações reprodutivas.

A base produtiva da vida, o trabalho, na qual o homem se relaciona com a natureza para obtenção de suas necessidades, é no capital subsumida aos interesses da produção de riqueza, do acúmulo de lucro a qualquer custo e preço. As atividades cotidianas são operadas e limitadas diariamente para esse fim; o que é útil e produtivo neste sistema passa a ser o que é eficiente e lucrativo na produção/destruição de riqueza. O contrário disso é visto e percebido pelo campo visual predominante como ineficiente, perda de tempo, e assim, não lucrativo.

Essa riqueza tem como fundamento social a extração da mais-valia do trabalhador assalariado por parte do capitalista e a realização dessa riqueza em dinheiro no mercado consumidor. Com isso, a lógica desse sistema, por sua própria natureza e dinâmica, não pode nem conhece outra direção e fim que não seja a obtenção e o entesouramento de uns poucos, pela exploração de uma maioria trabalhadora. Essa lógica produtiva e reprodutiva sociometabólica tem como objetivo o valor de troca e não o valor de uso, ou seja, o valor de uso, que seria o mesmo que a produção para as necessidades humanas, transforma-se em meio para a compra e venda de tudo e de todos, até mesmo do próprio ser humano. Meszáros (2002, p.611) expõe de maneira esclarecedora tal questão:

O ter domina o ser em todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, o eu real dos sujeitos produtivos é destruído por meio da fragmentação e da degradação do trabalho à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista.

Desse modo, pela própria natureza, o capital é um sistema sociometabólico impossibilitado de voltar-se para uma produção e reprodução da vida de maneira sustentável. Não há, sob o ponto de vista do capital na atualidade, nenhuma possibilidade positiva de produção e reprodução econômica e social. A insustentabilidade de uma efetiva sustentabilidade na ordem capitalista desestabiliza os sentidos “seguros”, “conhecidos”, “desejados” e “comuns”, presentes e operantes no

cotidiano, possibilitando com isso dar voz/vez aos sentidos outros, indesejados, e incomuns/novos, dos que nesse discurso/projeto político e econômico, não têm voz nem vez. Dias (2006, p. 218) explica que:

Se na lógica burguesa a crise é subversiva porque põe sua ordem em perigo na lógica das classes trabalhadoras ela é a possibilidade de criação de uma nova sociabilidade. Ao tornar claras as contradições a crise aponta um caminho de decifração da inteligibilidade destruidora e de avanço na nova ordem que será socialista. Perigo e oportunidade são ideogramas chineses que em conjunto significam crise. Perigo: vivemos um momento de extrema importância. Oportunidade: tudo parece estar correndo risco de destruição. É verdade, mas nunca foi tão clara a possibilidade de um salto de qualidade: no conjunto dos movimentos sociais, sindicais e partidários que levam o combate real contra essa política econômica está colocada a questão da unidade.

Interrogar a impossibilidade da sustentabilidade no capital lança-nos para além do estabelecido, e isso poderá ser um dos catalisadores na construção de uma alternativa radicalmente contrária e viável de sustentabilidade.

a dominação do capital sobre a sociedade só pode ser superada por uma ordem reprodutiva materialmente sensata e humanamente gratificante que assuma todas as funções metabólicas vitais deste modo de controle sem suas contradições (MÉSZÁROS, 2002, p.613).

Se o ser dos homens precisa ser alterado de modo radical, voltado a um tipo de produção que preserve a vida e desenvolva de maneira consciente e sustentável a relação dos homens com a natureza, então faz-se necessário alterar a base que produz a existência, ou melhor, o modo e a forma como se realiza a atividade fundante dos homens: o trabalho. Enquanto o trabalho for operado de forma alienada, e os indivíduos exercerem apenas a função externa e parcial da administração dos homens para obtenção da riqueza desigual e conflitante para o capital, a sustentabilidade será apenas um sonho ideologicamente formulado e mantido para o interesse “suicida” desse sistema. Por outro lado, conforme Mézáros (2002, p.613):

A produção ou é conscientemente controlada pelos produtores associados a serviço de suas necessidades, ou os controla impondo a eles seus próprios imperativos estruturais como premissas da prática social das quais não se pode escapar. Portanto, apenas a auto-realização por meio da riqueza de produção (e não pela produção de riqueza alienante e reificada), como finalidade da atividade-vital dos indivíduos sociais, pode oferecer uma alternativa viável à cega espontaneidade auto-reprodutiva do capital e suas consequências destrutivas. Isto significa a produção e a realização de todas as potencialidades criativas humanas, assim como a reprodução continuada das condições intelectuais e materiais de intercâmbio social.

A sociedade assentando-se sobre a forma de produção acima descrita, passa a ter o controle efetivo, consciente e abrangente do que se deve produzir, e do modo (qualitativamente e quantitativamente falando) com que deve relacionar-se com a natureza para alcançar este fim.

Assim, como consequência e possibilidade efetiva, as relações de ordenamento social sustentável terão de ser desenvolvidas, segundo Mészáros (2007), seguindo alguns fundamentos.

Primeiramente, teremos de assegurar a participação efetiva dos trabalhadores nas tomadas de decisão política, cultural e econômica do mundo em que vivem, tendo como projeto norteador dessas decisões a emancipação humana. Outro requisito dessa empreitada complexa é a superação da pseudoliberalidade formal do capitalismo, por relações entre os indivíduos de modo substantivamente igualitário. O terceiro requisito, essencial na construção da sustentabilidade, é a anulação da produção fetichizada e alienada do capital, pela utilização de um planejamento econômico consciente, abrangente, racional e humanamente recompensador. O quarto ponto a ser seguido é banir o ideal de crescimento medido pela quantificação lucrativa do capital, de modo que a produção descartável e o desperdício possam ser superados por um crescimento qualitativa e humanamente superior. E por último, a superação de relações antagônicas em todos os níveis, rompendo a desigualdade combinada estrutural entre os países ricos e as nações empobrecidas.

A sustentabilidade deve ter como base a estruturação de relações sociais fundadas numa ética do respeito, da igualdade e da fraternidade entre os homens, e dos homens com o seu meio ambiente, e isso apenas é possível numa sociabilidade efetivamente igualitária e humanamente construída em todos os níveis.

BIBLIOGRAFIA

ACHARD, Pierre. et al. Papel da Memória. 2 Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. Discurso e relações de trabalho. Maceió: Edufal, 2005.

BANCO MUNDIAL. Brasil: Justo, competitivo e sustentável – uma contribuição para o debate. Nova York, Washington, D.C. USA, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. (Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira). São Paulo: Hucitec, 1979.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BASSANI, Paulo. Pensando a sustentabilidade: um olhar sobre a Agenda 21. In. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, N. 09, p. 69-76, jun/jul. Paraná: Editora UFPR, 2004.

BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul – RS: EDUNISC, 2002.

BRASIL, MEC/SEF, Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental. Brasília, 1998.

_____, MEC/SEMT, Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. Brasília, 1999.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador. Maceió: EDUFAL, 2007.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira (Org.). As malhas de discursos (re)veladores. Maceió: EDUFAL, 2005.

CARVALHO, M. C. Brant.; NETTO, José Paulo. Cotidiano: conhecimento e crítica. 7 Edição, São Paulo: Cortez, 2007.

CHASIN, J. A miséria brasileira: 1964-1994: Do golpe militar à crise social. Santo André, SP: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

_____. O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Híper-tardio. 2ed. Belo Horizonte: Una Editoria, São Paulo: Estudos e edições Ad Hominem, 1999.

- CHILDE, Gordon. A evolução cultural do homem. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1981.
- COURTINE, Jean-Jacques. Análise do discurso político – o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo: EDUFSCar, 2009.
- COUTINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a miséria da razão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- COSTA, Edmilson. A globalização e o capitalismo contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- DAVIS, Mike. Planeta favela. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Política Brasileira: embates de projetos hegemônicos. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2006.
- DUARTE, Newton. Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski. 3 Edição, Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2001.
- FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento sustentável – antinomias de um conceito. In. Raízes, Campina Grande, Vol. 21, N. 02, p. 246-260, jul/dez. 2002.
- FLORÊNCIO, Ana Maria Gama. et al. Análise do discurso: fundamentos e prática. Maceió: Edufal, 2009.
- _____, Ana Maria Gama. O enunciado e a polifonia em Bakhtin. In. Revista Leitura, n.05, p. 237-253. Maceió: Edufal, Jul./Dez. de 2002.
- FOLADORI, Guillermo. Limites do desenvolvimento sustentável. São Paulo: IMESP, 2001.
- _____. El concepto de desarrollo sustentable treinta años después. In Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 1, p. 41-56, Editora UFPR, 2000.
- _____. O capitalismo e a crise ambiental. In. Revista Outubro, n.05, p. 117-125. São Paulo, 2005.
- FONTANA, Mónica Zoppi. Cidadão Modernos: discurso e representação política. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.
- _____. Objetos paradoxais e ideologia. Revista Estudos da Língua(gem), Vitória da Conquista: Editora UFMG, n.1, p. 41-59, 2005.
- _____. Acontecimento, arquivo, memória: as margens da lei. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, Maceió: Edufal, n.30, p.175-205, julho/dezembro de 2002.
- FOSTER. John Bellamy. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas do Final de Século. 4ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; GENTILI, Pablo (orgs.). A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.
- GADET, F. e HAK, T. Por uma Análise Automática do Discurso - uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: EDUNICAMP, 1993.
- GENTILI, Pablo (org.). pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GUIMARÃES, Eduardo. Semântica e acontecimento: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2 edição, 2005.
- INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.
- _____ (org.). Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.
- INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento e fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- JIMENEZ, Suzana V.; RABELO, Jackline (orgs.). Trabalho, Educação e Luta de Classes: A pesquisa em defesa da História. Fortaleza, CE: Brasil Tropical, 2004.
- LEAKEY, Richard. A origem da espécie humana. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- LEONTIEV, Alexis. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa, Portugal: Livros Horizonte, 1978.
- LESSA, Sergio. Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. Lukács ética e política. Chapecó: Argos, 2007.
- _____. Mundo dos homens: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____.; TONET, Ivo. Introdução à filosofia de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LEHER, R. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Revista Outubro. Nº3. São Paulo, 1999.
- LOWY, Michael. Ecologia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2005.
- LUKÁCS, G. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

- LUKÁCS, G. Il Lavoro: In: Per una Ontologia dell'essere sociale. Roma: Riuniti, 1981b. (Tradução Mimeogr. de Ivo Tonet)
- LUKÁCS, G. La Riproduzione: In: Per una Ontologia dell'essere sociale. V. II, Roma: Riuniti, 1981a. (Tradução Mimeogr. de Sérgio Lessa)
- LUKÁCS, G. La Peculiaridad de lo Estético. Vol. 1: Questiones Preliminares y de Principio. Traduzido do original em alemão por Manuel Sacristán. Barcelona (España), Grijalbo, 1966.
- MACÁRIO, Epitácio. Determinações ontológicas da educação: uma leitura à luz da categoria do trabalho. In.: Revista Trabalho e Crítica, n.03. Florianópolis: Anuário GT Trabalho e Educação, 2002.
- MAGALHÃES, Belmira. As marcas do corpo contando a história – um estudo sobre a violência doméstica. Maceió: EDUFAL, 2005.
- _____. O sujeito do discurso: um diálogo possível e necessário. In Revista Linguagem em (Dis)curso, Do Programa de Pós-Graduação em ciências da Linguagem Unisul. Vol. 3 Especial. Santa Catarina; Editora Unisul, 2003.
- MALDIDIER, Denise. Inquietação do discurso – reler Michel Pêcheux hoje. São Paulo: Pontes Editores, 2003.
- MANDEL, E. A Crise do Capital. S. Paulo: Editora Ensaio, 1990.
- MARTINS, José. O ciclo se acelera velozmente. In: Revista critica semanal. Ano XXII, N. 958, janeiro de 2009.
- MARX, Karl. A questão Judaica. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã – Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Moraes, 1984.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Cortez, 1998.
- MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. In: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano. Tradução Ivo Tonet. In: Revista Práxis, n.05. Belo Horizonte: Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.
- MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.

- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro 1, vol. 1. Tradução Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.
- MAZZEO, A. C. Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Cortez, 1997.
- MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, István. Produção destrutiva e estado capitalista. São Paulo: Ensaio, 1989.
- MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, István. O século XXI – socialismo ou barbárie. São Paulo: Boitempo, 2003.
- NETTO, José Paulo.; BRAZ, Marcelo. Economia Política – uma introdução crítica. 2 Edição, São Paulo: Cortez, 2007.
- ONU. Declaração do Milênio – Cimeira do Milênio. Nova Iorque, 2000.
- OLIVEIRA, Ramon de. A (Des)Qualificação da Educação Profissional Brasileira. São Paulo: Cortez, 2003.
- ORLANDI, Eni. Interpretação: autoria, leitura e efeito do trabalho simbólico. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- ORLANDI, Eni. Análise de discurso: Princípios e Procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 6.ª ed., 2005.
- ORLANDI, Eni. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, 4ª ed., 2003
- ORLANDI, Eni. Discurso e leitura. São Paulo: Cortez, 2008.
- ORLANDI, Eni. As formas do silêncio – no movimento dos sentidos. 6 Edição, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- PANIAGO, Maria Cristina Soares. O controle do capital: uma impossibilidade objetiva. Serviço Social e Sociedade. Nº64. São Paulo: Cortez, 2000.
- PANIAGO, Maria Cristina Soares. Mézszáros e a incontrolabilidade do capital. Maceió: EDUFAL, 2007.
- PÊCHEUX, M. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. de

- Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas : Editora da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, M. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.
- _____. Delimitações, inversões, deslocamentos. In Cadernos de estudos lingüísticos, 19. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.
- _____. Remontons de Foucault à Spinoza. In MALDIDIER, D. L'Inquietude Du discours. Paris: Cedres, 1990. Tradução Maria do R. Gregolin. Remontemos de Foucault a Spinoza, 2000. (mimeo).
- _____. Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso. In Escritos 4. Publicação do Labeurb/Nudecri/Unicamp, 1999.
- _____. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In ZIZEK, Slavoj (org). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- PINASSI, Maria Orlanda. Da miséria ideológica à crise do capital – uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009.
- PRADO Jr., C. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- _____. A Revolução Brasileira: Perspectivas em 1977. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- PRADO Jr., C. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?. São Paulo: Cortez, 2001.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 32 Edição, Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- _____. Pedagogia histórico – crítica. 8 Edição, Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- SOBRINHO, Helson Flávio da Silva. Discurso, velhice e classes sociais. Maceió: EDUFAL, 2007.
- TEIXEIRA, Francisco.; CELSO, Frederico. Marx no século XXI. São Paulo: Cortez, 2008.
- TONET, I. Democracia ou Liberdade?. Maceió: edufal, 2004.
- TONET, Ivo. Educação, Cidadania e Emancipação Humana. Marília-SP: mimeo. Tese de Doutorado, 2001.
- UNESCO. Década da Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, 2005 – 2015: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília, 2005.

UNESCO/IBAMA. Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília: Ed. IBAMA, 1999.

VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. São Paulo: Revista Ensaio, nº. 17/18, 1989.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VOESE, Ingo. Sobre as noções de língua e discurso. In: Revista Leitura. n. 30, Maceió: EDUFAL, 2002.